

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PARTICIPAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE NA PERIFERIA DE
PORTO ALEGRE: ESTUDO DE CASO COMPARATIVO
NO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO.**

ANA ELISA SPARANO FONTOURA

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PARTICIPAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE NA PERIFERIA DE
PORTO ALEGRE: ESTUDO DE CASO COMPARATIVO
NO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO.**

ANA ELISA SPARANO FONTOURA

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Encarnação B. Sposito

Profa. Dra. Dirce Maria Suertegaray

Profa. Dra. Vanda Ueda

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
como requisito para obtenção do Título de
Mestre em Geografia.**

Porto Alegre, Julho de 2005.

Fontoura, Ana Elisa Sparano

Participação, territorialização e identidade na periferia de Porto Alegre: estudo de caso comparativo no Bairro Lomba do Pinheiro./Ana Elisa Sparano Fontoura - Porto Alegre: UFRGS, 2005.

[207 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2005.

1. Geografia Política. 2. Geografia Urbana. 3. Regularização Fundiária. 4. Bairro Lomba do Pinheiro, Porto Alegre. 5. Gestão Territorial. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Teresa e Alceu (in memoriam): o reconhecimento pelos exemplos que me ofereceram e pelo imenso amor com que sempre cercaram a minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, referência fundamental em minha formação profissional,

Ao Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich, meu orientador, pela valiosa contribuição para que o projeto se tornasse realidade,

Aos moradores das vilas Recreio da Divisa, Elo Dourado e Quinta do Portal, que me receberam como a uma velha conhecida,

Aos professores Vanda Ueda e Joel Outtes, pelas observações muito especiais que fizeram ao projeto de pesquisa,

À Zélia Zaghetto, que com disposição e eficiência secretaria o Programa de Pós-Graduação em Geografia,

Às colegas do PPG em Geografia, Rosana, Ani e Elisete, pelo estímulo, pelos trabalhos realizados juntas e pela amizade;

Aos amigos e aos colegas da E.M.E.F. Afonso Guerreiro Lima, pela torcida.

O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social).

GOTTDIENER, 1993, p. 127.

RESUMO

Esse trabalho enfoca a carência de infra-estrutura e de equipamentos urbanos, bem como a irregularidade fundiária no bairro Lomba do Pinheiro. Essas questões se desenrolam em um contexto de renovação e adequação da ordem jurídica referente à política urbana e adoção, por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, de mecanismos de gestão democrática, como o Orçamento Participativo. Buscamos focar a participação na Associação de Moradores e no Orçamento Participativo como sendo uma prática sócio-espacial que aproxima os moradores da possibilidade de obtenção de infra-estrutura, equipamentos urbanos e recursos para a regularização fundiária. Destacamos as perspectivas de mudanças no contexto urbano a partir da implementação de uma política urbana, segundo a Constituição de 1988, regulamentada através do Estatuto da Cidade, o qual tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes. Consideramos, também, o pioneirismo de Porto Alegre ao construir, a partir de 1989, a experiência do Orçamento Participativo como prática de gestão democrática da cidade. Desenvolveu-se, a partir desse contexto, um estudo comparativo entre três vilas irregulares em um bairro periférico de Porto Alegre, denominado Lomba do Pinheiro. A escolha das vilas pesquisadas levou em conta as diferentes origens, os instrumentos de mediação e regularização a serem aplicados e os graus de mobilização dos moradores, a fim de refletir a riqueza de experiências existentes na periferia urbana. Tendo por objetivo analisar as dinâmicas sócio-espaciais em cada um dos lugares e levando-se em conta que existem distintos níveis de participação, destacamos a idéia de que a participação se aprende e se pratica, mas ela depende das relações estabelecidas no cotidiano de cada vila. Tais relações, portanto, influenciam na organização do grupo de moradores e na busca por soluções. As semelhanças e as diferenças entre as vilas foram observadas através dos dados sócio-econômicos levantados em campo, dos arranjos espaciais, das identidades individuais e coletivas e nos vínculos territoriais construídos ao longo da história naquele lugar.

Palavras-chave: participação - regularização fundiária - identidade – lugar.

ABSTRACT

This paper approaches the lack of equipment, urban infrastructure, and irregularities in the dwelling constructed area in Lomba do Pinheiro district. Such questions occur in a context of renovation and adequacy of the juridical order related to the urban policy and the adoption of democratic management systems by Porto Alegre City Hall, such as the Participative Budgeting. Our intent is to focus the participation on the Dwellers Association and the Participative Budgeting as being a social-space practice that brings dwellers closer to the possibility of obtaining an infrastructure, urban equipment, and funds for regulating the constructed area situation. We point out the possibilities of changing the urban context subsequent to the implementation of an urban policy, according the Constitution of 1988, regulated through the City Statute, whose purpose is the full development of the social functions of the city, assuring the well being of its inhabitants. We also consider Porto Alegre's pioneering by creating, as of 1989, the experience of the Participative Budgeting as a practice of democratic management for the city. From such context, a comparative surveying was carried out among three irregular urban dwelling settlements ("vilas") in a peripheral district of Porto Alegre: Lomba do Pinheiro. The choosing of the three surveyed "vilas" has taken into account the different origins, the measuring and regulating instruments to be applied, and the degrees of mobilization of their dwellers, so as to reflect the rich experiences existing in the peripheral urban areas. Its purpose is to analyze the social and space dynamics in each one of the places and, considering that there are different levels of participation, we stress the idea that participation is something learnt and exercised, but it depends on the relationships established in the everyday life of each "vila". Such relationships, therefore, have an influence on the organization of the dwellers group and on the searching for solutions. The similarities and differences between "vilas" have been observed through the social-economic data surveyed at field level, of the space arrangements, the individual and collective identities, and the territorial connections constructed along the history in that place.

Keywords: participation – constructed area regulation – identity – place

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – FOTO DO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO “MORADA DA FIGUEIRA”.....	40
FIGURA 02 – FOTO DA VISTA A PARTIR DO PÁTIO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL AFONSO GUERREIRO LIMA	41
FIGURA 03 – MAPA DOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE	45
FIGURA 04 – MAPA DAS SUB-REGIÕES DA LEITURA DA PAISAGEM – ÁREAS HOMOGÊNEAS	52
FIGURA 05 – MAPA DA TIPOLOGIA SÓCIO-ESPACIAL DE PORTO ALEGRE	62
FIGURA 06 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA RENDA FAMILIAR NA VILA RECREIO DA DIVISA	68
FIGURA 07 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA RENDA FAMILIAR NA VILA ELO DOURADO	69
FIGURA 08 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA RENDA FAMILIAR NA VILA QUINTA DO PORTAL	70
FIGURA 09 – FLUXOGRAMA DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PORTO ALEGRE	113
FIGURA 10 – FOTO DA RUA 27 DE DEZEMBRO, SITUADA NA VILA RECREIO DA DIVISA	121
FIGURA 11 – FOTO DO ACESSO PRINCIPAL PARA A VILA ELO DOURADO	126
FIGURA 12 – FOTO DA RUA G, NA VILA QUINTA DO PORTAL	130
FIGURA 13– MAPA DAS REGIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	151

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – DINÂMICAS DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO	53
QUADRO 02 – CASOS QUE ILUSTRAM AS VARIAÇÕES NAS SITUAÇÕES REFERENTES ÀS VILAS NA LOMBA DO PINHEIRO	65
QUADRO 03 – SÍNTESE: INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS	104
QUADRO 04 – SÍNTESE: ORIGEM E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	139
QUADRO 05 – SÍNTESE: PARTICIPAÇÃO	185

LISTA DE SIGLAS

AEIS - Área Especial de Interesse Social

BNH - Banco Nacional de Habitação

CAR - Centro Administrativo Regional

CDRU - Concessão de Direito Real de Uso

COMATHAB - Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação

DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação

DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SPM - Secretaria de Planejamento Municipal

UAMPA - União das Associações de Moradores de Porto Alegre

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – AUMENTO POPULACIONAL EM PORTO ALEGRE E NO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO	49
TABELA 02 – ESCOLARIDADE NAS VILAS RECREIO DA DIVISA, ELO DOURADO E QUINTA DO PORTAL	67
TABELA 03 – NÚMERO DE PESSOAS TRABALHANDO POR DOMICÍLIO	72
TABELA 04 – NÚMERO DE MORADORES POR DOMICÍLIO	73
TABELA 05 – NATURALIDADE DOS MORADORES NAS VILAS PESQUISADAS	74
TABELA 06 – DÉCADA EM QUE VEIO MORAR NA CAPITAL	75
TABELA 07 – TEMPO QUE MORA NA VILA	77
TABELA 08 – COMO FOI INFORMADO DAS REUNIÕES DO OP – 1995, 1998, 2000 E 2002	157
TABELA 09 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA VILA RECREIO DA DIVISA	169
TABELA 10 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DO OP VILA RECREIO DA DIVISA	171
TABELA 11 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA VILA ELO DOURADO	173
TABELA 12 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DO OP NA VILA ELO DOURADO	174
TABELA 13 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA VILA QUINTA DO PORTAL	177
TABELA 14 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DO OP NA VILA QUINTA DO PORTAL	179

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 O ESPAÇO URBANO	
1.1 A produção do espaço urbano	24
1.2 O resgate do valor de uso em Harvey e Lefebvre	29
1.3 A importância do cotidiano nos estudos urbanos	35
1.4 Buscando nexos para o espaço-tempo investigado	38
2 A PRODUÇÃO DA PERIFERIA	
2.1 Antecedentes históricos do bairro Lomba do Pinheiro	44
2.2 Periferia urbana	54
2.3 A segregação sócio-espacial dos moradores do bairro	58
2.4 Caracterização sócio-econômica das vilas	66
2.5 O Lugar, a Identidade e o Território	81
3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	105
3.1 A política habitacional brasileira – algumas considerações	106
3.2 A regularização fundiária em Porto Alegre a partir de 1989	111
3.3 A origem das vilas pesquisadas	115
3.3.1 A origem da vila Recreio da Divisa	115
3.3.2 A origem da vila Elo Dourado	121
3.3.3 A origem da vila Quinta Portal	127
3.4 A regularização fundiária para os moradores da vila Recreio da Divisa	131
3.5 A regularização fundiária para os moradores da vila Elo Dourado.....	132
3.6 A regularização fundiária para os moradores da vila Quinta Portal.....	133
3.7 Regularização fundiária: desafios e expectativas	136
4 PARTICIPAÇÃO	
4.1 Democracia representativa e democracia participativa	140
4.2 Noções de participação	144

4.3 O Orçamento Participativo	149
4.3.1 As Associações de Moradores e o Orçamento Participativo	155
4.3.2 Caminhos que levam à participação	159
4.4 A participação na vila Recreio da Divisa	166
4.5 A participação na vila Elo Dourado	173
4.6 A participação na vila Quinta do Portal	177
4.7 Obstáculos à participação	183
CONCLUSÃO	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
ANEXOS	202

INTRODUÇÃO

O espaço urbano no sistema capitalista pode ser abordado através da idéia de pares contrapostos: obra e produto, valor de uso e valor de troca, apropriação e propriedade, fragmento e coesão, sobrevivência e lucro, imediato e planejado, alienação e consciência, cooperação e conflito. Contraposições que guardam a relação de superação que comportam e expressam de um lado o espaço transformado em mercadoria, a propriedade privada, a valorização e a troca, e de outro o espaço da reprodução da vida, da apropriação e do uso, onde se combinam, em diferentes escalas, aspectos ligados à identidade, ao cotidiano, aos valores dominantes, à condição sócio-econômica, às experiências e às novas razões práticas. O resultado é um campo ocupado por variadas situações, intermediadas pelo Estado, e que afetam as condições de acesso e, sem dúvida, o exercício da cidadania.

A configuração dada pelas relações capitalistas na cidade se manifesta por meio da visível desigualdade sócio-econômica e da segregação espacial. A transição do modelo desenvolvimentista para o modelo de produtividade atrelado à globalização aprofunda tal situação, já que está marcado pela precarização da estrutura sócio-ocupacional, agravada por uma “cultura do medo” que no dizer de Ribeiro (2004) gera um comportamento de “dessolidarização” com os destinos da cidade.

Por outro lado, e voltando um pouco no tempo, é importante destacar que a retomada da democracia no país traz novamente ao debate o tema da cidade e da cidadania que, desde o movimento pela Reforma Urbana, nos anos 60, contestava a organização do espaço urbano por meio da lógica capitalista. Os artigos da Constituição Federal de 1988, relativos à política urbana, apontam para um desenvolvimento urbano que se assente na função social da propriedade urbana, com vistas a garantir o bem-estar dos habitantes da cidade e o combate à especulação imobiliária. Sem dúvida, um processo a ser construído de acordo com a realidade de cada município e que coloca na ordem do dia a questão do “direito à cidade”.

Porto Alegre é uma metrópole regional que tem se destacado tanto nacional como internacionalmente, em especial, pelo pioneirismo na aplicação bem sucedida de mecanismos de gestão administrativa considerados extremamente importantes ao exercício da democracia direta¹. Embora a cidade não seja a única no país a introduzir tais mecanismos, talvez não haja outra que tenha em sua identidade uma relação tão intensa com o Orçamento Participativo (OP).

O OP é um espaço público privilegiado para o debate e a deliberação da aplicação de recursos na cidade, sendo que a organização para que a participação aconteça ocorre, na maioria das vezes, por meio das Associações de Moradores (AM).

A participação popular aparece nos discursos e imagens de modo absoluto, transmitindo apenas o momento do estar nas assembleias, mas o processo que envolve o encadeamento de movimentos para que os moradores da cidade estejam lá é pouco ou raramente enfocado.

¹ Segundo Souza (2003, p. 169-170), “Na democracia direta, muito bem exemplificada pela *pólis* grega clássica,, especialmente por Atenas, os indivíduos participavam diretamente dos processos decisórios, reunidos em assembleia na praça do mercado (ágora); havia, sim, funções específicas, administrativas ou de outra natureza, desempenhadas por indivíduos eleitos (caso dos comandantes militares), mas a maior parte dos cargos era sorteada entre os cidadãos, de modo a evitar cristalizações de poder e a perpetuação de indivíduos em determinadas posições.[...] Modernamente, algumas tentativas de se introduzirem, pelo menos, elementos da democracia direta no contexto da democracia representativa vêm ocorrendo; como se estará diante de coletividades muitíssimo maiores que uma *pólis* grega da Antigüidade, a participação direta da população acaba tendo de se dar com a ajuda de artifícios como a *delegação* e a *descentralização político-territorial*. (grifo do autor).

Nas vilas, a movimentação nas AMs, o chamamento, a importância conferida, o significado da proposta, a motivação desenvolvida têm um peso muito grande no estudo da participação e àquilo que a impulsiona. A participação popular gera mudanças tanto políticas quanto espaciais na cidade.

Cada vila espelha uma realidade que se vincula ao processo participativo de acordo com a interpretação dada ao mesmo, em especial pelas lideranças, já que são elas que divulgam as reuniões e organizam os moradores. A partir daí, nos deparamos com o significado do ato de participar, pensamos no desenvolvimento dessa dita consciência por parte do morador comum. São as lideranças que geralmente estão atuando nas AMs que desencadeiam ou não a ida às reuniões. A própria descrença no processo também está próxima do campo de ação daqueles que tomam a frente nas Associações, bem como o acompanhamento dos processos de regularização fundiária e o repasse das informações aos moradores.

Cada realidade reúne elementos bastante diversificados que, ao longo de suas histórias, do que foi vivenciado, da apropriação do espaço, das resoluções, do reconhecimento daquilo que é necessário para, enfim, criar raízes, variam profundamente de vila para vila.

A condução da vida está imersa num jogo representado por um dia-a-dia de carências materiais e infra-estruturais, de temores na proximidade de atos violentos, de desconhecimento de muitas das etapas legais ao processo de regularização, de incertezas quanto à condição de proprietário, de especulações e preconceitos embalados pelos

sentimentos de inveja, vaidade, ciúmes e egoísmo² presentes no convívio diário, alimentados ou não por aqueles que são vistos como uma liderança daquele lugar.

Consideramos que a cidade encontra-se permeada por pensamentos e ações que vão além das lutas que opõe capital e trabalho, por exemplo, no caso das disputas pessoais dentro das AMs e que acabam por dificultar a organização dos indivíduos em torno de ações de cunho estrutural. Assim como a condição de ser ou não proprietário, independente da classe social, transita e também influencia na produção da paisagem³ urbana.

Nesse sentido, nosso objetivo é o de analisar as dinâmicas sócio-espaciais em três vilas irregulares, enfocando os processos de regularização fundiária e a participação dos moradores nas AMs e no OP, estabelecendo as semelhanças e as diferenças a partir dos conceitos de identidade, de território e de lugar.

O estudo de caso comparativo entre as três vilas localizadas no bairro Lomba do Pinheiro⁴, em Porto Alegre, busca uma aproximação com aquilo que dá forma à cidade, o teor das formas-conteúdo: as práticas sócio-espaciais relacionadas à participação e à territorialização.

Acreditamos que são necessários estudos que investiguem o contexto cotidiano de vilas periféricas, primeiro, porque ajudam a romper uma visão homogeneizante da periferia,

² Heller, na obra “Sociologia de la vida cotidiana” (1991, p. 41), ao investigar as motivações particulares, pondera que: “Todos mis sentimientos guardan alguna *relación* com mi punto de vista particular como hecho motivante; [...] Los sentimientos puramente particulares son muy pocos. Em primerísimo lugar se encuentra la envidia, la vanidad y la vileza; más bien em segundo plano se encuentra los celos y el egoísmo”. (grifo do autor)

³ Segundo Berque (1998, p.84-85), “A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura”. (grifo do autor)

⁴ Considerado o bairro de maior concentração de loteamentos clandestinos e irregulares da cidade, segundo estudo da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), em 1989.

que empobrece a análise e dificulta o entendimento do jogo de forças que cria e dá vida àquele lugar, e segundo, porque, ao estudar cada vila, há uma aproximação das relações de produção do espaço periférico, que vão se diferenciando de acordo com as relações estabelecidas com o *outro* e criando uma série de obstáculos e de estímulos na busca por melhorias em termos de equipamentos urbanos, infra-estrutura e regularização fundiária próprias daquele grupo, não sendo explicadas da mesma maneira para todos os grupos, que podem apresentar as mesmas carências, mas que se organizam diferentemente.

O recorte espacial investigado combina diferentes variáveis que nos dão uma amostra da diversidade de situações vivenciadas nas vilas de um bairro periférico, e que podem se tornar estímulos ou obstáculos à construção da ação coletiva. O recorte temporal parte dos anos 80, pois há uma série de acontecimentos significativos que se desenrolam em diferentes escalas ao longo dessa década e que são referências importantes para o desenvolvimento da presente pesquisa: na Lomba do Pinheiro, a organização comunitária através da União das Vilas e a origem das vilas pesquisadas; no município de Porto Alegre, o início da administração da Frente Popular e a implantação da experiência do OP e, no país, a nova Constituição Federal, com destaque aos artigos relativos à política urbana.

Através de pesquisa bibliográfica e de informações obtidas de assessores da Secretaria de Planejamento Municipal, envolvidos no Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro⁵ e do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), que atuam diretamente no bairro, selecionamos três situações que demonstram diferenciações

⁵ Também conhecido como “Construindo a Lomba do Futuro”. A equipe básica do projeto foi constituída em 1999, tendo por objetivo a construção de propostas viáveis para a região como um todo. A Lomba é um dos três projetos-piloto que foram instituídos, em 1998, dentro da nova forma de atuação proposta no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. No caso da Lomba, foi levado em conta o principal conflito da região: possibilitar a urbanização da área, sem prejuízos ao patrimônio natural (conforme informação verbal da Assessoria de Comunicação da Secretaria do Planejamento Municipal, em maio de 2003). O estudo está concluído e dele fazem parte o diagnóstico que envolve a caracterização do meio construído e do natural; a divulgação, através de publicação em dois volumes, é prevista para meados de 2005.

quanto: à maneira como foi originada a vila, ao caminho em busca da regularização fundiária, ao apoio em instrumentos de mediação e regularização no tratamento dos loteamentos irregulares e clandestinos e às ocupações e aos graus de mobilização dos moradores.

A caracterização das vilas foi feita com base nos dados coletados em campo. O instrumento elaborado para guiar a conversa com os moradores foi composto por perguntas que abarcaram três blocos: o sócio-econômico, o infra-estrutural da vila e o da participação. A partir dos dados como: escolaridade, renda, ocupação, número de moradores por domicílio e número de trabalhadores por domicílio, tomados conjuntamente aos problemas infra-estruturais apontados, estabelecemos as diferenciações nas condições de vida dos moradores. O levantamento de dados relativo à participação (frequência nas reuniões, motivações em participar, envolvimento em outras instâncias, reconhecimento de lideranças na vila) nos permitiu pensar o tema em bases mais próximas do cotidiano dos moradores, principalmente no tocante às variações e aos níveis de participação correntes entre eles.

O parâmetro para a determinação do tamanho da amostra considerou como base três fontes diferentes: o número total de domicílios particulares permanentes no bairro, que, de acordo com os dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são aproximadamente 8.434; o número total aproximado de casas das três vilas, obtido através dos relatos dos moradores – 1550, e também do estudo realizado pelo DEMHAB⁶ – 1284. Considerando uma média de 4 moradores por casa, seguimos os dados contidos na tabela de cálculo amostral sugerido por Gerardi (1981) e obtivemos um total entre 357 a 361 entrevistas estruturadas a serem realizadas nas três vilas.

⁶ MORAES, Aldovan de Oliveira; ANTON, F.J. **Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/DEMHAB, 2000. 110p.

De janeiro a junho de 2004 entramos em contato com os moradores. A base cartográfica de referência foi a dos mapas dos Setores Censitários do IBGE⁷, sendo que a determinação dos limites entre as vilas foi feita ao longo do levantamento de campo.

Ao final de cada semana de trabalho, eram registradas as impressões mais marcantes nos relatos, a fim de não perdermos, com o passar do tempo, a “atmosfera” manifestada pelos moradores.

A partir das informações obtidas, passamos à segunda parte do levantamento de campo, que foi o contato com as lideranças, aquelas que foram identificadas pelos moradores. A gravação dos depoimentos, doze no total, foi guiada por um roteiro semi-estruturado, que ficou aberto à espontaneidade de cada um dos entrevistados ao contar sobre a história do loteamento, a importância dada à participação, o próprio envolvimento nas questões da vila e o processo de regularização fundiária.

A análise dos depoimentos teve por base a classificação em blocos observando a expressão de aspectos relacionados à identidade (pessoal e coletiva) e ao vínculo territorial; aspectos enfocando a participação e as opiniões da experiência do OP e aspectos ligados ao conhecimento da questão fundiária. Na segunda etapa, buscamos apoio interpretativo em autores que desenvolvem estudos direcionados aos conceitos de identidade, território, territorialidade e práticas espaciais (BRANDÃO, 1986; HAESBAERT, 1997 e 2002; HEIDRICH, 2001; LEFEBVRE, 1991; HARVEY, 2001 e BORDIEU, 2003).

⁷ O mapa da Prefeitura disponibilizado não se encontrava tão atualizado com relação ao traçado das ruas e becos, quanto o material produzido pelo IBGE.

As práticas sócio-espaciais relativas à participação popular aqui são analisadas tomando como parâmetro os conceitos de identidade, lugar, cotidiano, *habitus*, território e territorialidade.

É no cotidiano que os aspectos ligados às vivências, aos julgamentos e aos sentimentos se destacam. São eles que alimentam a construção de identidades e a motivação em fazer parte de ações coletivas. As aprendizagens realizadas no contexto urbano de um bairro periférico, a memória das ações que construíram aquele lugar e, conseqüentemente, o envolvimento afetivo e o vínculo territorial desenvolvidos, além do desejo da casa própria, são, a nosso ver, as matérias-primas para o entendimento das práticas sócio-espaciais nas vilas pesquisadas.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos: no primeiro capítulo, de cunho essencialmente teórico, destacamos estudos que dimensionaram a complexidade do espaço urbano e forneceram ferramentas teóricas para a sua leitura, especialmente as idéias de David Harvey (1980) sobre a mercantilização do solo urbano e os fatores de desigualdade e injustiças daí resultantes, de Manuel Castells (2000) acerca da teoria do consumo coletivo e dos movimentos sociais urbanos e Henri Lefebvre (2001) no desenvolvimento de uma teoria marxista do espaço e na determinação do “direito à cidade”. Também são muito importantes na estruturação da pesquisa que realizamos os estudos de geógrafos brasileiros, destacadamente Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Marcelo da Souza Lopes, Ana Fani Carlos e Odete Seabra, que nos ajudam na interpretação do espaço urbano e das práticas sócio-espaciais.

Optamos, portanto, em iniciar o trabalho partindo da temática da produção da cidade, intencionando referenciá-la em termos de significado para o capitalismo, mas também de pensá-la na perspectiva da vida cotidiana daqueles que nela habitam. De um lado buscar a inserção da periferia urbana na lógica do modo de produção capitalista e do outro focar o lugar onde se desenrola a vida cotidiana.

No segundo capítulo, enfocamos o bairro Lomba do Pinheiro retomando a história de sua formação e inserção na cidade como periferia urbana. Entendemos o contexto de produção do espaço do bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre como o resultado das articulações entre os planos: econômico, nos espaços disponíveis para os ganhos do capital imobiliário direcionado à população de baixa renda, atuando na produção dos loteamentos clandestinos e irregulares; político, observando a normatização e a gestão democrática da cidade, e social, na dinâmica das ocupações e nas lutas reivindicatórias dos moradores da periferia. Nesse capítulo, são apresentadas as vilas pesquisadas por meio do perfil sócio-econômico delineado através dos dados de campo. Também abordamos os traços identitários, marcantes ao longo dos depoimentos, que enfatizam diferenças e semelhanças presentes no cotidiano das vilas, reforçando práticas e particularizando grupos.

No terceiro capítulo, tratamos da regularização fundiária, trabalhando aspectos relacionados ao contexto político nacional e municipal que colocam em destaque a condição de moradia dos trabalhadores de baixa renda, vivendo em situação precária e irregular. São apontados os instrumentos legais criados a partir da Constituição de 1988 no tocante à política urbana e ao que foi implementado em Porto Alegre, referente à regularização fundiária, a partir do governo da Frente Popular, em 1989. A origem das vilas e as expectativas dos

moradores também são apresentadas nesse capítulo e refletem alguns dos problemas que o programa proposto pelo poder público municipal tem enfrentado.

No quarto capítulo, enfocamos o tema da participação, inicialmente abordando a crise que assola a democracia representativa e as prováveis razões para tanto. É apresentado um estudo introdutório do significado e nuances que acompanham o tratamento do termo participação, isso se faz necessário para que situemos o tipo de participação proposto no OP: sua gênese no município de Porto Alegre, o papel das AMs na divulgação e organização para a participação. Além disso, registramos os índices de participação dos moradores e as impressões das lideranças quanto ao OP.

As vilas pesquisadas são espaços de reprodução da vida, são espaços populares e que, em geral, são vistos de forma homogênea no sentido das carências. Entretanto, a experiência vivenciada, através da pesquisa, demonstra que as dinâmicas sócio-espaciais em cada uma das vilas são diferentes. Embora, por um lado, a irregularidade e as carências infra-estruturais sejam comuns, por outro, as práticas dos atores sociais e os encaminhamentos locais, assim como a relação com o poder público, singularizam cada uma dessas vilas.

A existência, em Porto Alegre, de espaços públicos para a participação direta, como o OP e uma tradição de organização dos moradores das vilas, como a que ocorre no bairro Lomba do Pinheiro, em torno das AMs, nem sempre garante uma mobilização constante em torno da democracia participativa e sua incorporação às práticas sócio-espaciais dos moradores. As dificuldades advêm de diferentes origens e estão enraizadas nas especificidades da formação de cada um desses lugares.

1 O ESPAÇO URBANO

1.1 A produção do espaço urbano

O pensamento de autores que analisaram a cidade e o urbano tendo como referência a perspectiva marxista são representantes de uma valiosa produção teórico-metodológica para a interpretação geográfica da realidade. O materialismo histórico e dialético trabalha com análise das contradições do capitalismo, e ao mesmo tempo em que o compreende também mostra os meios para sua transformação.

Destacamos as contribuições de autores que, a nosso ver, reuniram esforços e promoveram avanços na tentativa de decifração da realidade urbana.

Gottdiener (1997) nos aproxima do debate acerca da teoria do espaço, nos situa quanto às bases do pensamento e trajetórias percorridas na elaboração das teorias que se propõem a explicar o urbano e a cidade, contextualiza e compara as construções teóricas de dois intelectuais, em especial: Manuel Castells que, baseado nas idéias desenvolvidas por Althusser em sua teoria de organização social, busca aplicá-la ao sistema urbano. E Henri

Lefebvre que construiu um referencial teórico que segue na perspectiva de elaboração de uma teoria marxista do espaço⁸.

Os desdobramentos das proposições destes dois autores, e especialmente o modo como interpretam o papel do Estado, nos ajudam a compreender a estruturação da cidade: para Castells, o Estado é visto no papel de regulador do conflito de classes e suas decisões se inserem nos interesses de longo prazo do capital monopolista, mas seu status é relativamente independente das necessidades capitalistas imediatas; já para Lefebvre, o Estado é uma estrutura para o exercício de poder, não pode ser reduzido apenas a interesses econômicos, podendo agir, e na maioria das vezes o faz, no interesse do capital, mas não pode buscar seus “próprios” interesses.

Inserimos aqui uma das conclusões a que chega Lojkine (1981) ao investigar o Estado na fase do capitalismo monopolista e que, a nosso ver, articula as interpretações dadas por Castells e Lefebvre. Partindo da proposição de que o Estado e o conjunto da superestrutura sejam analisados a partir de um novo enfoque do urbano com ênfase na política urbana capitalista⁹, o autor vê o papel desempenhado pelo Estado como a

Forma mais desenvolvida da socialização capitalista, a planificação estatal representa, com efeito, a resposta mais coerente do modo de produção capitalista para “acertar” as contradições econômicas e sociais que o solapam; mas na medida em que ela se mostra incapaz, a longo prazo, de dominá-las realmente, na medida em que [...] aparece subordinada não a uma lógica de controle racional, pela

⁸ Soja (1993) aponta os aspectos que fizeram com que o espaço fosse praticamente ignorado nas considerações dos marxistas ortodoxos e que foram pressionando a produção daqueles que buscavam inserir o espaço em suas construções metodológicas, uma das razões apontadas era a de que havia um espectro do determinismo geográfico de influência hegeliana à espreita nas teorizações daqueles que refletiam e se ressentiam com a lacuna existente no tocante a questão do espaço nas explicações alcançadas pela obra de Marx publicada até então.

⁹ Lojkine (1981, p. 328-329) identifica três componentes da política urbana capitalista: “[...] o financiamento público dos meios de comunicação, de aglomeração das atividades econômicas e dos meios de consumo coletivos concentrados nos lugares de aglomeração da força de trabalho [...]; a planificação urbana como coordenação estatal das produções e dos usos privativos do quadro construído; a política fundiária como tentativa de supressão do “obstáculo fundiário”, isto é, da contradição entre propriedade privada do capital e propriedade fundiária”.

sociedade, de seu desenvolvimento coletivo mas sim à lógica de acumulação do capital privado, a planificação assim como o conjunto da política estatal agem menos como instrumento de regulação do que como revelador de uma sociedade retalhada pelo conflito de classes antagônicas (LOJKINE, 1981, p. 321).

Na obra de Castells (2000), destacam-se a teoria do consumo coletivo e a ênfase dada aos movimentos sociais urbanos. A teoria do consumo coletivo trabalha com a idéia de que os bens de consumo coletivos necessários para a reprodução da força de trabalho, tais como habitação, educação, transporte e preocupações com poluição e energia, têm que ser suportados pelo orçamento público, pois não existe incentivo para que o capital privado os forneça, condição que favorece os interesses capitalistas. Nesse sentido, o Estado assume a responsabilidade pela qualidade de vida. Já a importância que assume o estudo dos movimentos sociais urbanos se deve ao deslocamento da luta de classes da área do trabalho para o espaço de vida comunal.

Souza (2000) reconhece a importância da contribuição dada por Castells ao despertar o interesse pelo estudo dos movimentos sociais urbanos que emergiam como reação às contradições advindas da problemática central do consumo coletivo. Uma vez que o Estado, ao assumir o papel de provedor de infra-estrutura e de equipamentos de consumo coletivo, desonera o capital privado de uma parte considerável do custo de reprodução da força de trabalho, criando novas oportunidades de investimento, mas com base em gastos públicos crescentes, tal situação estimula a dívida pública, ao mesmo tempo em que a “política urbana” torna-se o foco das reivindicações de novos movimentos sociais, orientados pela esfera do consumo e não da produção (SOUZA, 2000, p. 41).

O que mais chama a atenção na crítica feita por Souza (2000), e com a qual concordamos, é a idéia de negligenciar ou quando muito atribuir um papel secundário às manifestações de aspectos da dimensão cultural.

A “produção do espaço urbano” a ser reduzida a uma “produção capitalista da cidade”, enfatizando-se a produção de disparidades sócio-espaciais à luz da espacialização da produção e da reprodução capitalista e do papel do Estado como planejador e provedor de infra-estrutura em detrimento da construção (inter)subjativa do espaço urbano e das micropolíticas e microestratégias “infrapolíticas” ou “não-políticas” de resistência; em detrimento das identidades, da cultura, da “bairrofilia” (SOUZA, 1988; 1989); em detrimento, enfim, da riqueza de papéis e mesmo contradições que tornam um “morador pobre” muito mais que um simples “trabalhador explorado” (SOUZA, 2000, p. 45).

A proposta de Souza (2000, p. 46) é abordar a “questão urbana”, a partir da idéia do cadinho de tensões “resultante da reação dos indivíduos e grupos afetados por problemas primários como a pobreza e a segregação sócio-espacial, por sua vez remissíveis a fatores de alcance menos ou mais geral atinentes à exploração de classe, ao racismo e vários outros”.

Quando se trabalha com a explicação mais geral de um sistema, corre-se o risco de perder a especificidade; os indivíduos, os grupos, os problemas diários acabam por desaparecer em denominações tão generalizantes e a rede de ação formada naquele lugar se transforma em uma “fórmula geral”, esvaziada das relações sociais que lhe deram forma. O que se quer enfatizar é justamente a idéia de que em cada lugar emerge uma forma-conteúdo diferenciada e com dinamicidade constante, que ao longo do tempo vai se transformando, tanto na sua relação com questões que lhes são, aparentemente, externas (por exemplo: um novo programa de regularização ou a introdução de uma política de participação popular), mas principalmente no que se refere às questões de ordem interna (forma de inserção no grupo, relações de vizinhança, construção de identidades).

Corrêa (1997, p.145), ao construir uma definição para o espaço urbano, parte da idéia de conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si e que simultaneamente se faz “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Os agentes modeladores do espaço urbano considerados por Corrêa (2003, p. 12) são: “(a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos”.

A ação dos agentes modeladores se faz de acordo com o exemplo apresentado por Trindade Jr (2001), aplicando o conceito de rede de ação concebida por Raffestin. A produção do espaço urbano se dá através do estabelecimento de redes de ação

[...] como estratégias que envolvem uma pluralidade de agentes. Esses, por sua vez, não estão, necessariamente, em um mesmo plano de correlação de forças, mas instrumentalizam seus interesses por meios de coligações que viabilizam suas ações [...] podemos destacar, a título de exemplo, as coligações entre: a) Estado e os agentes sociais excluídos; b) os agentes sociais excluídos e os candidatos a cargos políticos; c) o Estado e as empresas incorporadoras/construtoras; d) os agentes sociais excluídos e os proprietários fundiários; e) o Estado e os proprietários fundiários; f) os agentes financiadores e as incorporadoras (TRINDADE JR, 2001, p. 142)

Entretanto, a produção e dinamicidade do espaço urbano envolvem também a complexidade de redes com mais de dois agentes a serem considerados e as tentativas de renegociação das ações projetadas nas redes estabelecidas naquele contexto.

1.2 O resgate do valor de uso em Harvey e Lefebvre

Concebendo a cidade como a materialização, o resultado que estrutura a produção e a reprodução de práticas tornadas possíveis em determinado contexto político, econômico, social e cultural, direcionamos nossas considerações ao pensamento de Harvey (apud CORRÊA, 1997, p. 121) que vê a metrópole moderna como “um produto da economia de mercado, afetada direta ou indiretamente pela industrialização, e da complexa sociedade estratificada que emerge”.

A partir da definição de Harvey, abre-se um rol de possibilidades de estudos que abarcam as dimensões espaço-temporais da cidade, por exemplo: sendo ela considerada um produto, podemos direcionar a análise para o processo que determinou tal produto, portanto investigar o passado, enfatizando sua dimensão histórica; envolvendo uma complexa sociedade estratificada, o estudo poderia focar as práticas sócio-espaciais no presente ou, ainda, deter-se nas estratégias dos agentes sociais que projetam os arranjos espaciais futuros.

Para pensar o futuro da cidade, parece-nos essencial retomar as reflexões desenvolvidas por Harvey e Lefebvre, uma vez que elas giram em torno da justiça social e do direito à cidade. A aplicação prática de tais princípios, porém, esbarra na lógica do capitalismo. A desigualdade social e a segregação sócio-espacial são o resultado da organização dada pelo capitalismo à sociedade a ao solo urbano.

O solo urbano é fragmentado tanto no que se refere às funções, quanto à sua mercantilização: cada pedaço tem características únicas e inigualáveis, sendo esse um atributo que o torna uma mercadoria muito especial.

A fragmentação também se dá em outras esferas; a separação no mundo do trabalho da unidade antes existente entre ação, produto e técnica se reflete numa visão deslocada do espaço social. Segundo Lipietz (1988, p. 26-27):

Em uma sociedade onde não houvesse diferença entre o trabalho social e os trabalhos concretos, a questão da relação entre “espaço social” e as “práticas” não se colocaria: seria o espaço destas práticas. O que vem complicar as coisas no seio do modo de produção capitalista é que o *trabalho social se apresenta como soma de trabalhos privados*, efetuados independentemente uns dos outros. Esta contradição social/privado provoca uma dupla ilusão: - a aparência de uma *autonomia do espaço social* em relação às *atividades privadas que nele se desenrolam*, autonomia que ultrapassa o fato de que toda atividade se inscreve em um quadro de condições sempre dadas, herdadas do passado [...]; - a aparência inversa de que o espaço social, ou pelo menos o seu suporte, o mais material (o quadro construído), é o produto de atividades privadas (de promotores ou da administração [...]).

O homem da modernidade, segundo Seabra (2001, p. 92),

Vive muito mais representações acumuladas que sintetizam habilidades e saberes cada vez mais delimitados e circunscritos, fenômenos reconhecidos como sendo “divisão social do trabalho”, a prática social da modernidade, [...] os sujeitos sociais da modernidade vivem o tempo e o espaço dividido, parcelado, conforme as necessidades da vida social.

Os estudos sobre a cidade e o urbano realizados por David Harvey e Henri Lefebvre constituem-se em referenciais muito importantes para a produção geográfica. Suas considerações mostram os efeitos do capitalismo na cidade e refletem a complexidade envolvida ao empreender tais análises. Destacamos aqui idéias contidas nas obras “O direito à cidade” e “Justiça social e a cidade”, porque nelas encontramos observações que nos permitem refletir quanto ao espírito de algumas das mudanças propostas no tocante à política urbana ocorridas no Brasil com o advento da Constituição de 1988 e também nos permitem observar parâmetros e limitações da participação popular no contexto do sistema capitalista.

Lefebvre (2001), em “O direito à cidade”, retoma a idéia da “cidade obra”, propondo a reaproximação do trabalhador da totalidade perdida com as sucessivas divisões do trabalho que vão ocorrendo ao longo das fases do capitalismo e em que a cidade vai sendo convertida em produto; é um direito que não se restringe à habitação e aos equipamentos, mas à vida urbana.

Harvey (1980), em “A justiça social e a cidade”, trabalha com a idéia de que muito do que ocorre na cidade (particularmente na área política) pode ser interpretado como tentativa de organizar a distribuição dos efeitos externos para obter vantagens de renda.

O autor retoma pesquisas, refutando os parâmetros utilizados nos estudos sobre a cidade, considerando-os insuficientes ou não-apropriados. Um dos problemas é a falta de uma linguagem que simultaneamente discuta a lógica das formas espaciais e dos processos sociais presentes na cidade.

Os meios capitalistas servem aos fins do próprio capitalismo, e esses fins capitalistas não são compatíveis com os objetivos de justiça social. Da mesma forma, os conceitos de escassez de recurso, a privação, a apropriação e a exploração são organizados para permitir o funcionamento do mercado. Além disso, os mecanismos que governam a redistribuição da renda parecem estar levando em direção a um estado de maior desigualdade e maior injustiça. Daí pensa na construção de uma teoria normativa de alocação espacial ou territorial, baseada em princípios de justiça social¹⁰.

¹⁰ Os princípios de justiça social que se aplicam a situações geográficas seriam, de acordo com Harvey (1980, p. 91): “1. a organização espacial e o padrão de investimento regional deveriam ser tais que satisfizessem as necessidades da população [...]; 2. uma organização espacial e um padrão de alocação de recurso territorial que provê benefícios extras na forma de satisfação de necessidades [...] e resultado agregado [...] em outros territórios [...] e 3. desvios no padrão de investimento territorial podem ser tolerados se estão destinados a superar dificuldades específicas do meio [...]”.

A essência da justiça social pode ser englobada na ordenação de três critérios: a necessidade, como sendo o mais importante, a contribuição ao bem comum e o mérito.

As necessidades são: alimento, habitação, cuidados médicos, educação, serviços social e ambiental, bens de consumo, oportunidades de lazer, amenidades de vizinhança e facilidades de transporte (HARVEY, 1980, p. 86).

A argumentação apresentada retoma as concepções teórico-metodológicas de Marx, destacadamente a dialética entre valor de uso e valor de troca, e a unidade dada através de mercadoria. Lembrando que a mercadoria também expressa uma série de relações sociais que vão tornando os seres humanos mais alienados: do produto do trabalho, da atividade da produção, de sua própria espécie e de si próprios.

Para Harvey (1980) é urgente que seja reconhecida a necessidade de "uma função social de bem-estar, compreensiva e globalmente aceita, em relação à qual as decisões e resultados políticos possam ser julgados" (p. 40); que sejam observados "os mecanismos que articulam as decisões locacionais [...] em assuntos como rede de transportes, zoneamento industrial, localização de utilidades públicas, localização de moradias etc., com inevitáveis efeitos distributivos sobre a renda real de diferentes grupos" (p. 40); sejam avaliados o impacto distributivo, sendo necessário para tanto, "combinar as noções de acessibilidade e proximidade [...] com a noção de bem público impuro. Todos os bens públicos localizados são "impuros" e a exteriorização existe como um "campo espacial" de efeitos" (p. 48); se considere que "a renda real de qualquer indivíduo em um sistema urbano é suscetível de mudar através das decisões de outros. Desde que essas decisões raramente levam em

consideração seu bem-estar, pouco pode fazer a respeito delas, exceto (1) mudando sua própria localização [...] para manter ou aumentar sua renda real, ou (2) unindo-se a outros e exercendo pressão grupal ou coletiva, buscando impedir decisões locacionais que diminuam sua renda real, e encorajando decisões locacionais que aumentem sua renda real" (p. 59); que se observe que "a redistribuição da renda pode ocorrer através de mudanças: 1. na locação de empregos e moradias; 2. no valor dos direitos de propriedade, e 3. no preço dos recursos para o consumidor"(p. 71).

O autor chama a atenção quanto aos aspectos que fazem do solo e de suas benfeitorias mercadorias diferenciadas das outras mercadorias porque: "(i) O solo e as benfeitorias não podem deslocar-se livremente. [...] A localização absoluta confere privilégios de monopólio à pessoa que tem os direitos de determinar o uso nessa localização; (ii) O solo e as benfeitorias são mercadorias das quais nenhum indivíduo pode dispensar. [...]; (iii) O solo e as benfeitorias mudam de mãos relativamente com pouca frequência. [...]; (iv) O solo é algo permanente e a probabilidade de vida das benfeitorias é muitas vezes considerável.[...]; (v) A troca no mercado ocorre em um momento do tempo, mas o uso se estende por um período de tempo. [...]; (vi) O solo e as benfeitorias têm usos que não são mutuamente exclusivos para o usuário" (HARVEY, 1980, p. 135-136).

A existência de numerosos e diversos atores no mercado de moradia, tais como usuários de moradia, corretores de imóveis, proprietários, incorporadores, instituições financeiras, instituições governamentais, faz com que em cada grupo haja um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca, tornando a elaboração e a implementação de uma função social de bem-estar no sistema urbano bastante difícil.

Lefebvre (2001) também demonstra a necessidade de novos paradigmas para a cidade. Mas como implantá-los na realidade?

Logo na apresentação de “O direito à cidade”, Lefebvre (2001, p. vii) lança o desafio: pensar uma estratégia do conhecimento conjuntamente a uma estratégia política que se direcione para a prática do “direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados”.

A vida na cidade empurra o trabalhador de baixa renda para a terra mais barata da periferia, sendo afastado daquilo que se considera a vida urbana, proporcionada pela infraestrutura, equipamentos, espaços culturais, a cidade obra. Aprofundam-se a desigualdade e segregação espacial, perde-se o direito à cidade.

Com a suburbanização principia um processo, que descentraliza a cidade. Afastado da cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência vai se dissipar. (LEFEBVRE, 2001, p. 17-18).

Portanto “a reflexão teórica se vê obrigada a redefinir as formas, funções, estruturas da cidade, bem como as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2001, p.103).

A cidade é vista como a “realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico” e o urbano como “a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”.(LEFEBVRE, 2001, p.49).

Segundo Lefebvre (1980, p. 46),

A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta, encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal e não ser para a meditação.

O autor explicita sua tese de que: a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso.

1.3 A importância do cotidiano nos estudos urbanos

Para Santos (1997, p. 227), a organização do espaço urbano envolve as engrenagens da constante dinâmica de sua transformação em mercadoria, verticalidades que representam “os vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”. São seletivamente direcionadas a determinadas parcelas e são diferentemente recebidas, resultando daí em desigualdades espaciais.

As desigualdades espaciais são resultantes tanto da seletividade dos vetores das verticalidades como das reações das especificidades do lugar, sendo as trocas e as horizontalidades fortemente atuantes nesse fragmento. Na perspectiva de Santos (1997, p.227), a dialética das horizontalidades é

tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

O pensamento de Santos nos remete à dimensão das práticas cotidianas, ao plano da comunicação, das relações de vizinhança, da memória e da construção das identidades. O cotidiano conforme os valores dominantes, mas não de todo alienado, o lugar da cegueira e da descoberta, daí lembrarmos de que,

Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como a sua consciência. (MARX, 2002, p. 20).

Nosso intuito, através das citações de Santos (1997) e de Marx (2002), é aproximar e enfatizar os conceitos de lugar e de consciência. Eles embasam o estudo que propomos sobre as vilas periféricas e da mobilização dos moradores em torno da participação, uma vez que as consideramos como lugares, com características que lhes são próprias e onde cada indivíduo ao longo de sua vida vai construindo sua consciência.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1997, p. 258).

São várias as possibilidades de leitura da produção do espaço urbano. Carlos (2004), influenciada pelo pensamento de Lefebvre, propõe uma análise que combina o espaço como condição/produção da acumulação e o espaço da reprodução da vida.

A compreensão da cidade pensada na perspectiva da Geografia coloca-nos diante de sua dimensão espacial – a cidade analisada enquanto realidade material; esta por sua vez, se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma (CARLOS, 2004, p. 13).

Essa autora aponta uma série de perspectivas para o estudo da problemática urbana e estrutura seu pensamento na possibilidade de aproximação e articulação entre o plano teórico e a prática sócio-espacial.

Um caminho possível pode se abrir para a construção da problemática urbana, aquela que não seja reduzida à cidade, mas se refira à vida do homem apoiada numa concepção de mundo, envolta num projeto que poderia romper com o racionalismo e articular o plano teórico com aquela prática sócio-espacial, que poderia resgatar em sua amplitude a vida do homem (CARLOS, 2003, p.15).

Ao nos determos nas relações sociais que dão forma à cidade, pensamos também no conceito de forma-conteúdo proposto por Santos (1997), os híbridos de materialidade e relações sociais, e nos eventos cujo lugar é o depositário final e onde se desenrola a vida cotidiana.

O conteúdo de uma teoria da prática sócio-espacial é a própria vida do homem e esta vida se desenrola em um cotidiano. A vida cotidiana, segundo Heller (2000), é um

espelho da história, é um fermento secreto da história; nela a atividade com a qual formamos o mundo e aquela com a qual formamos a nós mesmos coincidem. Ela envolve alienação, mas também momentos em que se criam condições para a condução da vida.

Lemos (2001), ao afirmar a existência de diferenciações entre as experiências cotidianas na cidade, aponta para a singularidade das situações que podem ser encontradas nos bairros.

A percepção da cidade se constrói a partir de uma visão subjetiva que se conforma ou se rebela no contato com a cidade objetiva, construída pela sociedade com suas bases econômicas e políticas. A experiência cotidiana se diferencia pelas expectativas pessoais arraigadas em valores culturais, em tradições e costumes, que se diferenciam em estilos de vida, níveis de renda e tipos de trabalho que conformam bairros da cidade. Esses bairros são formados pelos lugares construídos com as realidades de vidas cotidianas diferentes, com culturas diferentes, com experiências ambientais diferenciadas. A condição de classe da sociedade transforma a cidade em lugares com dimensões ambientais singularizadas (LEMOS, 2001, p. 440).

1.4 Buscando nexos para o espaço-tempo investigado

O bairro Lomba do Pinheiro é considerado periférico por reunir características sócio-econômicas, infra-estruturais e de situação fundiária que o relacionam à condição da precariedade periférica. Na lógica dada pelo capital e implementada pelo planejamento estatal, o bairro se destina à moradia de trabalhadores de baixa renda vindos, em sua maioria, do interior do estado em busca de melhores condições de vida na Capital, encontrando neste bairro terra a ser ocupada ou negociada.

Em 1965, por exemplo, o poder público municipal levou para aquele local os flagelados das enchentes; a vila Mapa I foi planejada e construída para esse fim. Os moradores de áreas que iriam ser alvo de obras públicas também foram removidos para lá, como é o caso da vila Nova São Carlos, em 1982.

Também temos que levar em consideração os planos do capital imobiliário e dos proprietários fundiários em um bairro que, embora marcado pela irregularidade, clandestinidade e ocupação, parece, nos últimos tempos, ter sido “percebido” por agentes imobiliários que tradicionalmente têm seus investimentos direcionados a outras camadas sociais.

O bairro ainda dispõe de amplos espaços não-edificados e que podem ser vendidos àqueles que não têm o suficiente para adquirir um lote em outro bairro e querem a garantia de uma escritura. Talvez possa significar o início de uma “nova onda” para o bairro, já que uma boa parte dos antigos moradores ainda está dependendo de acertos com os proprietários das terras, tem pendências judiciais ou aguarda a concretização do planejamento municipal, sendo, portanto, sua permanência não uma garantia, mas ainda o lance de um “jogo” que está muito longe de terminar e que pode resultar, inclusive, em sua “substituição” por moradores com outro perfil sócio-econômico.



FIGURA 01 – FOTO DO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO “MORADA DA FIGUEIRA”.
Fonte: FONTOURA, Ana Elisa Sparano, 2005.

Enquanto finalizamos esta pesquisa, acompanhamos a conclusão do estudo-diagnóstico realizado pela Prefeitura Municipal em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao longo de sete anos foram levantados dados tanto do meio natural quanto do meio construído, estabelecendo as áreas que poderão ser construídas e as que deverão ser preservadas, as vias de circulação necessárias, etc, planejando, dessa forma, a Lomba do Futuro. A implementação da infra-estrutura e dos equipamentos que hoje faltam serão arcados pela iniciativa privada que demonstra interesse em realizar empreendimentos no bairro, fazendo uso do chamado “Urbanizador Social”¹¹.

¹¹ O Urbanizador Social é um instrumento de política urbana e habitacional. Conforme definição do Plano Diretor de Porto Alegre (LC 434/99), é o empreendedor imobiliário cadastrado no Município com vistas a realizar empreendimentos de interesse social em áreas identificadas pelo Município. Constitui-se em um instrumento que visa à produção e implementação de parcelamento do solo ou edificações destinados a suprir a demanda habitacional prioritária através de parceria público-privado.

O que será a Lomba do Futuro? É possível pensar, por exemplo, que os moradores que entrevistamos lá não mais estejam, empurrados para fora de um espaço que, a nosso ver, irá tomar novas feições. Seja pelo que, por ora, é apenas um projeto: o alargamento da Estrada João de Oliveira Remião; seja pela irregularidade e dificuldade em pagar a terra particular; seja pela valorização que o lote terá com a chegada da infra-estrutura, tornando-se bastante atraente a idéia de desfazer-se daquele e ir para um outro local mais acessível economicamente.



FIGURA 02 – FOTO DA VISTA A PARTIR DO PÁTIO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL AFONSO GUERREIRO LIMA.

Fonte: FONTOURA, Ana Elisa Sparano, 2005.

As abordagens destacadas quanto à produção do espaço urbano nos auxiliam a pensar na complexidade envolvida ao analisar a cidade para o capitalismo: o espaço do uso ameaçado pelo espaço da troca, sua constante transformação em mercadoria e fragmentação para o mercado que vai lhe atribuindo valores diferenciados num jogo de valorização/desvalorização do solo urbano e ditando quais são os espaços a serem ocupados,

segundo as condições econômicas e definindo uma distribuição da sociedade de maneira desigual quanto ao acesso e proximidade dos equipamentos, infra-estrutura, à dita “cidade”.

A produção do espaço urbano se faz através dos agentes modeladores e dos interesses defendidos através da estratégia das redes de ação e da dinamicidade constante, presentes nas combinações entre agentes, projetos, gerando negociações, conflitos e lutas, que irão aparecer na materialização que é a cidade.

Autores como Harvey (1980; 2001), Lefebvre (2001), e Santos (1996; 1997) nos embasam na tentativa de encontrar um nexos para o recorte espaço-temporal que investigamos. A idéia de necessidade urgente de uma função de bem-estar geral para a vida na cidade nos remete à função de propriedade que, na Constituição Federal de 1988, é expressamente social, além de também haver a atribuição dos municípios no sentido de planejar as estratégias para fazer valer tal função. Harvey mostra as dificuldades do consenso e as experiências nos mostram que as leis são imprescindíveis, mas não suficientes sem um aparato que as faça valer.

A idéia de direito à cidade nos leva, primeiramente, a pensar na carência infra-estrutural, de equipamentos e na condição das moradias, mas esse direito que é negado se dá também na distância e impossibilidade de ter acesso à cidade em sua totalidade. A gestão democrática da cidade, através de mecanismos como o orçamento participativo, atenuam as carências, mas não contemplam a mediação com a cidade pensada por Lefebvre.

Santos com a idéia de verticalidades e horizontalidades estabelece uma relação que nos faz refletir sobre os comandos que vêm de longe e que não são direcionados a todos os

espaços, são seletivos nas intenções. Entretanto, mais do que a noção da diferenciação, a questão da horizontalidade nos aproxima dos lugares. São os próprios lugares, através das relações sociais estabelecidas no cotidiano, que fazem com que as respostas sejam diferenciadas ao que chega ou não das verticalidades, criando, portanto, a singularidade e valorizando a necessidade de investigação dos espaços da vida cotidiana, porque é lá que temos a possibilidade de encontrar a conformidade, mas também a resistência, a criatividade e a chance de cooperação, de solidariedade e de semente de transformação.

2 A PRODUÇÃO DA PERIFERIA

2.1 Antecedentes históricos do bairro¹² Lomba do Pinheiro

O bairro Lomba do Pinheiro se localiza na região leste de Porto Alegre, na divisa com o município de Viamão, conforme pode ser observado na FIGURA 03. De ocupação inicialmente rural, teve suas glebas aos poucos subdivididas em lotes de menores dimensões. Até fins dos anos 1940 havia no bairro, aproximadamente, 200 habitantes.

No princípio da década de 50, o ritmo de crescimento do bairro aumenta, sendo resultado, em grande parte, do estímulo ao desenvolvimento industrial do país. Ao final da década de 50 moram no bairro cerca de 4.000 habitantes.

¹² Para o termo ‘bairro’, são encontradas as seguintes definições: (a) “cada uma das partes que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos” (cf. FERREIRA, 1994, p. 81); (b) “resultado de um conjunto de relações sociais que passa pela consciência histórica de pertencer a uma localidade. O *conceito* [grifo do autor] ultrapassa os limites administrativos, à medida que o grau das relações criadas entre as pessoas que vivenciam um mesmo cotidiano, de rua ou quarteirão, de praças ou igrejas, forma uma unidade espacial de profunda significação” (cf. GIOVANETTI; LACERDA, 1996, p. 17).

FIGURA 03 – MAPA DOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE.
Fonte: MENEGAT, 1998, p. 201.

Na Lomba do Pinheiro, a ocupação urbana mais intensa deu-se a partir do início da década de 70. O direcionamento das pessoas para o bairro está associado em especial: à elevação dos preços dos imóveis na área central da cidade; à remoção de vilas, também na área central; ao aumento dos loteamentos nas áreas periféricas, quando os loteadores prometem uma série de vantagens aos possíveis moradores e ao êxodo rural que, de um modo geral, força o aumento populacional em várias áreas do bairro, até os dias atuais.

O texto “Minha trajetória pelo Rio Grande do Sul”, de autoria da estudante Nara Regina Damásio¹³, bem ilustra a origem e as expectativas de uma parcela muito significativa de moradores do bairro.

Nesta redação vou contar um pouco da minha vida juntamente com minha família. Eu nasci em Caçapava do Sul onde vivi até os três anos de idade. Meus pais agricultores sempre trabalharam no plantio de verduras e legumes. Quando o trabalho começou ficar ruim por lá resolveram mudar, viemos morar primeiramente em Viamão, onde permanecemos por alguns anos. Mas o que meus pais queriam mesmo era comprar um pedaço de terra (era como eles falavam) e com muita luta e trabalho conseguiram, foi quando viemos para a Lomba do Pinheiro, na época era só mata, sem luz elétrica, sem água potável. Foi aqui que eles se realizaram, construíram nossa casa não com tanto conforto, mas com o necessário para nossa sobrevivência e foi ali que eu e meus irmãos nos tornamos adultos, casamos e construímos também nossas famílias.

A dinâmica das ocupações também faz parte da realidade da Lomba do Pinheiro e foi descrita por uma outra moradora do bairro e também aluna do Serviço de Educação de Jovens e Adultos¹⁴.

Alguns anos atrás surgiu na Lomba do Pinheiro, por iniciativa de um homem chamado João da Silva, a idéia de se apropriar de terras localizadas na parada 13 A,

¹³ Estudante do Serviço de Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Afonso Guerreiro Lima, localizada na Rua Guaíba, 203 – vila Nova São Carlos.

¹⁴ O texto “O João e a Invasão” está publicado no livro Palavra de Trabalhador 7. Secretaria Municipal de Educação, SEJA/MOVA, Porto Alegre, nov.1998.

era uma área muito grande onde havia apenas árvores e então o João começou a espalhar o boato que aquelas terras eram muito boas e que o dono a deixara lá abandonada e, argumentava: pra que deixar toda aquela terra lá vazia, sem atividade, se havia tanta gente precisando dela para construir suas casas? E assim, o João foi conseguindo aliados, mas na verdade o João não estava preocupado com a falta de moradia, mas de olho nos lucros que poderia ter com aquela invasão.

Mais ou menos seis meses se passaram e finalmente o João conseguiu o número de pessoas para a invasão, se reuniram então e decidiram invadir. Chegou o dia e lá estava o João com um facão em uma de suas mãos para cortar as árvores e na outra um rolo de fio para cercar os terrenos, fizeram tudo sem a interferência de ninguém.

Logo após, o dono das terras entrou na Justiça para reivindicar as terras, mas até hoje não conseguiu nada. E os terrenos são mal situados, uns até sem saída própria, não tem luz regulamentada, não tem água regulamentada, o esgoto corre a céu aberto, e você deve tá se perguntando do João; o João pegou vários terrenos e depois vendeu e outros ele mantém alugado e você também deve se perguntar se o João mora lá, já que foi ele quem começou a briga pelas terras. O João não mora, João mora numa bela casa bem situada e os pobres moradores lá sofrendo com as condições do lugar e a ameaça de algum dia a justiça tirá-los de lá (FARIAS, 1998, p. 206).

Alguns dos movimentos e sentimentos descritos no texto estão presentes nas ocupações que ocorrem neste bairro: um agente local movido por interesses particulares encoraja um grupo desejoso por moradia própria a ocupar uma área, consolida-se o primeiro ato, mas com a aparição do proprietário inicia-se um longo e penoso processo para os moradores da área ocupada já que além da incerteza de permanência no local, a infra-estrutura urbana inexistente.

A situação desafia as individualidades e desperta lideranças diante dos encaminhamentos a serem dados na garantia de permanência, através da regularização fundiária e na organização dos moradores para a obtenção, por exemplo, das redes de água, luz e esgoto.

Foi fundamental na história de formação da Lomba do Pinheiro a atuação dos freis que vieram morar no bairro, com vistas a acompanhar e auxiliar os migrantes no meio urbano através do trabalho da Pastoral do Migrante e no intuito de desenvolver o espírito comunitário.

No início dos anos 70, três freis da ordem Franciscana se instalaram na Vila São Pedro, acontecimento que marca o começo do trabalho através das primeiras Comunidades Eclesiais de Base na Lomba do Pinheiro.

O morador típico da Lomba era, segundo os próprios freis, o operário que trabalhava durante a semana e, nos fins de semana, construía a sua casa. O trabalho pastoral deveria formar lideranças, conscientizar e organizar politicamente a comunidade. Bons resultados foram obtidos, com a construção de uma escola e um posto policial, além da própria formação de líderes. A participação neste processo de membros da FRACAB – Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros – e técnicos de assuntos comunitários fomentou, sempre com estreita ligação à atuação franciscana, a criação de diversas associações de moradores, situação que se estabilizou principalmente a partir do ano de 1975 (PORTO ALEGRE, 2000a, p.100-101).

Em 1982 é criada a União de Vilas da Lomba do Pinheiro. Congregando cerca de dezessete associações de moradores, a entidade centra sua luta nas questões que afetam a rotina diária dos moradores, principalmente a tarifa do transporte coletivo e o abastecimento de água. Tal organização política acaba por influenciar também na eleição de representantes da Lomba do Pinheiro, tanto para o legislativo municipal quanto para o legislativo estadual.

Em 1983, é criada a União de Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), ela reuniu 51 dentre as 170 Associações de Moradores existentes e que, para Baierle (1992, p. 46)

Constitui-se, desde o início, como um espaço de articulação interpartidária, cujo ponto de unidade se encontrava na política de enfrentamento com o Estado e no combate ao regime ditatorial, objetivando o seu desgaste ou a sua derrubada, dependendo da estratégia ou da tática das organizações partidárias.

Em meados dos anos 80, a União de Vilas da Lomba do Pinheiro vai se desarticulando, por um lado pela sobreposição de compromissos ocorrida com a criação da

UAMPA, gerada pela necessidade de envolvimento das lideranças comunitárias de associações de moradores em reuniões demandadas pela Entidade e, por outro lado pela intensificação na constituição de novos núcleos habitacionais no bairro que, a partir da atuação de um movimento organizado de ocupações de áreas urbanas, redefine a conformação na Lomba do Pinheiro. A organização comunitária e a identidade das novas vilas que vão se formando leva um tempo, assim como o estabelecimento de uma interlocução com as lideranças antigas e o reconhecimento de traços identitários comuns aos moradores do bairro, o que também se faz pela ação comunicativa.

Atualmente, quase todas as vilas estão ligadas a uma associação de moradores ou a uma cooperativa habitacional que aglutinam em variados graus o grupo de moradores, divulgam informações e estimulam o envolvimento que, de acordo com a visão¹⁵ daqueles que as dirigem, se reflete na importância que é conferida ao processo participativo.

O aumento populacional tanto da cidade de Porto Alegre como do bairro¹⁶ pode ser acompanhado na tabela a seguir.

	1980	1991	2000
Porto Alegre	1.125.477 hab.	1.263.403 hab.	1.360.590 hab.
Lomba do Pinheiro	12.084 hab.	26.488 hab.	54.912 hab.

TABELA 01 – AUMENTO POPULACIONAL EM PORTO ALEGRE E NO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO.

Fonte: IBGE: Censos demográficos 1980, 1991 e 2000.

¹⁵ Estando tal visão mediada, por exemplo, por questões político-partidária, religiosa, da história de envolvimento na luta comunitária.

¹⁶ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE disponibiliza dados referentes ao “bairro” Lomba do Pinheiro, mas é importante destacar aqui que são aproximações, pois, de fato, a Lomba do Pinheiro só será considerada um bairro em 1997, quando é sancionado o substitutivo n.1 ao Projeto de Lei n. 1/93.

A comparação dos dados referentes ao aumento populacional do município de Porto Alegre e do bairro nos dá uma amostra, guardadas as considerações relativas aos dados relacionados ao bairro, do ritmo de crescimento populacional diferenciado e das dimensões quanto ao fluxo de pessoas que se direcionam à Lomba do Pinheiro. Entre 1980 e 1991 ocorre um aumento de 119,19%, enquanto em Porto Alegre, no mesmo período, o percentual é de 12,25%; já para o intervalo entre 1991 e 2000, os percentuais são de 107,30% e 7,69% para o bairro e o município, respectivamente.

Em 1995, há um incremento na principal via de acesso ao bairro com a inauguração da Via do Trabalhador, ligação entre o bairro Restinga e o município de Canoas. Com esta obra, a Estrada João de Oliveira Remião foi duplicada facilitando o acesso à Lomba do Pinheiro e dando impulso extra à sua ocupação. Além disso, há uma melhora na qualidade do transporte coletivo, tanto nos trajetos quanto nos horários oferecidos.

A Estrada João de Oliveira Remião é uma via com duas funções, uma vez que é um eixo que liga a Região Metropolitana com o sul do Município e também é o acesso para todos os loteamentos do bairro.

Na Lomba do Pinheiro, convivem núcleos densamente povoados com áreas verdes e de preservação ecológica. A extensão do local combinada com a descontinuidade do povoamento resultou em uma formação social bastante singular, que oscila entre um passado rural e um presente cada vez mais urbano. Hoje são mais de 54.000 habitantes¹⁷, estando os problemas urbanos presentes no dia-a-dia dos moradores.

¹⁷ Em 1997, as Associações Comunitárias estimavam em 75 mil o número total de moradores.

A população da Lomba do Pinheiro está distribuída principalmente por vilas como: Jardim Franciscano, Nova São Carlos, Viçosa, Elo Dourado, Recreio da Divisa, São Francisco, Santa Filomena, Chácara das Pêras, das Pedreiras, Beco do David, Quinta do Portal, Jardim Lomba do Pinheiro, Mapa I e II, São Claro, Stellamar, Primeiro de Maio, Nova Serra Verde, Pinhal, Santa Helena, São Pedro, Bom Sucesso e Panorama, de acordo com a FIGURA 04.

**FIGURA 04 – MAPA DAS SUB-REGIÕES DA LEITURA DA PAISAGEM –
ÁREAS HOMOGÊNEAS.**
Fonte: PORTO ALEGRE, 2003a.

Certas características marcaram o processo de constituição do bairro através das dinâmicas de: periferização, segregação, territorialização e participação, as quais são destacadas no QUADRO 01:

Periferização	Porque as características que cercam o processo de adensamento populacional deste bairro seguem a dinâmica da precariedade infra-estrutural, uma das principais identidades do que se denomina como periferia, bem como a distância ao Centro da cidade. Em 1989 o bairro já era considerado o maior aglomerado de loteamentos clandestinos e irregulares da cidade.
Segregação	Pois o acesso aos lotes responde, para a grande maioria dos moradores, à limitada disponibilidade de recursos que os fazem invariavelmente ali permanecer e também, conforme a condição econômica e a carência infra-estrutural, sofrendo mais ou menos as dificuldades advindas para ir, por exemplo, ao posto de saúde ou a escola. Um outro aspecto que também pode ser focado é o da reclusão, o medo de sair, de relacionar-se, de conversar, e que é decorrente da intensificação de ações violentas de grupos ligados ao tráfico de drogas: assaltos, tiroteios, queima de casas e assassinatos.
Territorialização	Uma vez que os moradores são provenientes ou do interior do Rio Grande do Sul, fruto, em parte, do êxodo rural, ou de outros bairros, dos quais foram removidos devido a obras viárias, de áreas de risco ou ainda, devido ao empobrecimento que leva as pessoas a buscarem terra mais barata na periferia. São significativas as chances de deixar de pagar aluguel ou de morar com parentes, valorizando assim a possibilidade de ali se fixar, em especial, na condição de proprietário.
Participação	Por ser uma perspectiva no sentido de minimizar as carências freqüentes das vilas pertencentes ao bairro. Desde o início do parcelamento das terras e da ocupação mais intensa da Lomba do Pinheiro se constituíram Associações de Moradores no intuito de organizar as reivindicações por infra-estrutura básica. São também marcantes os índices de participação dos moradores da Lomba do Pinheiro nas reuniões do orçamento participativo, onde também podem buscar os recursos necessários a cada uma das etapas da regularização fundiária.

QUADRO 01 – DINÂMICAS DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO.

Fonte: FONTOURA, Ana Elisa Sparano.

2.2 Periferia urbana

A concentração de população em regiões insalubres e o incremento no sistema de transporte caracterizam a Lomba do Pinheiro como periferia urbana: áreas sem infra-estrutura e serviços básicos, nas quais ao subproletariado era permitido se estabelecer.

Os estudos da cidade sob a lógica do capitalismo enfatizam sua transformação em mercadoria, algo que era essencialmente valor de uso transformado em algo com valor de troca, gerando a fragmentação e a segregação social e espacial aos níveis da habitação, dos equipamentos coletivos e do transporte domicílio-trabalho.

A cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos (SINGER, 1979, p. 33).

Existe ou não correlação entre a polarização social e a política estatal? Esta é uma das questões que Lojkine (1981) investiga, ou seja, a maneira como a política urbana age sobre o duplo processo de “monopolização” e de “proletarização” que caracteriza a estrutura social do capitalismo monopolista de Estado.

Nosso pensamento se volta às periferias urbanas no Brasil, fazendo uma reflexão sobre a atuação do Estado através do Banco Nacional de Habitação, que progressivamente vai deixando de aplicar seus recursos no financiamento da habitação popular, como também na falta de fiscalização quando da implantação de loteamentos que são oferecidos a essa mesma

população. A cidade também é o resultado das ações do Estado em associação com a garantia das condições necessárias à reprodução do capital.

[...] a proliferação dos loteamentos clandestinos periféricos só pode ser entendida se percebermos a sua importância para a acumulação do capital e para a reprodução da força de trabalho na etapa recente de expansão do capitalismo no Brasil (BONDUKI; ROLNIK, 1979, p. 118).

Nesse sentido, a interpretação da dinâmica de constituição da periferia deve ter por base a consideração de que ela também faz parte do processo de acumulação capitalista e que, mais cedo ou mais tarde, estará incorporada a dita cidade formal. Segundo Furtado (2001, p. 05), ela é

O resultado da produção de valores de uso, primeiro por meio do trabalho individual (que produz moradias) e, depois, por meio de trabalho coletivo (infra-estrutura provida pelo Estado) transforma-se em valor de troca, constituindo-se em porções definitivas (propriedades) de espaço urbano consolidado, controlado diretamente pelo capital”.

As definições de periferia urbana enumeram características que revelam uma configuração espacial segregada, de distribuição desigual dos serviços urbanos básicos, além de longas distâncias a serem percorridas, o que nos remete também à idéia de espoliação urbana¹⁸.

Bonduki e Rolnik (1979, p. 147) definem periferia como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial, pois assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social”.

¹⁸ Termo cunhado por Lúcio Kowarick e título de livro de sua autoria.

Maricato (1979, p. 82-83) inclui em sua definição de periferia urbana a dimensão do lote e o conceito de desurbanização desenvolvido por Lefebvre, em 1969:

O espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamento ou infra-estrutura urbanos, onde o comércio e os serviços particulares também são insignificantes enquanto forma de uso do solo. Essa ocupação é urbana, mas pode-se dizer também que é desurbanizada à luz de certas formulações técnicas urbanísticas de planejamento ou mesmo à luz de certas formulações antropológicas, ou ainda à luz da história das cidades.

A definição de periferia é enriquecida por Durham (1986, p. 85-86), ao acrescentar às variáveis econômica e política considerações quanto ao modo de vida.

A população pobre está em toda a parte nas grandes cidades. [...] Mas há um lugar onde se concentra, um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada periferia. A “periferia” é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos.

Ao apontar importantes aspectos da inter-relação entre a segregação e a imobilização relativas dos moradores da periferia, Durham (1986) destaca as condições favoráveis ao desenvolvimento de uma sociabilidade local que distingue estes moradores daqueles de camadas mais abastadas. A vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade relacionadas à existência de problemas comuns nas áreas de habitação, saúde, escolarização e acesso ao mercado de trabalho. Também é observada uniformidade no que diz respeito a valores fundamentais, hábitos, gostos e

aspirações; modos de consumo e lazer criados pelo nível salarial, padrões de avaliação do mercado de trabalho e de formas de percepção da sociedade.

Para Furtado (2001, p. 04), a periferia é:

a base de um processo de reprodução de espaço urbano. A periferia é de fato um local onde vivem os pobres, é socialmente segregada, e o preço da terra é baixo, porém, ao mesmo tempo, é um local mutante, sempre (re)produzido em novas extensões de terra, enquanto novas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital.

Uma sociedade injusta produz uma cidade injusta. A produção do espaço e a reprodução da vida, mediados pelas relações sociais que se materializam e dão forma à cidade obedece a uma lógica cuja síntese é: produção/apropriação/reprodução da cidade.

[...] de periferia prevalece a noção de um padrão precário e generalizado de uso do espaço urbano que se constitui em uma textura de urbanização contínua. A noção de periferia, na sua generalidade, refere-se à pobreza geral expressa na falta de meios materiais que suportam a reprodução dos indivíduos com padrões mínimos de dignidade (SEABRA, 2004, p. 202).

A Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) realizou um diagnóstico em 1989, concluindo que a Lomba do Pinheiro era o maior aglomerado de loteamentos clandestinos e irregulares da cidade com a aglomeração de sub-habitações¹⁹; ainda assim, a maioria da população não se estabeleceu através de ocupações, e sim comprou seu terreno e construiu sua casa. Em 1990 foi elaborado um plano de regulamentação fundiária, que acabou não sendo implementado até hoje, por falta de recursos.

¹⁹ Segundo a Secretaria do Planejamento Municipal, loteamento clandestino: caracteriza-se por não existir nenhuma aprovação na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), ocorrendo o loteamento à revelia dos órgãos públicos, com falta de infra-estrutura básica; loteamento irregular: é aquele com EVU aprovado – 1ª, 2ª ou 3ª fase, porém sem conclusão das obras de urbanização; sub-habitação: área de moradias de reduzidas dimensões, construídas com materiais inadequados (madeira velha, latas, folhas de zinco e papelão), distribuídas de forma irregular no terreno, com problemas legais quanto à propriedade, desprovidas de infra-estrutura, ou apresentando ligações clandestinas. Caracterizam-se por serem totalmente ou parte de um loteamento irregular e clandestino.

2.3 A segregação sócio-espacial dos moradores do bairro

A segregação sócio-espacial é caracterizada com base em indicadores de renda e escolaridade, divulgados no último Censo Demográfico do IBGE, e dos resultados de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

Para Corrêa (1997, p. 131), a segregação sócio-espacial refere-se à questão residencial, tendendo a apresentar “estruturas sociais que podem ser marcadas pela uniformidade da população em termos de renda, *status* ocupacional [...] instrução, etnia, fase do ciclo de vida [...] e migração”.

Ribeiro (2004) aborda a segregação não somente como uma separação espacial. No seu entendimento há a necessidade de contextualização histórica e de valores sociais e políticos dominantes, que podem vir a aprofundar ainda mais a fragmentação social e, além disso, criar uma identidade para os moradores daquele local carregada de preconceito e discriminações.

De acordo com o autor,

[...] a segregação não é tão-somente a separação espacial, mas implica, além disso, não só a concentração de um segmento populacional em territórios bem delimitados, mas também a institucionalização da sua inferioridade, da sua desclassificação e da imobilidade social dos seus habitantes. Assim, a fragmentação social produzida pela segregação depende dos valores sociais e políticos que prevalecem em cada sociedade e em cada momento histórico (RIBEIRO, 2004, p. 33-34).

Conforme as informações do último Censo (2000), a população residente no bairro é, predominantemente, de baixa renda e encontra-se distribuída nos seguintes segmentos: sem rendimento fixo: 1520 domicílios (9,42%); até 5 salários mínimos (sm.): 11993 domicílios (74,38%) e de 5 a 10 sm., 1876 domicílios (11,60%).

Quanto à escolaridade, os dados demonstram que mais da metade dos moradores não concluiu o ensino fundamental e encontra-se distribuída nos seguintes grupos: sem instrução e menos de 1 ano de escolaridade: 6,91%; de 1 a 3 anos de escolaridade: 15,34%; de 4 a 7 anos de escolaridade: 43,17%; de 8 a 10 anos de escolaridade: 20,25%; de 11 a 14 anos de escolaridade: 12,14%; de 15 anos ou mais de escolaridade: 1,29%.

A pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada “Cartografia Social da Violência e da Cidadania em Porto Alegre”²⁰, comparou indicadores de violência, de mortes por causas externas (criminais e no trânsito), de saúde, de escolaridade e de faixa etária, tendo por objetivo não só mapear os riscos, mas também as oportunidades de vida. O bairro está no grupo dos que apresentam os mais baixos índices de qualidade de vida.

Outro estudo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), recentemente divulgado, denominado “Mapa da Inclusão e da Exclusão Social”²¹ de Porto Alegre, demonstra que, no conjunto, a cidade tem altos percentuais de domicílios com abastecimento de água e recolhimento de lixo adequados, de taxas de alfabetização e de crianças com idades entre 7 e 14 anos que freqüentam a escola.

²⁰ PESQUISA traça o mapa da violência. **Correio do Povo**, 26/03/2003, p. 20.

²¹ GONZATTO, Marcelo. Mapas revelam como vive a Capital. **Zero Hora**. Primeiro Caderno, Geral. Porto Alegre, 30/12/2004, p.36.

Os números relativos à renda, à longevidade e à taxa de escolaridade a partir dos 15 anos “puxam” o Índice de Condições de Vida para baixo e retratam a desigualdade social de Porto Alegre. O mesmo efeito tem os percentuais relativos ao número de domicílios em situação de irregularidade fundiária e o de domicílios nos chamados aglomerados subnormais.

Os resultados foram divulgados através de mapas, seguindo a divisão das 16 regiões do Orçamento Participativo. A Lomba do Pinheiro representa o segundo pior índice (0,43), atrás apenas da Região Nordeste (0,39) e está muito distante do melhor índice (0,93), referente ao Centro.

A existência de uma periferia muito grande e populosa em Porto Alegre é expressa através das noções de segregação, invisibilidade e indiferença, uma vez que a parte da população que reside na área central não a vê, porque nunca precisa se deslocar até ela.

A Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul propõe uma tipologia sócio-espacial para a cidade de Porto Alegre, identificando unidades espaciais homogêneas através de um sistema classificatório de caráter sócio-ocupacional, resultando daí um quadro das desigualdades sócio-espaciais.

Cada unidade espacial foi identificada pela composição sócio-ocupacional da população residente, segundo um sistema de hierarquia social. O resultado foi a divisão da cidade em seis grandes tipos de espaço, tanto para o ano de 1980, como para 1991²²: superior,

²² A atualização do estudo, considerando os dados do Censo 2000, está em fase de elaboração, segundo Tanya de Barcellos e Rosetta Mammarella, pesquisadoras da Fundação de Economia e Estatística, responsáveis pelo estudo referente aos anos de 1980 e de 1991.

médio-superior, médio, médio-inferior, operário e popular. A FIGURA 05 se refere ao ano de 1991.

Os tipos popular e operário são aqueles em que se insere o bairro Lomba do Pinheiro, concentrando a ponta inferior da estrutura social. Nele, o operariado industrial se mantém, com importante representação dos operários da construção civil. Os segmentos do proletariado terciário e os do sub-proletariado: os biscateiros e as empregadas domésticas apresentam destacada representação.

FIGURA 05 – MAPA DA TIPOLOGIA SÓCIO-ESPACIAL DE PORTO ALEGRE
Fonte: BARCELLOS; MAMMARELLA; KOCH, 2002, p.325.

No “jogo” do capitalismo da acumulação flexível, a qualificação dos trabalhadores cria uma nova exclusão para os moradores do bairro Lomba do Pinheiro, sua inclusão ocorre em outra ponta da produção flexível. Segundo Tavares (1995, p. 214-215),

[...] assiste-se no país à célere expansão da subcontratação e da parceria. *Terceirizar* é a palavra de ordem dos empresários (incluindo os das estatais). Nesses casos, muito mais do que a elevação da capacidade tecnológica, a desintegração das tarefas visa à redução de custos, que são transferidos a parceiros, alargando ainda mais a crise e os conflitos sociais.

A racionalidade dominante através das redes mundiais representa o que Milton Santos (1997) denomina de verticalidades. Ela chega apenas àqueles espaços que dispõem de infra-estrutura para suas operações. Os espaços que não são atingidos pelos vetores da racionalidade se organizam a partir de uma racionalidade paralela. Aquelas frações urbanas que são menos equipadas e que no jogo de valores de uso e valores de troca dos diversos pedaços da cidade são inicialmente denominados espaços da contra-racionalidade, justamente por não se constituírem em alvos para o exercício da racionalidade. São, na realidade, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo.

Estes espaços estão localizados,

De um ponto de vista social, entre os pobres, os imigrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (SANTOS, 1997, p. 246).

Para Martins (1997), a exclusão é uma regra estruturante do capitalismo. O problema na atualidade está na maneira, no tempo e na possibilidade para ocorrer a inclusão.

A sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, *o período da passagem do momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório*[grifo do autor] (MARTINS, 1997, p. 33).

A Lomba do Pinheiro é um desses espaços de racionalidade paralela. Dentre as características que mais chamam a atenção no bairro temos: o crescimento populacional – maior que a média do município; a ocupação irregular, os loteamentos clandestinos e a concentração de segmentos do proletariado terciário e os do sub-proletariado.

Para tentar minimizar os problemas decorrentes da falta de infra-estrutura urbana e da pobreza, a maneira encontrada pelos moradores das diversas vilas pertencentes ao bairro tem sido, principalmente, a participação, seja através de Associações de Moradores, de cooperativas habitacionais e de reuniões do orçamento participativo.

O QUADRO 02, a seguir, é uma amostra da situação geral das vilas do bairro, desde o início do parcelamento das terras, e que se mantém até os dias atuais, podemos observar: irregularidade fundiária, ocupação de áreas de risco, carência de infra-estrutura urbana e tradição na organização de associações de moradores.

VILA	ANO DE IMPLANTAÇÃO	SITUAÇÃO	ASSOCIAÇÃO
São Francisco	1956	Parada 3 – Até hoje, os moradores possuem, como garantia, apenas um contrato de compra e venda, e a situação legal ainda não foi regularizada.	Associação Comunitária da Vila São Francisco – 1956. (Há quem diga que foi a primeira entidade de sua categoria no RS)
Panorama	1956	Primeira zona do distrito de Viamão – Em 1992 anexada a Porto Alegre -No documento do loteador fica expressa a execução parcial das obras, a serem concluídas o mais breve possível. Até a década de 90 os moradores lutavam pela rede de infra-estrutura.	Associação de Moradores das Vilas São Pedro e Panorama – 1962 (Ao longo da década de 70, esse núcleo liderou o movimento que gestou a União das Vilas da Lomba do Pinheiro).
São Pedro	1957	Paradas 12 e 13 Em 1992, anexada a Porto Alegre – quando o proprietário encaminhou as plantas e memoriais do loteamento, a promessa era de implantação de uma completa infra-estrutura, que não foi cumprida.	A Associação Amigos das Vilas S. Pedro e Panorama mantiveram-se até 1972, quando houve a separação.
Mapa I e II	1964	Parada 4, lado direito da JOR, sentido centro-bairro – Assentamento do DEMHAB para os flagelados das enchentes da zona Norte. A infra-estrutura da Mapa I se manteve precária por mais de uma década. Em 1982, ocupação de lotes da segunda metade do loteamento, dando origem à Mapa II.	Associação dos Moradores da Vila Mapa – 1984.
Viçosa	1977	Parada 11, lado direito da JOR – Loteamento irregular.	Associação dos Moradores da Vila Viçosa – 1978.
Nova São Carlos	1982	Parada 11- Removidos do Beco do Carvalho, pois deveria dar lugar a um terminal de ônibus. Assentamento do DEMHAB.	Associação de Moradores da Vila Nova São Carlos – 1982.
Elo Dourado	1984	Parada 6 – Surgiu a partir da locação de terrenos pelo proprietário das terras. Posterior ocupação e negociação através de cooperativa habitacional.	Cooperativa Habitacional e Associação de Moradores da Elo Dourado – 1996.
Recreio da Divisa	1987	Parada 15 – Ocupação de uma área de risco. Marcado pela falta de saneamento básico, energia elétrica segura e coleta de lixo.	Associação Comunitária Recreio da Divisa – 1988.
Quinta do Portal	1989	Entrada pelo Beco do David até encontrar a Estrada Afonso Lourenço Mariante. Parada 2 – Loteamento clandestino, feito em terras da família Chaves Barcellos, em um local destinado à preservação ambiental. A vila não está dotada de creche ou escola – o único equipamento é a sede da associação.	Associação de Moradores da Quinta do Portal – 1990.

QUADRO 02 – CASOS QUE ILUSTRAM AS VARIACIONES NAS SITUAÇÕES REFERENTES ÀS VILAS NA LOMBA DO PINHEIRO.

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir de dados do livro “Memória dos Bairros – Lomba do Pinheiro” e de informações obtidas no Centro Administrativo Regional (CAR) Lomba – Partenon.

Geradas ao longo da história de constituição de cada uma das vilas, as práticas sócio-espaciais criam uma diversidade de arranjos nesse bairro e se centram nas ações daqueles que, não tendo acesso aos recursos exigidos pelo poder público e pelo mercado imobiliário (legais e econômicos) ou sendo logrados ao comprarem seu lote, vão em busca de soluções aos problemas decorrentes de tais condições, realizando aprendizagens, pressionando o poder público municipal e criando novos *habitus*.

As práticas sócio-espaciais são construtoras de consciências; conflituosas nas relações e contraditórias em seu dia-a-dia, avançam, mobilizam, desmobilizam e em alguns momentos parecem retroceder, vão constituindo assim espaços diferenciados. A seguir, apresentamos a caracterização das três vilas que foram selecionadas para o estudo comparativo.

2.4 Caracterização sócio-econômica das vilas

Percorrer ruas e becos, conversar com os moradores, tentar uma aproximação inquirindo sobre o seu dia-a-dia: o deslocamento até a escola, a qualidade do serviço no posto de saúde, a falta de creche, a construção da própria moradia, as condições de trabalho, a existência de espaços de lazer, as expectativas e os planos que envolvem a vida naquele lugar em que se espera permanecer, criar raízes e os filhos, constituem-se em um importante referencial da história de vida dos moradores.

Transitar no universo das pessoas, embora sem vivenciá-lo nas dimensões reais, além de ter a impossibilidade de reproduzi-lo, nos colocam diante de dificuldades de inserção e interpretação de uma realidade que nos é alheia. Mas como buscar os fundamentos para a análise do espaço urbano da vida cotidiana sem tal aproximação? Sem isso acabamos por considerar a vida na periferia como uma massa homogênea de pobreza e carências infra-estruturais, daí perdendo a riqueza dos arranjos singulares que dão forma à cidade.

Assim, pretendemos caracterizar as três vilas: Recreio da Divisa, Elo Dourado e Quinta do Portal, com base nos dados que foram coletados ao longo da pesquisa, comparando, inicialmente, àqueles relativos à escolaridade e à renda.

Nível de escolaridade	Recreio da Divisa		Elo Dourado		Quinta do Portal	
	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%
Sem instrução	10	8,54	6	5,08	3	2,38
De 1 a 3 anos de instrução	26	22,22	19	16,10	19	15,07
De 4 a 7 anos de instrução	56	47,86	43	36,44	54	42,85
De 8 a 10 anos de instrução	21	17,94	36	30,50	27	21,42
De 11 a 14 anos de instrução	4	3,41	13	11,01	22	17,46
De 15 ou mais anos de instrução	0	0	1	0,84	1	0,79
TOTAL	117	100	118	100	126	100

TABELA 02 – ESCOLARIDADE NAS VILAS RECREIO DA DIVISA, ELO DOURADO E QUINTA DO PORTAL.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

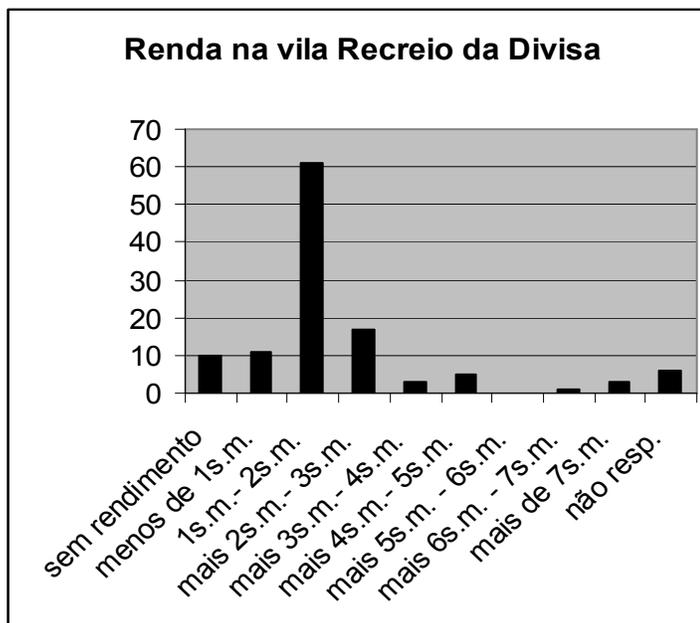


FIGURA 06 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA RENDA FAMILIAR NA VILA RECREIO DA DIVISA.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os maiores índices referentes aos moradores sem instrução e sem rendimento fixo encontram-se na vila Recreio da Divisa (8,54%). Observa-se também que a faixa de renda mais representativa corresponde a de 1sm./2sm. (52,13%). Com relação à escolaridade e pensando no ensino fundamental, somamos a faixa de 1 a 3 anos de instrução (22,22%) com a faixa de 4 a 7 anos (47,86%) obtendo 70,08% dos moradores representando o agrupamento dos moradores com o ensino fundamental incompleto.

Na vila Elo Dourado, 5,08% dos entrevistados declararam-se no grupo dos sem instrução e 1,69% dos sem rendimento fixo. Nessa vila ocorre uma representatividade maior das demais faixas de escolaridade e, fazendo a mesma soma da faixa de 1 a 3 anos de instrução (16,10%) e a faixa de 4 a 7 anos de instrução (36,44%), obtemos 52,54%, um índice alto porém bem menor que o da vila Recreio da Divisa.

Quanto à renda, a faixa de 1 sm./2 sm. é bastante representativa (30,5%), mas também a faixa de mais de 2 sm./3 sm.; é significativo também observar um equilíbrio entre os percentuais das faixas de 3 sm./4 sm. e de mais de 7 sm., o mesmo não sendo observável na vila Recreio da Divisa.

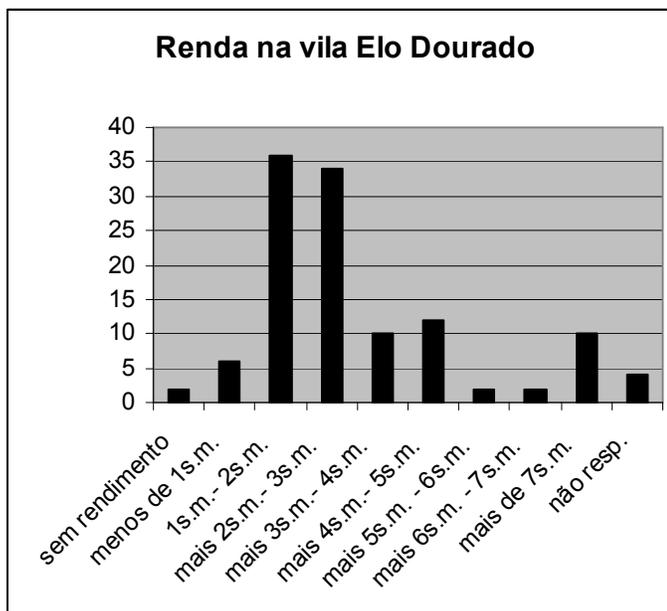


FIGURA 07 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA RENDA FAMILIAR NA VILA ELO DOURADO.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os moradores da vila Quinta do Portal apresentam-se da seguinte maneira: 5,55% declararam-se sem rendimento fixo e 2,38 % sem instrução. Os índices das faixas de escolaridade se assemelham aos da vila Elo Dourado, mas no grupo que representa a faixa de 11 a 14 anos de instrução há um aumento considerável do índice. Somando-se a faixa de 1 a 3 anos de instrução (15,07%) com a faixa de 4 a 7 anos de instrução (42,85%) temos um índice correspondente a 57,92% dos moradores agrupados no ensino fundamental incompleto, situação intermediária entre a vila Elo Dourado e a vila Recreio da Divisa.

A maior parte dos moradores está na faixa de 1 sm./2 sm. (34,12%), mas há significativos percentuais nas faixas de mais de 2 sm./3 sm. (17,46%) e de mais de 4 sm./5 sm. (12,69%), denotando novamente uma posição intermediária entre as vilas pesquisadas.

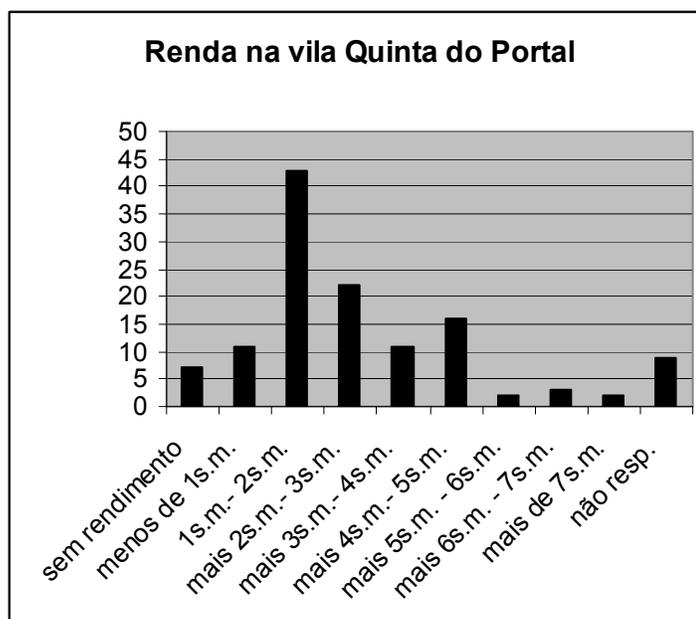


FIGURA 08 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA RENDA FAMILIAR NA VILA QUINTA DO PORTAL.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Resumidamente, quanto aos indicadores escolaridade e renda podemos concluir comparativamente que: a vila Elo Dourado apresenta os menores índices de pessoas sem rendimento, com uma distribuição de representatividade das faixas de rendimento um pouco menos concentrada, embora característica de uma vila periférica.

Quanto à escolaridade, há uma divisão clara entre as vilas que mostra o melhor índice na faixa de 8 a 10 anos de instrução (30,5%) na Elo Dourado, uma situação que pode estar associada, em parte, à proximidade da única escola de ensino médio existente no bairro.

A vila Quinta do Portal apresenta índices intermediários quanto a moradores sem rendimento fixo, mas, por outro lado, o mais baixo entre os sem instrução, assim como apresenta o maior índice na faixa de 11 a 14 anos de instrução.

A vila Recreio da Divisa é a que concentra os piores índices, tanto os relacionados à escolaridade quanto à renda. Situação essa que pôde ser observada ao longo dos dois meses em que o trabalho de campo se desenrolou nesta vila, tanto por aspectos relacionados à aparência²³ como às condições de moradia das pessoas, além de ali ter se concentrado o maior número de pedidos de auxílio ou de informação de onde obter algum amparo.

É possível, portanto, perceber diferenças entre as vilas pesquisadas naquilo que se refere à renda e à escolaridade, e se observamos os tipos de ocupação mais citados em cada uma das vilas é possível estabelecer relações entre os dados. Por exemplo, na vila Elo Dourado, aquela em que encontramos os melhores níveis de renda e de média de escolaridade, notamos que é apenas lá que são mencionadas ocupações como: hidráulico, eletricista, eletrotécnico, auxiliar de escritório, funcionário dos correios, gerente de loja, operário no pólo petroquímico de Triunfo e caldeireiro. Tais ocupações necessitam de conhecimento técnico ou da realização de algum tipo de seleção.

Já na vila Recreio da Divisa as ocupações mencionadas pelos entrevistados se concentram no setor da construção civil e reformas: pedreiro, servente de obra e pintor. Outra atividade é a de reciclador na unidade do Departamento Municipal de Limpeza Urbana

²³ Alguns itens que chamaram a atenção e que foram observados na maioria dos entrevistados: dentes cariados ou a falta dos mesmos, menção a crianças desnutridas cadastradas no programa existente no Posto de Saúde da vila Panorama, recebimento de auxílio do serviço social, pedido de informação de onde fazer cadastro para receber rancho.

(DMLU) existente no bairro. Fizeram menção também à atividade de ambulante e ao termo “de tudo”.

Nas vilas Quinta do Portal e Elo Dourado, encontramos algumas das ocupações que não foram mencionadas na Recreio da Divisa, são elas: acompanhante de idosos, cuidadora de crianças, funcionária de creche, balconista, motorista, vigilante, auxiliar de higienização em hospital e empregado do comércio. Especificamente na vila Quinta do Portal foram mencionadas as ocupações de: professora do Movimento de Alfabetização (MOVA), auxiliar administrativo, manicure e telefonista.

Nas três vilas são comuns e citadas em ordem decrescente as seguintes ocupações: doméstica, diarista, autônomo, serviços gerais, dono de mini-mercado, porteiro e funcionário municipal.

Os dados referentes ao número de pessoas empregadas no domicílio também nos ajudam a caracterizar cada uma das vilas.

Número de pessoas que trabalham por domicílio	Recreio da Divisa	Elo Dourado	Quinta do Portal
Nenhuma	25	8	17
1	51	59	66
2	32	43	29
3	5	4	8
4	3	2	2
Não respondeu	1	2	4
TOTAL	117	118	126

TABELA 03 – NÚMERO DE PESSOAS TRABALHANDO POR DOMICÍLIO.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os dados mais uma vez apontam para uma condição de vida de maior precariedade na vila Recreio da Divisa. Lá encontramos o maior número de domicílios em que nenhuma pessoa estava empregada (25). Na Quinta do Portal, o número também é alto (17) e na Elo Dourado apenas 8. Nessa última vila, foi registrado o maior índice correspondente ao grupo de 2 pessoas trabalhando no domicílio, o que pode por um lado proporcionar um reforço no orçamento familiar e uma condição menos precária de sobrevivência no caso de perda do emprego por um dos membros da família.

Quanto ao número de moradores por domicílio, ocorre uma certa semelhança entre os números coletados na Quinta do Portal e na Elo Dourado, diferenciando-se nas faixas a partir de 9 ou mais moradores, que no caso da Quinta do Portal nenhum registro foi feito.

Número de moradores por domicílio	Recreio da Divisa	Elo Dourado	Quinta do Portal
	Número de domicílios		
1-2	21	17	22
3-4	46	59	61
5-6	27	23	35
7-8	18	10	7
9-10	3	4	nenhuma
Mais de 10	1	4	nenhuma
Não respondeu	1	1	1
TOTAL	117	118	126

TABELA 04 – NÚMERO DE MORADORES POR DOMICÍLIO.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na vila Recreio da Divisa, a faixa de 1 a 2 moradores é semelhante as outras vilas, mas os números se diferenciam nas faixas de 3 a 4 moradores e, principalmente, de 7 a 8 moradores, respectivamente menor e maior comparativamente e, mais uma vez sinalizando

condições de vida mais difíceis para os moradores da Recreio da Divisa, pois lá estão o maior número de desempregados, o menor índice de renda familiar e o menor de escolaridade.

Os moradores entrevistados são, em sua maioria, naturais do interior do Estado. A vila Quinta do Portal alcança o maior índice (64,28%), seguida pela Recreio da Divisa (57,26%) e pela Elo Dourado (53,38%).

Naturalidade	Recreio da Divisa		Elo Dourado		Quinta do Portal	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Capital	48	41,02	48	40,67	36	28,57
Interior do Estado	67	57,26	63	53,38	81	64,28
Outro Estado ou país	2	1,70	7	5,93	9	7,14
TOTAL	117	100	118	100	126	100

TABELA 05 – NATURALIDADE DOS MORADORES DAS VILAS PESQUISADAS.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A Lomba do Pinheiro foi crescendo em grande parte devido ao êxodo rural. As primeiras levas de migrantes encontravam nesse bairro terra mais acessível nas chácaras que iam sendo loteadas de maneira irregular ou clandestina e nas áreas de mato nativo e arroios de água limpa que iam sendo ocupados. Uma paisagem que de alguma maneira lembrava sua origem rural, mas com uma rotina de vida e trabalho da cidade, muito diversos daqueles que deixara para trás.

Quanto à década em que vieram para a Capital, observamos que os índices se assemelham, alcançando os maiores registros entre as décadas de 80 e 90. Para esse mesmo período, o IBGE considera para o bairro, respectivamente, 12.084 e 26.488 moradores. Em

2000, foram contabilizados 54.912 moradores. Portanto, a população no bairro mais que dobra a cada período de dez anos.

Década em que veio para a Capital	Recreio da Divisa		Elo Dourado		Quinta do Portal	
	N.º de pessoas	%	N.º de pessoas	%	N.º de pessoas	%
Década de 40	2	2,89	0	0	2	2,22
Década de 50	1	1,44	1	1,42	1	1,11
Década de 60	12	17,39	12	17,14	11	12,22
Década de 70	9	13,04	11	15,71	16	17,77
Década de 80	23	33,33	17	24,28	29	32,22
Década de 90	15	21,73	21	30,00	25	27,77
Década de 00	4	5,79	6	8,57	5	5,55
Não respondeu	3	4,34	2	2,85	1	1,11
TOTAL	69	100	70	100	90	100

TABELA 06 – DÉCADA EM QUE VEIO MORAR NA CAPITAL.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

No levantamento feito junto aos entrevistados quanto aos bairros em que já moraram, obtivemos algumas diferenças. Na Recreio da Divisa, por exemplo, 72 pessoas dentre os entrevistados, ou sempre morou na Lomba do Pinheiro (26), ou morou em outro bairro(46), mas já morava na Lomba antes de ir para a Recreio da Divisa e 45 vieram de outro bairro para a vila.

Na Elo Dourado, 78 dos entrevistados, ou sempre morou no bairro (33), ou morou em outros bairros, mas já morava na Lomba do Pinheiro (45) antes de ir para a Elo Dourado e 39 vieram de outro bairro diretamente para a vila.

Na Quinta do Portal, a situação é inversa: apenas 38 dos entrevistados, ou sempre morou no bairro (17), ou morou em outros bairros, mas já morava na Lomba do Pinheiro (21) antes de ir para a Quinta do Portal e 88 vieram de outro bairro para a vila, situação que pode

estar relacionada com sua localização, mais distante da avenida, interiorizada e mais próxima do limite com outros bairros, e também na maneira como foram ocupados os lotes a partir de meados da década de 90.

A análise realizada pela unidade de pesquisas do Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB, interpretando o aumento da irregularidade fundiária, avanta que:

[...] as migrações rural-urbano tendencialmente desempenham papel cada vez menor na explicação do aumento de núcleos e vilas irregulares. Uma das principais causas do aumento da irregularidade fundiária quanto a núcleos e vilas é a auto-reprodução da miséria, da favelização. Outra é a tendência histórica de aumento da já brutal concentração da riqueza no país interrelacionada com desemprego estrutural elevado e redução dos salários reais. Este segundo grupo implica no deslocamento de parcela da população que até então habitava a cidade regular, formal, para a cidade informal, irregular, através do recurso da ocupação (invasão) de áreas públicas e privadas (MORAES; ANTON, 2000, p.32).

Observamos que nas vilas Elo Dourado e Recreio da Divisa aproximadamente um terço dos entrevistados sempre morou no bairro, mas a grande maioria já viveu em outro bairro, e poderia ser relacionado ao segundo grupo descrito no documento do DEMHAB, referente à precarização das condições de vida, aumento dos aluguéis, desemprego, além da tentativa de materialização do desejo da casa própria, a ser obtida através da ocupação de áreas periféricas.

Com relação ao tempo em que mora no loteamento, apresentamos os dados em três grandes grupos denominados: moradores recentes, com até 2 anos no loteamento; moradores intermediários, de 3 a 6 anos no loteamento e moradores antigos, com mais de 7 anos na vila.

Tempo que mora na vila	Até 2 anos	De 3 a 6 anos	Mais de 7 anos	Não respondeu
Recreio da Divisa	28,2%	24,7%	45,2%	1,7%
Elo Dourado	19,4%	33%	46,5%	0,84%
Quinta do Portal	16,6%	44,4%	37,2%	1,5%

TABELA 07 – TEMPO QUE MORA NA VILA.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na Elo Dourado e na Recreio da Divisa, os maiores índices percentuais representam o grupo dos moradores mais antigos. Na Elo Dourado, tal situação está relacionada com a Cooperativa Habitacional e a tendência de, quanto mais antigo, maior a probabilidade de já ter quitado o seu terreno ou estar próximo disso, permanecendo assim na vila e engrossando o número dos antigos.

Na Recreio da Divisa, são os representantes do processo de ocupação, em parte, e também os cadastrados mais recentemente que aguardam a concretização do projeto de urbanização do DEMHAB.

Observamos o maior percentual de moradores novos (até 2 anos) também na Recreio da Divisa, o que pode ser relacionado às seguintes situações: (a) ser morador do novo assentamento do DEMHAB, denominado “Anexo da Recreio”, (b) ser morador de área de risco adquirida por meio do intenso comércio existente nessas áreas ou, ainda, (c) ser morador de casas fora das áreas de risco, daqueles que não querem mais morar na vila por diversas razões.

Na Elo Dourado, há um percentual próximo a 20% entre os moradores novos, inferindo que tal índice pode estar relacionado àqueles moradores que nunca pagaram a

cooperativa e passam adiante terreno e casa, alimentando a renovação de moradores no loteamento.

Na Quinta do Portal, são os moradores que residem entre 3 a 6 anos (44,4%) no loteamento que se destacam. Esse tempo corresponde ao período em que foram estimuladas ondas de ocupação como uma estratégia de adensamento no número de moradores, a fim de evitar a retirada dos moradores antigos (37,2%), uma vez que o loteamento foi criado em uma área de preservação ambiental.

Ao concluirmos a caracterização sócio-econômica das vilas com o levantamento dos principais problemas mencionados pelos moradores, observamos que tais problemas se relacionam à infra-estrutura urbana e condicionam a qualidade de vida dos habitantes do bairro. Assim como os dados anteriores mostraram diferenciações entre as vilas, também os problemas que os afetam variam em quantidade e intensidade, bem como quanto aos encaminhamentos e chances de solucioná-los.

Na vila Recreio da Divisa, os problemas mais citados foram: inexistência de rede de esgoto; energia elétrica/fios (deficiente, com constante queda de energia e queima de aparelhos elétricos); rua (arruamento variando de largura e presença de blocos de rochas de diferentes tamanhos); lixo (não há coleta no interior da vila; o lixo vai ficando no caminho ou é depositado em dias em que não há a coleta ou em sacolas abertas nas lixeiras coletivas, inclusive com o depositado de animais mortos, intensificando a presença de ratos e baratas); drogas (comentários sobre jovens que usam drogas perto das residências; foi apontado, também, um aliciador de crianças) e grande número de cachorros (animais sem dono e doentes).

Na vila Elo Dourado, os problemas mais citados foram: falta de rede de esgoto, que já está aprovada no OP; falta de asfalto nas ruas e de orelhões no interior da vila, bem como a presença de “valão” que ameaça algumas casas.

Na vila Quinta do Portal, os problemas mais citados foram: precariedade da rede de esgoto, que está disponibilizada apenas para metade da vila e a outra metade da obra já liberada pela Prefeitura, mas ainda não efetivada; falta de posto de saúde, de escola, de creche; roubo freqüente de cabos dos telefones; falta de asfaltamento na rua em que passa o ônibus, provocando muita poeira; falta de uma linha de ônibus direta para o Centro e aumento da violência.

Resumidamente, estabelecemos o seguinte quadro comparativo:

A vila Recreio da Divisa apresenta os piores índices de renda e escolaridade, o que se reflete, em parte, nos tipos de ocupações registradas, dentre as quais figuram justamente aquelas que não exigem escolaridade e são de baixa remuneração; também encontramos o maior número de desempregados. Foram freqüentes os pedidos de informação sobre cadastramento em programas assistenciais. Os problemas mais mencionados e observados revelam um ambiente de risco para a saúde e de solução demorada.

A vila Elo Dourado apresenta os melhores índices de renda e escolaridade e as ocupações mais qualificadas a diferencia das outras vilas; o número de desempregados é o menor e o número de pessoas empregadas por domicílio é o maior entre as vilas. Dentre os problemas mencionados, aqueles de maior gravidade são o do esgoto cloacal (cuja obra está aprovada) e o das casas às margens do arroio.

A vila Quinta do Portal assume uma posição intermediária com relação aos indicadores sociais, residindo nela o maior número de pessoas vindas do interior do estado e também provenientes de outros bairros da cidade. A falta de escola, de creche, de posto de saúde, de um ônibus direto e com mais horários criam uma série de dificuldades para os moradores do local; além disso, a vila tem sofrido a ação de grupos ligados ao tráfico de drogas.

Também registramos algumas diferenças marcantes, especialmente na vila Recreio da Divisa, relativas à estratificação sócio-econômica entre os moradores e observada tomando como base sua distribuição espacial: há os que moram no divisor de águas, na Estrada João de Oliveira Remião, principal via pavimentada do bairro, e aí tem o seu negócio: barbearia, mini-mercado, açougue, salão de beleza, creche. Eles representam o segmento com mais tempo de estudo, com melhor rendimento e mais articulados no reconhecimento das instâncias dos processos necessários para que as melhorias se efetuem na vila. Foram representantes desse grupo que formaram a chapa vencedora que assumiu, em janeiro de 2004, a Associação de Moradores, onde também funciona uma creche conveniada à Prefeitura Municipal. À medida que nos dirigimos aos terrenos situados na baixada, a situação vai se precarizando, como foi observado quanto ao material utilizado na construção das habitações, o que pode estar relacionado não só às condições sócio-econômicas de maior pobreza, mas também ao fato de aqueles moradores terem conhecimento da provável remoção pela qual irão passar, prevista no plano de urbanização da Prefeitura para o local. Também é lá o destino final do esgoto da vila.

Tais diferenças marcam a construção de identidades, mas não apenas as condições sócio-econômicas influenciam nessa construção. Vamos detalhar, na próxima seção, a

conformação de identidades explicitando a ligação com o lugar e o estabelecimento de fortes vínculos territoriais.

2.5 O Lugar, a Identidade e o Território

O lugar é o plano do vivido, as relações cotidianas se realizam no lugar, as horizontalidades²⁴ se dão no lugar. Conforme Ferreira (2000), lugar não é “comunidade” ou “localidade”, mas o sítio de identidades significativas à atividade imediata. As vilas pesquisadas são consideradas em nosso estudo como lugares, pois nelas ocorrem um desenrolar de ações coletivas e específicas da história de formação, que são referências na construção da identidade dos moradores a partir de suas vivências, experiências anteriores e do que é vivido naquele lugar.

A identidade se forma na relação que o grupo de moradores estabelece com o espaço que ocupa, que, ao ser apropriado, converte-se em território, uma vez que são eles que controlam, em certa medida, a disposição dos objetos e lutam para exercer a territorialidade.

Segundo Berger e Luckmann (1985, p. 228),

Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. As sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas.

²⁴Para Milton Santos (1997, p. 227), “As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”.

Cada uma das vilas se diferencia das demais; os moradores foram estabelecendo relações que dão um nexó identitário àquele determinado lugar e a suas vidas. Essa relação pode ser expressa através de uma forte identidade territorial? Pensamos que sim, considerando-se que a identidade territorial é a expressão dos vínculos territoriais que vão sendo criados ao longo da história do grupo naquele lugar.

Segundo Heidrich e Carvalho (2001), os vínculos territoriais são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Eles dependem de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração sócio-espacial.

São expressões de vínculos territoriais: a apropriação no sentido da posse e adequação, criando territórios; a valorização, através das práticas humanas, sociais, da transformação do espaço, na habitação, no trabalho, e a consciência, o sentimento de pertencimento a um lugar ou território e que abarca o campo da identidade.

Nos relatos das lideranças comunitárias, pudemos observar importantes traços que marcam identidades e que estão calcados, por exemplo, nas situações vivenciadas, na busca de uma “segurança” afetiva proporcionada ao estar entre conhecidos e no compartilhar de experiências. Para Velho (1994, p. 101), “na constituição da identidade social [...] a memória e o projeto são amarras fundamentais”.

Iniciamos nossa análise com trechos de três moradores da vila Recreio da Divisa, pautando como referência o pensamento de Brandão (1986, p.40) que, ao citar Freud, afirma que “a idéia de identidade tem a ver tanto com os dramas individuais de sua biografia, quanto

com os dramas sociais da história do grupo e da cultura de que é parte. Mais ainda, tem a ver com essa biografia nesta história”.

Contando como se processou a ocupação que originou a vila, destacam-se comentários que mostram o plano de manter naquele local um núcleo de pessoas conhecidas.

[...] a maioria era tudo aqui da parada 16, da parada 13, 13A, tudo morador aqui. Então todo mundo se conhecia aqui dentro, todo mundo se conhecia, era muito difícil ter algum estranho no meio de nós ali. Até porque quando tinha um terreninho do lado, pronto, eu já avisava: ó vai lá que tá sobrando um, então tu só avisava pra conhecido, pra estranho não, começou tudo assim [...]. (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

Brandão (1986, p. 42) nos esclarece que as identidades são marcadas pelo confronto com o outro.

[...] por se ter de estar em contato, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo.

Da mesma maneira que há a tentativa de ter o controle sobre quem ocuparia o local, criando um grupo conhecido, existe a relação com o “outro”, com os moradores do outro lado da avenida, os antigos moradores. Os traços identitários ficam muito bem marcados através dos elementos que contrapõem um e outro: tempo de moradia, condição econômica, tipo de habitação, infra-estrutura, forma de acesso aos terrenos. São marcantes as desigualdades até hoje e todas elas contribuem para a demarcação dos limites dessa alteridade, mas que não existem no papel que identifica os limites da vila.

Mas mesmo assim sempre tinha aquela bronca, né, do pessoal antigo. Nós éramos os invasores e eles eram os moradores antigos [...] do outro lado, como seriam os burgueses ali e nós seríamos os invasores do lado de cá, né? Lá, nós não fazíamos

parte da vida deles, né? Até hoje ainda tem isso aí, e eles não se conformam porque o lado de lá também foi dado como Recreio da Divisa, o que eu, pra mim é um erro, sabe? Eu, pra mim Recreio da Divisa é a nossa invasão, esse lado de cá, o lado de lá não tem nada a ver com nós, com a gente, são moradores que moram há 50, 60 anos aí, né? Então, eles nem gostam de dizer que são da Recreio da Divisa [...] não, eles não gostam, não gostam de maneira alguma. Vai, conversa com esse pessoal de lá pra vê. Mas não suportam a gente aqui, até hoje tem isso, né? [...] porque eles [...] talvez, né? E na cabeça deles: — Hii! Esses “maloqueiro” aqui vão ficar, né? Porque tinha época, tipo assim, água, tinha vizinhos que nos cediam água do poço, que nós não tínhamos, né? Nós não tinha água, tivemos que fazer um monte de coisa pra conseguir, né? Então a gente ia nos vizinho, buscava no poço a água deles, né? E não eram todos que nos cediam água também sempre tem aquele exagero, tu buscava água e daqui a pouco o cara deixava cair uma coisa dentro da água, no poço ali, né? Então o pessoal acabava ficando meio bravo mesmo. (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

No início da ocupação, conforme o que foi expresso pelo Sr. Sérgio, há divisões entre: os antigos moradores, situados do outro lado da Estrada João de Oliveira Remião (JOR), considerados burgueses, e os novos, situados do lado oposto da JOR, considerados invasores. Mas, com o passar do tempo, outras divisões identitárias vão sendo delineadas dentro do grupo inicialmente denominado de “invasores” da área que foi ocupada a partir de 1987. De acordo com a localização da casa e a referência feita entre as partes, nos faz perceber a existência de cinco grupos: (a) o dos moradores da JOR – que vêem os demais como os pobres que necessitam de ajuda e são eles os que poderão ajudar (idéia expressa no dia da posse da nova diretoria da AM, composta exclusivamente por moradores da JOR, e declaração desses moradores durante as conversas); (b) os moradores da rua da Comunidade – que formaram uma Comissão de Rua e foram para o OP buscar recursos, independentes dos demais; (c) os moradores do novo loteamento do DEMHAB (o Anexo) – que querem formar uma Associação de Moradores que os represente, mas não têm tido o apoio necessário dos demais grupos; (d) os moradores que não estão em área de risco – que dizem que os moradores da rua da Comunidade são bandidos (fui alertada para ter cuidado ao circular por lá) e que o pessoal da JOR só aparece para pegar criança suja no colo em época de campanha para a AM, e (e) os moradores das áreas de risco, de declividade acentuada e também às margens do arroio do Salso, lá se percebe uma intensa troca, uma parte sabe que haverá futura

remoção e repassa a casa para novos moradores que, em geral, desconhecem os demais grupos e suas dinâmicas.

Existem códigos e histórias comuns que unem uns e fazem separar outros, também aí incluídos os mais recentes moradores; criam-se fronteiras imaginárias intransponíveis que não aparecem nos mapas, mas existem no dia-a-dia, dificultando o diálogo e impedindo ações. Há diferenças no pensamento e na “administração” das carências. O que fica muito claro no seguinte trecho.

[...] Aqui na Rua Sta. Catarina, aqui do lado, e porque tipo assim a Recreio da Divisa pro pessoal lá debaixo é até a entrada da Rua Sta. Catarina, a Rua da Comunidade, a Rua da Comunidade é outra vila, sabe? Eles consideram assim e é outra comunidade, é que nem eu falei ontem na reunião, falei que enquanto houver essa divisão, quer dizer a pessoa já não vem, mas enquanto houver essas idéias, ontem, porque não tentar uma Associação lá embaixo, uma creche lá embaixo? Quando aquele pessoal do, do shopping lá da, do Big, ia vim pra cá, ia vim 26 famílias de lá e quatro nossa de área de risco, eu disse: — Por que não inverter? Bota as 26 nossa pra lá e traz quatro, porque a vila especial é lá, eles se criaram, o carrinho de papel deles tem onde buscar [...] com certeza, isso aqui nada ver, não é discriminação, sabe? Não é separar. (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

O grupo formado pelos moradores mais recentes também é mencionado pelo Sr. Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa. Ele alega que aqueles moradores, além de serem “os outros”, aumentam a pressão sobre os equipamentos urbanos já escassos para os demais moradores que estão na área há mais tempo. Além de tudo “eles” acabam, de certa maneira, associados à imagem de causadores dos problemas ou fator de agravamento da situação.

Agora já fez a volta lá no “cafundozão” lá embaixo, né? [...] que agora tão fazendo parte dessa mesma comunidade, né? E outra coisa também que a Prefeitura também tomou essa iniciativa e trouxe esse pessoal pra qui sendo que nós não temos nem para os que estavam aqui meios de sobrevivência, como é que eu vou dizer assim, como posto de saúde, né? Porque não dá conta da população que tem, colégio não existe, né? Se não correr na frente é só praqueles que já tão matriculado, então quer dizer que agora vêm essas famílias aí, é um monte de criança que também tão sem escola por aqui porque não têm vaga nos colégios, quer dizer que o Pinheiro tá crescendo, crescendo, inchando, inchando e os governo não olham pra isso aí, né? (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

Haesbaert (1997) reforça a idéia de que a representação do outro alimenta a construção identitária e acrescenta a dimensão espacial, no sentido territorial, como um forte componente dessa elaboração.

[...] é no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade (definindo “o que é meu do teu” ou distinguindo “nós e os outros”) que a territorialidade de um grupo social pode ser definida [...] ela está impregnada não só de um poder que se circunscreve espacialmente, mas também por laços de identidade que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial e/ou por uma fronteira definidora de alteridade (HAESBAERT, 1997, p. 42).

O grupo que iniciou a ocupação guarda lembranças da luta decorrente dos conflitos com o proprietário. As idéias comuns, os sonhos partilhados criam uma forte identificação com o período vivenciado conjuntamente e a construção daquele território.

[...] eu acho que nós não temos, desde o tempo que eu vim pra cá, nós não temos 50% dos que enfrentou [...] não temos 50% é, o restante tudo foi desanimando, foram indo embora, trocando, indo pra lá, pra cá e se dispersaram, né? Mas aquele grupo que tinha confiança e certeza que isso aqui, nós ia ficar de dono, ainda aquele grupo continua, né? Sofrendo, lutando e animando nas assembléias que têm. (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

O nome que acabou por designar a área não corresponde ao que tinha sido decidido por aqueles que levaram adiante a ocupação. A denominação inicial do local permaneceu como um ponto de identificação apenas entre os que compartilharam aquela história.

E o pessoal daqui mesmo que invadiu naquela minha época, a gente chama de Mangue Seco, né? Para os moradores antigos a gente de vez em quando a gente fala em Mangue Seco, tava dando a novela Tieta do Agreste naquela época, então Recreio da Divisa mesmo não tem nada a ver [...] (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

Quanto ao sentimento de morar naquela vila, mais uma vez se vê aflorar uma forte carga afetiva, demonstrando que o ser conhecido traz certas garantias e, além disso, os comentários relacionados a outro bairro também apontam no sentido de uma identidade excludente.

[...] já teve oferta do lado, pertinho ali pra aqui mesmo na parada, logo ali adiante, também, casa boa e tudo, mas a própria mulher não quis, a gente acostumou aqui, né? É que é o tal negócio, a gente tem desde o início, então a gente sofreu aqui, sabe? Levantou tudo assim na base do catando dinheiro e tudo mais, né? Agora eu saí daqui, eu vou mora aonde, né? Eu vou mora, vou dá um exemplo, na Restinga? Eu não conheço ninguém da Restinga, né? Lá eles vão fazer fila pra me assaltar, né? Então aqui eles não assaltam porque sabem que não tem nada, que tem bem pouquinho e todo mundo conhece a gente, né? Então eu prefiro ficar sempre aqui, eu por mim fico aqui atééé, tentar melhorar de uma maneira ou outra a casa que a gente mora e conforto, mais sair daqui, não. (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

As palavras de Paul Claval (1999), ao abordar a ligação dos homens ao território e a história de pertencimento a um grupo, sintetizam muito bem as reflexões que permeiam esse estudo.

Os homens têm necessidade, para dar um sentido à sua presença neste mundo, de se assimilar a um território que é, para eles, um refúgio e um espaço onde se sentem protegidos, conhecidos e reconhecidos. A história do grupo do qual fazem parte está ali, nas lembranças [...] que dão um sentido ao destino coletivo (CLAVAL, 1999, p. 90).

Quando Haesbaert (1997), ao tratar do conceito de território, incorpora a dimensão simbólica às suas considerações, a identidade e a carga afetiva, pensamos na vida dos moradores das vilas periféricas que se mobilizam para solucionar problemas como a falta de água ou a de qualidade do transporte coletivo; para eles, cada problema resolvido estreita os laços e desenvolve os vínculos com o lugar.

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma

dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Uma moradora, que também fez parte do grupo que iniciou a ocupação da área, aponta os laços que a ligam àquele lugar: a escola dos filhos, o seu trabalho na creche, o conhecer as pessoas, os atos corajosos e voluntários que assimilam fortemente a sua história à da vila.

[...] foi em 93, foi que eu comecei na creche, mas desde que foi fundada, desde que foi invadida essa área aqui eu comecei, a gente começou a deixar um espaço pra creche, né? Junto com o pessoal que na época era a diretoria e, sempre voluntária, a gente começou um trabalho voluntário ali, até aquele prédio da madeira a gente conseguiu com as irmãs lá da 24, né? Então eu comecei a partir dali, a partir do momento que foi invadida essa área, que eu sou uma das invasoras, fui uma das primeiras [...]. Eu gosto, gosto mesmo, porque eu acostumei, né? Eu conheço muita gente eu conheço aqui, né? Então quando a gente conhece as pessoas, né? À eu acho que se eu fosse morar num outro local, não ia dar certo, a única coisa que eu reclamo é que tu sai do portão e tá na faixa, aí tem as crianças, não tem aquele espaço, o pátio já não é muito grande, eles ficam sem espaço, fora isso eu gosto de morar aqui [...] eu desde que vim de fora só morei em dois lugares, foi no Centro e aqui, eu não morei em outro bairro, também não saberia dizer se daria certo ou não porque eu não morei em outro bairro, mas aqui[...] não, não me mudaria[...] os relacionamentos, o meu trabalho que é uma coisa que eu amo de paixão fazer esse trabalho, né? O colégio dos meus filhos, que desde pequenininhos estudam no Chicá [Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Chicá, esclarecimento nosso], né? Hã, e outras coisas também que eu tô acostumada, tô habituada aqui, né? (Tereza, moradora da vila Recreio da Divisa).

Moacir Scliar²⁵, em uma de suas crônicas, ao comparar a pátria ao bairro, mostra muito bem a relação de proximidade, de referências e de sentimentos das experiências que estão nessa parcela de espaço. Considerando tais relações, as vilas que compõem o bairro Lomba do Pinheiro praticamente se confundem com bairros independentes. O bairro Lomba do Pinheiro, com uma extensão de 24 quilômetros quadrados que distancia e dificulta as trocas, as vivências e a eleição de ações coletivas, não consegue abarcar todas as particularidades existentes em cada uma das vilas que o compõem. Isso é traduzido pela presença de AMs em cada um desses núcleos.

²⁵ SCLIAR, Moacir. Aquela outra pátria, o bairro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 03 ago 2003. Caderno Donna, p. 4.

A pátria tem a bandeira, tem o hino, tem os símbolos. O bairro não tem essas coisas. Mas têm outras: o colégio, a igreja, o supermercado, a farmácia, a pequena loja, a lanchonete. E estes lugares acabam se transformando em centros de convivência. [...] o bairro passa a ser um refúgio. Não imune ao crime ou à violência, claro; mas um lugar onde as pessoas sabem que podem se encontrar, em que podem até contar umas com as outras. No bairro – qualquer bairro, adquirimos uma cidadania emocional. E adquirimos também o passaporte que nos permite viajar por todo o universo da condição humana. (SCLIAR, 2003, p. 4).

O Sr. Alcindo, um dos pioneiros na área em que se formou a vila Recreio da Divisa, registra em seu depoimento algumas diferenças entre o ter se envolvido diretamente e o sentimento de alguém que chega depois, como é o caso de sua segunda esposa, provinda da cidade de Gramado, interior do Rio Grande do Sul. Depois de morar alguns anos na vila e não se adaptar ao lugar, decidiu retornar para sua cidade de origem e convenceu o marido a acompanhá-la. Dessa vez, porém, foi ele que não se adaptou no novo lugar e voltou.

[...] não, ela não quer vim, não acerta morar aqui. Ela veio, morou acho que 6 anos, 8 anos ela ficou mas não gostou, não se adaptou, né? [...] ela nasceu lá e se criou lá, os familiares tudo dela de lá, ela se sentiu muito estranha, ela é muito tímida, muito inibida, ela é difícil de se comunicar, entende? Aquela pessoa do interior, lá de fora, então ela não se sentiu bem aqui, o pessoal aqui, a convivência é bem diferente de lá mesmo, bem diferente e lá tem a casinha boa lá. Então agora nesses dois anos que ela tá pra lá, que tá morando lá agora, né? (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

As experiências vividas pelo Sr. Alcindo na vila Recreio da Divisa são muito diferentes das de sua esposa. Dessa forma, querendo chamar a atenção sobre outro aspecto presente na formação da identidade, recorreremos a Brandão (1986, p. 41) que esclarece que:

[...] a vida social recobre o quadro das trocas afetivas que desde o começo da vida da criança recém-nascida vão edificando, tijolo a tijolo, a sua identidade, através de estruturas culturais e dos mecanismos de que toda a sociedade lança mão para codificar e controlar o cotidiano da vida dos seus membros.

Os conceitos de relação e de construção estão na base para o entendimento de como a identidade vai sendo formada em cada pessoa e também no coletivo a que ela se sente pertencente.

No período em que morou em Gramado, o Sr. Alcindo sentia claramente o impacto de ser mais um na multidão e por isso decidiu retornar à vila. O fato de ter sido bem recepcionado e acolhido, bem como a respeitabilidade e prestígio em torno de sua pessoa, desenvolveu nele a sensação de pertencimento àquele grupo.

[...] por causa da comunidade, que eu me adaptei com o sistema do pessoal, o pessoal pobre, mas é muito bom, a gente conseguiu se simpatizar com o pessoal e a gente se sente bem quando a gente é bem, tem boa recepção, né? Aonde chega, aonde tá, aonde vai, né? E isso cativa a gente, né? É bem diferente, por exemplo, eu fui morar em Gramado, trabalhei lá quase 6 anos, mas eu não adquiri essa facilidade porque lá o pessoal já tem outro nível tanto cultural quanto aquisitivo e aí a gente não conseguiu porque já vem da humildade e a gente não conseguiu assim filtrar no nível deles, e claro que um empregado jamais se faz patrão, né? Lá tem muito dinheiro, né? Ali rola dinheiro [...] é ano inteiro movimento de feiras, de tudo [...] então por causa disso o pessoal já tem outra cultura, eles curtem turismo, a senhora entendeu? Então eles não têm tempo pra dá atenção pra gente [...] eles não tem aquele tempo porque eles tão preocupados com o turista que tá sempre cheio ali, sempre cheio, né? É turismo de tudo quanto, é da América Latina, né? Da Europa, e é daqui, do norte, do nordeste então tem épocas assim que aquilo é um fêrvo, um formigueiro, né? De tanta gente de fora que tem a gente não consegue nem distinguir quantos gramadense tem de tão pouca que fica a população, né? Então é aquele festival de cinema que além de vim as pessoas que vem concorrer ao cinema ainda tem os curioso que vem pra assistir [...] então o que eu me referi é isto, eu gostei daqui e aí quando retornei pra cá aí me cativei mais ainda: não, eu não posso morar em Gramado. (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

Na vila Elo Dourado, os relatos mostram uma composição identitária que parece separar os moradores basicamente em dois grupos: o daqueles que estão bastante envolvidos com a compra da área e a implementação da infra-estrutura urbana, e o dos inadimplentes. Os trechos de depoimentos a seguir mostram tal divisão.

O primeiro deles representa a visão e o sentimento daqueles que trabalham em prol da permanência e das melhorias, retomando aspectos que comparam as condições de moradia

no início da ocupação e expressando orgulho de ter participado para que a vila se transformasse em um local digno de ser visitado por amigos e parentes sem causar constrangimento.

Eu imagino assim ó, uns não gostam de, de conviver naquelas vilas, sabe? Que não tem nada [...] aquela vila marginalizada que não tem uma água, que não tem uma luz decente, sabe? Então se ele se propõe a trabalhar, eu acredito que seja pra isso, pra que, no início eu sentia vergonha se eu tivesse que dizer para um amigo meu onde eu morava e ele tivesse que vim aqui, e muitos sentem esse tipo de coisa, então o que é que a gente faz? A gente trabalha para que as coisas possam sair na frente da tua casa e tu enxergar uma coisa mais decente como tá hoje, porque as casas no início elas eram assim casas de placa na volta, cartão, cartão, tinham casas de cartão aqui em cima, sabe aquelas casas que são de madeira que se põe umas escoras pra que ela não caísse, eram as casas que tinham aqui, então a gente cansava, tinha vergonha de mostrar aquilo, então, não ter luz, as pessoas têm que entrar se defendendo daquela fiação toda que tá amontoada, né? Vai precisar de água, a água tinha que pegar lá encima porque não tinham, isso te dá força pra trabalhar e te organizar [...]. Hoje não, hoje a gente não tem esses problemas, tu entrar lá encima tá, tá arrumadinho, agora só falta mais um asfalto e o esgoto, mas o que eu acho que dá essa força pra trabalhar é isso e a pessoa tem que ter vontade de querer melhorar, né? Quem faz é porque quer melhorar, tanto pelos outros como para si mesma, mas eu acho que é difícil tu encontrar. (Neli, moradora da vila Elo Dourado).

O segundo trecho trata dos “outros”, da alteridade, aqueles que não pensam como eu, não agem como eu e muitas vezes nem se comunicam comigo. O julgamento que é feito daqueles que não pagam seus terrenos apresenta uma carga negativa expressa, por exemplo, no “embaixo da ponte”, “eles não se importam em garantir a segurança da propriedade”.

Eles preferem ficar tudo solto, enfrentar a ponte, embaixo da ponte, do que ele ter a casinha e pagar 50 pila porque ele acha assim, ele vai tirar os 50 pila do bolso e que a fulana que tá cuidando vai embolsar assim, não vai fazer nada, né? Então hoje na negociação de devolução da área, rescisão de contrato, aquela coisa, quem pagou tá recebendo um documento de quitação, que são pouquíssimos, pouquíssimos, né? Muito poucos, esses vão receber garantido e os outros vão ter que passar pra mão do proprietário. Eles querem tudo na ponta do lápis, mas se tu disser assim pra um deles: - Olha, preciso de uma ajuda pra tal coisa. Eles não podem, quer dizer, que tu sofre, então assim, eles te cobram, mas não te ajudam e o que eles tinham que fazer, que era pagar 50 reais. Eles não pagaram. (Neli, moradora da vila Elo Dourado).

Não são poucos os que deixaram de pagar. Há um misto de sentimentos e crenças que faz com que essas pessoas abandonem o plano traçado para a aquisição da área: elas se

queixam dos rumos da cooperativa habitacional, alimentam desconfianças quanto ao destino do dinheiro, discordam da renegociação realizada com o proprietário, da administração do espaço da cooperativa, têm esperança que a Prefeitura compre a área, que o usucapião ocorra e não acreditam que possa haver um despejo massivo.

Os vínculos territoriais são expressos através do sentimento de pertencimento à vila, como observamos no depoimento da Sra. Jussara: ela determina qual o lado do terreno que referencia o seu endereço, que a aproxima e a identifica com aquele grupo.

Então, a [Estrada] Afonso Lourenço Mariante desse lado de cá todinha faz parte do Elo, esse lado de cá, o lado de lá não, o lado de lá até a ponta da [Rua] Eucalipto [...] aí é a divisão, tá? Então eu sou uma que moro pra cá e moro pra lá, então, mas eu uso o endereço daqui dos fundos porque eu me acho que eu faço mais parte do Elo, então eu uso esse. Usar dois endereços fica ruim, né?

Eu gosto, daqui eu não saio, até morrer eu tô aqui ainda vou ficando, é muito bom morar aqui [...] porque é tranqüilo, sabe? É, pra, eu acho assim, pra loteamento, pra vila mesmo, sabe? Porque aqui a Lomba do Pinheiro é praticamente isso, é as vilas que tão predominando e é um local, que eu já morei em muitos, muitos locais, mas a gente tem pessoas amigas que moram, né? Acontece, acontece como em qualquer outro, mas é um lugar tranqüilo, em vista de muitos lugares que tem aí, é um lugar acessível, né? A gente tem lotação hoje, né? É um pouquinho longe do Centro, têm muitas que nem vem, vem e se apavora, a gente se acostumou, né? Eu mesmo, o meu acesso ali é bom, eu saí ali e tô na parada do ônibus, ônibus tem também, não é aquela dificuldade que tinha antes, que tu pegava um ônibus e ficava quase meia hora naquele terminal, não tem, porque, né? Eu não gostar e não querer ficar, a gente também já fez amizade e sei lá, tem gente que é cigano, que não pára em um lugar nenhum, eu, é meu, o canto é meu, eu sei que pode ser meu, entendeu? Eu sei que vai ser meu, sabe? Eu não vou trocar nunca o certo pelo duvidoso, né, então, eu sei que isso pode ser meu, então é a minha tranqüilidade, é, sempre foi o que eu sempre procurei porque morar de aluguel é, quando eu morava com os meus pais a gente nunca morou de aluguel meu pai, a gente é lá de fora, né? Então o pai sempre teve uma chacinha, aí da chacinha, não quis mais, comprou uma casinha na cidade, né? Aí da cidade, quer dizer, eu nunca soube o que é que é se mudar daqui, se mudar dali, tanto que eu na primeira casa que eu morei, eu nos outros tempos que eu fiquei nos outros locais que eu morei foi questão de um, dois, três meses que eu morei com a minha irmã, eu era solteira ainda, né? Outro, eu morei no emprego, morei com uma tia, mas depois que eu constituí família, eu só fiquei nessa casa, quer dizer de lá pra cá eu só vim morar nessa que é minha, então quer dizer, eu não tenho aquele instinto de cigano, que tem gente que tem e vende e daí vai pra outro lugar, não se satisfaz nunca com nada, sabe? Parece que nada tá bom e eu não, não que o lugar não seja bom, é bom, é tranqüilo [...] aí tu sai pra experimentar outro lugar, tu não sabe nem como vai ser, mas tem gente que tem esse espírito, sabe? [...] Mas como eu sei que isso vai ser meu, a não ser que não fosse meu, né? Aí, agora, quando tu sabe, tenho certeza que vai ser teu, daí eu não saio mais, aí é herança da minha filha, eu só tenho uma né? Por enquanto, eu espero só essa, essa aí, é herança dela [...] foi feita com luta e com batalha, também, tudo o que a gente faz é com muita luta, mas eu não terminei ainda a minha casa, faz 5 anos que eu faço a minha casa, era de madeira antes, que ele não deixava construir, só um banheiro ele deixava mas eu

gastei 2 vezes, que ele não deixava construir de material, então o meu marido é pedreiro, então eu não preciso de mão de obra, mão de obra eu tenho, o que interessa é o material, eu tô a 5 anos construindo ela, ainda não terminou, não sei quando é que vai terminar[...] mas eu tô muito satisfeita, as amizades que a gente faz, tô muito bem aqui, daqui não saio, daqui ninguém me tira. (Jussara, moradora da vila Elo Dourado).

Através do depoimento da moradora, que detalha seu desejo de permanecer na vila, podemos perceber os estreitos laços criados entre ela e o lugar. É uma longa história de lutas que mostra a importância de tornar-se proprietária, de deixar herança aos seus dependentes, de longa jornada para a construção da própria casa, das amizades e costumes, das melhorias no transporte. São todas observações que agregam valor ao esforço empreendido para que, enfim, sejam reais as chances de ali ficar.

Na vila Quinta do Portal, os vínculos territoriais aparecem na história da família, nos planos e no desejo de estar num ambiente melhor para criar os filhos, através da vida dos mesmos, que ali crescem e também constituem suas famílias.

Esse meu guri quando veio pra cá era o que Maria? Que idade tinha? Acho que 10 anos, 10, 11 anos, né? Não, era 10 anos que tu tinha? Agora casou, teve filho, tudo aqui, por isso que aqui o Portal é a nossa vida. Tem muita coisa pra falar, mas quem sabe bem essa história é o Miguel, né? Que o Miguel comprou esses dois terrenos que ele tem lá embaixo, ele comprou da imobiliária deles, que eles entregaram essas terras dele pra imobiliária, né? A “Terra Base”, não sei se a senhora já ouviu falar? Então, naquela época o meu irmão agarrou e nós viemos aqui olhar os terrenos dele e eu morava lá no Mato Sampaio, na [vila] Bom Jesus, aí disse: - Vamos se mudar, tirar essas crianças daqui. Porque tem muito marginal no Mato Sampaio, né? Aí, eu criei os meus filhos aqui e aí eu comprei os terreno aqui de segunda mão, de outra pessoa já [...] foi um pedreiro que vendeu pra nós, nós temo “inté” as notas da prestação, então, aí veio a justiça em cima, né? (Celso, morador da vila Quinta do Portal).

A identidade como morador da vila Quinta do Portal se mostra, de certa forma, “incompleta”, o que pode estar relacionado com as diversas procedências dos moradores dessa vila que, como vimos, a maioria veio de outros bairros. Estaria, então, a construção da

identidade como morador da vila Quinta do Portal se processando? Vejamos o comentário de uma moradora relativamente recente na vila.

Quando se vem morar num lugar assim, que o grau de escolaridade é pequeno, não tem o coletivo, cada um cuida da sua casa, do seu pátio. Açam que é mentira, não acreditam no OP. Meia dúzia de gato pingado. Que nem escola, pais e mestres que não vão e não concordam. Isso atrapalha nas vilas. (Denise, moradora da vila Quinta do Portal há 2 anos e 6 meses, mas há 20 anos na Lomba do Pinheiro, 44 anos, natural de Santana do Livramento).

Manifesta-se o estranhamento com o comportamento do grupo, com a maneira como encaram a resolução dos problemas, gerando um afastamento que dificulta a construção de uma identidade coletiva.

[...] tamos só esperando agora pela SPM [Secretaria de Planejamento Municipal], né? Pra ser aprovado, aí ela vai...Porque hoje se tu vai numa loja, tu vais num hospital, qualquer uma coisa e dizer que eu moro na Quinta do Portal. Que rua é? Moro na rua tal. Eles batem ali, não acha, não tem CEP, tem o CEP que vem aqui é da Afonso Lourenço Mariante [...] então agora depois que ela for oficializada, isso aqui aí não vai ter problema, daí cada rua vai ter seu CEP [...] vai tá registrado lá, porque chega lá e diz: Na Quinta do Portal, rua tal. Aí eles batem ali e acham. (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

No sentido do que foi expresso pelo Sr. Sadi, como sendo uma vila que não aparece no mapa, cujas ruas não têm código de endereçamento postal, o que impede uma compra, o que dificulta o registro para o atendimento hospitalar, também estaria aí manifestada uma “lacuna” identitária?

Observamos que na origem da vila Recreio da Divisa foi enfatizado que os que participaram do núcleo inicial eram todos conhecidos e estavam envolvidos na mesma dinâmica em que a união era extremamente importante, a fim de garantir a permanência naquele núcleo por eles inaugurado. Com o passar do tempo, o aumento populacional fez com que ocorresse a “diluição” daquele grupo em meio à formação de diferentes grupos

identitários que hoje vão dificultando proposições aos rumos da organização, tanto para participar do OP como para realizar os encaminhamentos quanto à situação fundiária.

Ao contrário do que foi manifestado na vila Recreio da Divisa, em que percebemos claramente a existência de diferentes grupos identitários e uma particularização das lutas, na vila Quinta do Portal, a maneira como vem sendo conduzido o processo se encaminha para que a regularização fundiária inclua as duas partes da vila.

[...] aí houve uma invasão também pro lado de lá, aí no fundo, né? Aí o Ministério Público veio aí, né? Daí a gente questionou na reunião, daí eles queriam deixar o lado de lá fora, né? Não, tudo é Portal, então se for pra regularizar um tem que ser tudo ou nada como é que a gente vai deixar o pessoal pro lado de lá sem regularizar, quando é amanhã ou depois tá dando incômodo, já que vamos fazer, vamos fazer tudo, aí eles vieram aqui fizeram vistoria, né? Andaram por lá tudo, aí ficou certo, vai ser regularizado tudo, não vai ter um lado só do Portal e o outro lado [...] tem 70 casas a gente tirou o levantamento lá do outro lado, são 4500 famílias. (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

Embora os relatos não demonstrem traços identitários marcantes, inclusive porque, como já vimos, seus moradores são procedentes de outros bairros, as questões da regularização e da participação dos moradores são tratadas conjuntamente; as diferenças que mais chamam a atenção são as pessoais e, principalmente, aquelas no tocante à maneira como a AM é conduzida, situação que divide opiniões na vila.

A gradual chegada de infra-estrutura tem o efeito de promover uma melhora da imagem da vila, além de se refletir na própria imagem do morador. A Sra. Carmem esteve diretamente envolvida com o abaixo-assinado que culminou com a instalação da rede elétrica.

[...] e é por aí, a energia elétrica foi resolvido o problema, era uma necessidade geral desse lugar, a própria CEEE saiu ganhando porque era “gato” pra tudo que era lado, ficou até com jeito de bairro, né? (Carmem, moradora da vila Quinta do Portal).

A dinâmica espacial que vai transformando a cidade é acionada e constituída por diferentes agentes. Aqui tratamos daqueles que são denominados por Corrêa (1997) como os dos grupos sociais excluídos, movidos por sentimentos nutridos nas vivências diárias em cada vila, no peso dado aos valores dominantes e também na relação estabelecida com o poder público.

Concordamos com Ferreira (2000) que o lugar é o terreno onde são vividas as práticas sociais; é onde se situa a vida cotidiana, é o espaço praticado. As práticas sócio-espaciais combinam o *habitus* e as novas razões práticas, elas têm ligação com o campo social. Os moradores das vilas periféricas deparam-se com uma série de problemas a serem enfrentados e com canais de comunicação/pressão perante o poder público a serem abertos e consolidados.

Tomemos, primeiramente, a definição de razão prática, querendo relacioná-la com os encaminhamentos específicos dados a cada situação. Eles estão de um lado já incorporados ao *habitus*, e de outro são aqueles que serão apreendidos diante de novas situações criadas, principalmente, pelas normas dadas pelos governos (municipal, estadual e federal) no tratamento da condição, por exemplo, de um morador de loteamento clandestino.

Nossas práticas podem se distribuir entre dois pólos opostos: as que nos dão o sentimento de agir de maneira totalmente livre, porque são comandadas por uma lógica que nos escapa, que é a do *habitus*. Vem de si, tão evidentes que não há razão para explicá-las ou justificá-las e, as conscientes e expressamente regradas, codificadas por regras gramaticais, técnicas, morais, jurídicas etc. Somente a razão e a regra podem impor. (ACCARDO, 1991 apud SILVA, 2002, p. 119).

O conceito de *habitus* embasa nossas considerações na diferenciação dos encaminhamentos e arranjos espaciais que serão materializados nas vilas, uma vez que as

lideranças, no caso de nosso estudo, especialmente presidentes de AMs e de Cooperativa Habitacional, antigos moradores que participaram do início daquele núcleo habitacional. Essas lideranças vão colocar a sua marca nas práticas que vão conformar as vilas e isso também tem relação com os vínculos territoriais construídos e retomados na memória em que há uma valorização de ter não apenas participado, mas colocado uma marca sua, o seu jeito, na história daquele lugar.

Bourdieu (1989, p. 61), retomando o sentido que imprimiu à noção de *habitus*, afirma que:

[...] eu desejava pôr em evidência as capacidades “criadoras”, activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra *hábito* não diz), embora chamando a atenção para a idéia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana [...] — o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital [...] o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural —, mas sim o de um agente em ação [...].

O conceito de campo social completa a idéia de diferenciação e riqueza de combinações de práticas sócio-espaciais, uma vez que, embora possam haver semelhanças nos níveis de escolaridade e de renda entre os moradores de periferia, as aprendizagens, a bagagem cultural, as experiências, a forma de conceber a atividade política, a relação com a política partidária, o entendimento dos modelos de gestão, entre tantos outros aspectos, vão conformar maneiras de lidar com os conflitos que serão distintas, o que significa ocupar uma posição no campo social que é diferenciada. O campo social é expresso através da idéia de

Um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na 1ª dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na 2ª dimensão, segundo a composição do seu capital [...]. (BORDIEU, 1994 apud SILVA, 2002, p.118).

Junto aos conceitos desenvolvidos por Bordieu (1989) pensamos na contribuição de Harvey (2001) e de Lefebvre (1974 apud HARVEY, 2001) com as considerações das dimensões das práticas espaciais relacionadas ao vivido, ao concebido e ao percebido.

As dimensões da prática espacial enfatizadas por Harvey (2001) são referências bastante importantes nas considerações quanto aos parâmetros de análise para o que foi expresso pelos moradores. Vejamos cada uma delas:

1. Acessibilidade e distanciamento referem-se ao papel da “fricção da distância” [...], a distância é tanto uma barreira como uma defesa contra a interação humana.[...] O distanciamento [...] é apenas uma medida do grau até o qual a fricção do espaço foi superada para acomodar a interação social.
2. A apropriação do espaço examina a maneira pela qual o espaço é ocupado por objetos (casas, fábricas, ruas etc.), atividades (usos da terra), indivíduos, classes ou outros grupos sociais. A apropriação sistematizada e institucionalizada pode envolver a produção de formas territorialmente determinadas de solidariedade social.
3. Domínio e controle do espaço reflete o modo como os indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extralegais, a fim de exercerem um maior grau de controle quer sobre a fricção da distância ou sobre a forma pela qual o espaço é apropriado por eles mesmos e por outros.
4. A produção do espaço examina como novos sistemas (reais ou imaginários) de uso da terra, de transporte e comunicação, de organização territorial etc. são produzidos, e como surgem novas modalidades de representação. (HARVEY, 2001, p. 202, grifos nossos).

Harvey (2001) também apresenta uma “grade” contendo as práticas espaciais relacionando-as com as dimensões. Sua elaboração foi feita tendo como inspiração a teoria desenvolvida por Lefebvre, em 1974. Das combinações apresentadas, aquelas que mais se destacam para o nosso estudo são as das práticas espaciais materiais, o vivido; as representações do espaço, o percebido e os espaços de representação, o imaginado, relacionadas às dimensões da produção do espaço, da apropriação e uso do espaço.

[...] se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social [...] a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. (BORDIEU, 2003, p. 27)

O espaço praticado está expresso em vários trechos das histórias contadas. Os trechos selecionados mostram aspectos da prática social que caracterizam a construção do espaço das vilas, são eles: a mudança de estratégia empreendida pelo então recém eleito presidente da Associação, a fim de garantir a posse da terra, a permanência no local. Esse trecho representa a dimensão da apropriação e uso do espaço.

[...] então o Miguel chamava a Brigada, chamava a polícia, derrubavam as casas, então a gente não tinha nada aqui dentro, aí quando eu assumi a associação eu disse: - Olha, eu não sou pago pra cuidar terra de ninguém. Aí os proprietários vinham aqui ó, vai fazendo aí, foi decretado pela justiça o cancelamento daqueles títulos da Quinta do Portal, foi cancelado pela justiça. Então, aí, na época ainda existia que iam tirar todo mundo aqui de dentro, aí eu assumi a associação, reuni uma assembléia de moradores ali e disse: - Olha, eu não sou pago pra cuidar terreno de ninguém, tanto é que a justiça, o juiz da 12ª Vara decretou que todos os proprietários que tivesse seus lotes no caso invadido, que tinham direito a ser ressarcido pelos Chaves Barcellos, então eu assumi. Enquanto não tiver gente morando aqui dentro nós não vamos conseguir nada, muito pelo contrário, acho que vamos acabar tendo que sair, então eu reuni uma assembléia: - Se vocês tiver familiar com problema de moradia ou se tiver, é só procurar não trazer muito vagabundo e bandido aqui pra dentro, famílias direitinhas, né? Eu sei que de cento e poucas casas passou a 1600 famílias aqui dentro em quatro anos [...] (Cláudio, morador da vila Quinta do Portal).

A relação existente entre o ser proprietário e o valor atribuído à pessoa e ao lugar, incluindo aí o zelo e o resgate histórico que estaria relacionado à idéia de produção do espaço e também à dimensão relativa ao domínio e controle do espaço a partir das práticas espaciais materiais.

E, mas eu acho que a princípio nós é que devemos decidir o que é melhor. Eu, a princípio, eu sou contra que o DEMHAB assuma, eu acho que aí nós temos que ter uma outra forma [...] a princípio porque eles já pegaram tudo pronto praticamente, então é, geralmente eles urbanizam áreas e repassam e não é o que tá acontecendo até porque a gente aqui já trabalhou com valores pra que fosse colocado os postes de

luz, enfim isso aí é uma coisa que a gente vai tê que futuramente, sim, discutir com mais profundidade [...] é importante ter a regularização, é importante que as pessoas também, né, a partir daí passe a valorizar o espaço que tem, né, eu acho que isso tem muito a ver com a auto-estima das pessoas, também acredito que é por aí, até por questão de se sentir dono, né? Do seu lote, mas também de zelar por, pelas ruas, pela enfim por tudo mexer com a própria auto-estima da cada um porque parece que por enquanto as pessoas não se deram conta ainda, tá muito, não se deram conta da beleza que tem neste local aqui e da história, né? Porque isso aqui foi uma área de propriedade de fazenda, de, que tinha escravos, enfim, então toda uma história aqui que tá se perdendo que aquele espaço onde era a fazenda, onde tinha o cemitério dos escravos[...] aqui atrás, aqui [...]. (Marcos, morador da vila Quinta do Portal).

O Sr. Sadi expressa preocupação com o futuro do bairro, no trecho abaixo ele avalia as ações empreendidas por parte do poder público municipal bem como a responsabilidade da mesma pelos serviços a serem implantados, uma vez que está sendo promovido um adensamento populacional em um bairro que carece de infra-estrutura. Identificamos aí a dimensão do uso do espaço em combinação com o espaço percebido.

Até a gente tá preocupado com uma coisa, nós, uma reunião agora é quarta-feira e o Dmae, o DEMHAB, tá comprando uma área aqui na 8 pra trazer 150 família da zona sul, tá? Aí a gente se preocupou, né? E o DEMHAB ficou assim na discussão, eles se faz assim como quem não entendia mas a preocupação nossa é o seguinte: ó, das 150 família nós fizemos as conta, quanto vai dar? 700 pessoas, tá? E aí? E a saúde dessas pessoas quem é que vai tratar? Qual é, quem é que vai dá colégio pra essa criança? [...] então a gente tá preocupado, não contra que o Dmae, o DEMHAB que vai trazer esse pessoal, né? Mas nós propomos assim, ó: por que é que o DEMHAB não faz uma discussão junto com a SMAM, juntamente com a saúde, com a SMIC, da dos colégios [...] a SMED, né? Pra cada um assumir uma parte, não fazer como a senhora viu ali, se não fosse nós intervir na 16, na curva ali que entra a direita[...] no Recreio da Divisa, o que é que eles fizeram ali? Tiraram aquele pessoal lá do Cristal, chegaram ali e atiraram ali o pessoal [...] então o que é que a gente quer? A gente quer que se faça a estrutura tudo direitinho, né? E que se traga a SMED, se traga alguém da saúde que se comprometa de trazer alguma coisa, um posto, uma escola, né? Pra esse pessoal. (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

O orgulho da experiência e do conhecimento prático do lugar perante técnicos e profissionais de áreas consideradas importantes, estabelecendo uma relação com o lugar que passa a idéia de domínio e controle do espaço.

[...] a Lomba é um complexo, cada comunidade tem a sua maneira e perigo, a Lomba, ela é assim, por natureza ela tem uma disputa tanto política, como social e ambiental também, entendeu? Por que ambiental? Porque o pessoal quer invadir

aqui, isso aqui tem espaço vazio aos montes, então o que é que nós temos que fazer, auto controle disso tudo, isso gera um monte de trabalho e de comissões e de pessoas envolvidas, mas são pessoas relacionadas ao conselho, são pessoas relacionadas a participação popular, a participação da comunidade, participação social, tem secretarias que vem pra cá, a UFRGS vem pra cá discutir com nós porque ela sabe que nós, nós, porque eles são graduado sim, porque nós temos a experiência da comunidade de 15 anos, não é? (João, morador da vila Quinta do Portal).

Nos dois últimos trechos de depoimentos que foram selecionados, temos exemplos detalhados de dinâmicas comuns em espaços periféricos através das estratégias que vão sendo apreendidas. Nas novas razões práticas que os moradores vêm diante deles, os arranjos sócio-espaciais para o uso, a apropriação, a adequação para a vida são marcantes no primeiro trecho.

E a gente passou os canos pro lado de cá e cada morador dava uma vara de cano e tinha morador que fez as conta, vem vindo, vem vindo e vai passar na minha frente e eu não vou dá nada porque ia pegar água, né? Aqui, não ia água pra ele, daí a água que passava na frente, má não deu cano não pega água, então nós ficava ali cavando aqueles valetão pra esconder os cano, né? E aquele cano que a gente colocou por baixo do asfalto, a gente furou o cano grossão do lado de lá e por dentro daquele cano, né, aí então a gente colocava os cano aqui e um ficava cuidando, né: óia os hôme, né? Óia os hôme, né? Aí a gente fechava ali e saía correndo, né? Ó o Dmae! Aí fechava, os cara passavam mas eles já sabiam, né? E aí começou a luta, né? O negócio da água, vinham 2, 3 vezes por semana, as vezes, depois começou a vim duas, começou a vim uma, as vezes vinha um caminhão de 10 em 10 dias, aí tu saía aí correndo com balde, com bacia, com panela, com garrafa ou então as vezes vinham de madrugada, ficava acordado pra pegar aquela água, né? E foi indo e as vezes não vinha nada e nós trancava a rua, que é só uma avenida, né? Trancava rua ali, botava pedra, tábua, pau, poste, tudo, mato, fazia sopa ali, sabe? Sopão assim, aí botava a criança deitada no chão ali, aí trancava o ônibus, trancava carro, trancava tudo, não passava nada, nada mesmo e aí vinha a Brigada ali, mandava nós tirar, a gente não tirava, aí daqui a pouco alguém se metia e tirava, aí nós já trancava depois de novo e aí foi, foi indo assim [...]. (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

Ambos trechos compõem um quadro da dinamicidade com que espaços vão sendo edificados, não só na materialização através das marcas das construções, mas na participação e significado de sentir-se parte daquela história.

[...] bom, aí assim, a gente conseguiu colocar, abrir as ruas, a área nova que a gente costuma chamar, que é aquela área atrás dessas casas que tu enxerga, aquilo ali era banhado [...] uma área nova que a gente coloca como área nova, aquilo ali tinha açude, tinha um açude enorme e, açude de dá peixe [...] aquilo ali a gente na minha

época eu mandei tapar tudo pra fazer área, então ali [...] era uma chácara no total e que na época quem ficou muitos anos ali foi o Charuto, foi muito conhecido na Lomba, né? Tinha os seus defeitos, então ele era muito conhecido, então quando a gente negociou a área e comprou a área [...], eu entrei na justiça contra ele, pra tirar ele e conseguimos, né? Ele foi despejado porque ele tinha um total de toda área, então ele tinha que entregar no momento de venda ele entregava e ele não quis, que ele tinha um comodato, o comodato morreria no momento de venda, ele se negou, aí a gente entrou na justiça e tirou ele aí tiramos, tinha uma plantação muito grande de aipim, era uma chácara [...]aí ele se negou de sair porque ele tinha um comodato, dava segurança e depois ele tinha 17 anos ali, né? Então ele se achava, mas daí a gente tirou, daí sobrou todo o espaço, era uma chácara grande [...] deu em torno de 30 e poucos terrenos de 10x27, grande, foi, aí a gente pegou, aí a gente teve que fechar o açude porque era um açude grande, fechamos pra montar aquele terreno da área nova, bom, daí pra cá se foi fazendo, colocando luz, colocando água, agora só tá o esgoto que já se conseguiu uma boa parte no orçamento, só que aí 2 anos atrás, eu fiquei 6 anos e entreguei, aí entrou a Jussara com o grupo dela, mas elas praticamente pegaram tudo pronto. (Neli, moradora da vila Elo Dourado).

Ao longo do capítulo, além de apresentarmos características do bairro que nos ajudam a entender a origem das vilas pesquisadas, traçamos o perfil sócio-econômico de cada uma delas, a fim de mostrar as diferenças e as semelhantes que, junto à história do morador naquele lugar, compõem um outro perfil: o identitário.

Conforme o que foi observado, quanto às identidades, podemos estabelecer três canais identitários: o individual – presente nos relatos que, marcadamente, enfatizam o eu, com as vivências específicas, o *habitus*, os vínculos territoriais criados com o lugar, a maneira de ver o mundo, de relacionar-se e de solucionar os problemas do lugar, assim como as aprendizagens realizadas ao longo do processo, contadas de maneira a diferenciar-se dos demais; o de grupo – mencionado por aqueles que participam de ações coletivas significativas, comungando idéias quanto aos encaminhamentos a serem dados para solucionar problemas e valorizam a força do grupo; o de morador da vila – de acordo com a origem, a imagem construída e a infra-estrutura existente em relação às outras vilas.

Os trechos de depoimentos presentes ao longo dos capítulos sobre a regularização fundiária e a participação também trazem manifestações das lideranças que ajudam a pensar no sentido dos canais de identidade que são acessados de acordo com o que é relatado.

Concluimos que a identidade está em constante construção e depende das relações estabelecidas com o grupo e com o lugar. Também as condições sócio-econômicas e a localização da casa dentro da vila geram diferentes agrupamentos identitários que apartam e dificultam processos que necessitam da participação do coletivo. É sobre o tema da regularização fundiária e da participação na AM e nas reuniões do OP que vamos nos deter nos próximos capítulos, por representarem importantes canais de aprendizagem na gestão da cidade e para o exercício da cidadania, cujos encaminhamentos cotidianos podem reforçar as diferenças ou criar novas possibilidades de reconhecimento, de união e de ação coletiva.

Infra-estrutura e equipamentos	Vila Recreio da Divisa	Vila Elo Dourado	Vila Quinta do Portal	Observações:
Água	Sim	Sim	Sim	Inicialmente abastecidos através de ligações clandestinas e passando por abastecimentos intermitentes, hoje o abastecimento é da rede regular, mas gera problemas para uma parte dos moradores para pagar a conta.
Esgoto	Não	Não	Parcial	Tanto na vila Elo Dourado quanto na Quinta do Portal, o esgoto está aprovado no OP. Na Quinta do Portal, a obra está sendo feita. Na Recreio da Divisa, o esgoto é um dos itens que confere maior insalubridade aos moradores, pois a declividade do terreno, o desnível entre as casas, os arruamentos cheios de blocos de rochas faz com que o esgoto siga trajetórias que invadem os pátios.
Luz (ligação regular)	Não	Sim	Sim	Um dos problemas mais comentados na vila Recreio da Divisa é o da queda de luz e da queima de aparelhos elétricos, além de faíscas que saem dos fios em dias de vento e chuva, causando apreensão pelo risco de incêndio.
Iluminação pública	Parcial	Sim	Sim	No caso da vila Recreio da Divisa, há iluminação pública na Estrada João de Oliveira Remião e na Rua da Comunidade.
Coleta de lixo	Não	Sim	Sim	Nas vilas Elo Dourado e Quinta do Portal a coleta é feita três vezes por semana. Na Recreio da Divisa, a falta de coleta no interior da vila gera problemas ligados ao uso das lixeiras coletivas.
Pavimentação	Não	Não	Não	A pavimentação é um dos itens mais desejados pelos moradores tanto para diminuir a quantidade de poeira depois da passagem do ônibus como pelo significado de melhoria de urbanização.
Telefone público	Não	Não	Sim	Embora haja orelhões no interior da Quinta do Portal, também há muitas queixas de que não funcionam.
Creche Comunitária	Sim	Não	Não	Esse é um equipamento que, sem dúvida, mais carecem as vilas. Na Recreio da Divisa são apenas 40 vagas e nas outras vilas há uma disputa acirradíssima por vagas em creches de outras vilas. Como “solução” há um número significativo de pessoas que cuidam de crianças cobrando menos que uma creche particular.
Escola	Não	Não	Não	Assim como no caso dos postos de saúde, as vagas nas escolas das vilas vizinhas são disputadíssimas.
Posto de Saúde	Não	Não	Não	As consultas são realizadas, no caso da vila Recreio da Divisa, no posto da Vila Panorama e, no caso das vilas Elo Dourado e Quinta do Portal, no posto da vila Mapa.
Praça	Não	Não	Sim	Faltam locais para o lazer: na Recreio da Divisa, pelo tipo de ocupação ocorrida, não há áreas disponíveis, a não ser no Anexo, um campo de futebol de terra batida, mas as “diferenças” impedem o uso pelos outros moradores. Na Elo Dourado, há uma pracinha que não é arborizada e de uso exclusivo das crianças da creche feita pela Cooperativa, o que gera muita polêmica. Na vila Quinta do Portal, embora tenha uma pracinha e um campo de futebol, existem restrições ao uso devido às pessoas que freqüentam o local.

QUADRO 03 – SÍNTESE: INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS.

Fonte: Dados coletados em campo.

3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A fim de compreender o problema da irregularidade fundiária urbana na atualidade, é necessário resgatar aspectos da política habitacional brasileira direcionada à população de baixa renda a partir do período do regime militar (1964-1985), mostrando as deficiências que irão desencadear um agravamento do problema da moradia, que se por um lado são típicos da lógica capitalista na transformação da terra urbana em mercadoria, por outro também deve ser visto como parte de um mecanismo de posterior incorporação das terras da periferia ocupadas pelos pobres ao mercado de terras formal. A disseminação do valor da propriedade privada na sociedade ajuda no desempenho capitalista, uma vez que o trabalhador concentra seu sonho na realização desse desejo, e não em uma outra maneira de organização e ocupação da terra urbana que ponha em xeque o capitalismo.

A regularização fundiária em Porto Alegre é trabalhada a partir das inovações introduzidas na Constituição Federal de 1988, com relação ao tratamento dado à propriedade privada e à especulação imobiliária. Apontaremos algumas das dificuldades pelas quais passa a implementação do programa de regularização fundiária proposta para a cidade, a partir de 1989 e, finalmente, elaboramos a caracterização das vilas pesquisadas quanto à origem, aos mecanismos aplicados em cada um dos casos e à expectativa dos moradores em relação à condição de regularização da vila.

3.1 A política habitacional brasileira - algumas considerações

Vamos destacar alguns aspectos que marcaram a história recente da política habitacional brasileira, uma vez que a falta de programas e de investimentos geraram ou agravaram vários dos denominados problemas urbanos, entre eles a irregularidade fundiária.

Além de falta de investimentos, há um outro aspecto, esse ligado à difusão do modelo da casa própria²⁶ que, ao tratar a habitação como mercadoria, estabelece como pré-requisito básico de acesso a ela, o poder de compra²⁷. Condição essa que é um obstáculo aos trabalhadores de baixa renda.

Ao longo do período do regime militar, a política habitacional praticamente não atendeu às necessidades dos trabalhadores de baixa renda. Em 22 anos de existência, foram quase 4,5 milhões de unidades habitacionais financiadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), 33,5% foram formalmente destinadas aos setores populares, conforme Azevedo (1993).

A política de investimentos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), cujo órgão principal era o BNH, pode ser resumida em duas fases: uma, até meados da década de 70,

²⁶ “Até 1940 a maioria da população vivia em casas alugadas [...] foi na era Vargas que este modelo começou a ser questionado. O mercado passou a ser visto como incapaz de enfrentar o crescente problema habitacional. Defendia-se a intervenção do Estado na provisão de moradias e criticava-se a idéia de que, na questão da habitação, o mercado poderia solucionar o problema. [...] Foi nesse contexto que surgiram os Institutos de Aposentadorias e Pensões. Também nesse período, o governo interveio no mercado de locação e em 1942 instituiu a Lei do Inquilinato, que congelava todos os aluguéis” (BAUMANN, 2000, p. 24).

²⁷ A dissertação de mestrado de Fabiane Baumann “Moradia e propriedade: um estudo sobre as percepções de moradores e formuladores de políticas públicas de habitação” contribui no sentido de indicar a necessidade de se repensar o fundamento da discussão sobre habitação social no Brasil, calcado no modelo individualista de propriedade privada.

com investimentos direcionados aos grandes projetos de mineração, geração de energia e transporte, também com recursos aplicados em saneamento, calçamento e transporte urbano. Para o setor da habitação, os benefícios chegavam às camadas sociais pertencentes às classes média e alta alavancando os setores dos promotores imobiliários, dos agentes financeiros e da indústria da construção. Nesta fase, não há registros que mencionem os trabalhadores de baixa renda, embora o BNH tenha sido criado com o objetivo de atender à demanda habitacional desta classe de rendimento, de acordo com Maricato (1987).

O contexto de industrialização, de intensa e acelerada urbanização²⁸ pela qual passa o país associado à falta de programas voltados às necessidades de habitação daqueles que já vivem na cidade e daqueles que estão chegando, acaba por desencadear mobilizações pela terra urbana. Elas são marcadas pela pressão feita inicialmente por dois grupos distintos no tipo de sítio e na forma como estabeleceram suas habitações: o grupo que representa os moradores de loteamentos clandestinos e irregulares e o grupo de moradores de favelas, e que mais tarde é acrescido pelos moradores de ocupações.

Em meados dos anos 70, o BNH muda o rumo dos investimentos, seja pelos limites reais da concentração de renda que vai esgotando os beneficiários e criando uma desaceleração da indústria da construção, seja pela crescente pressão dos movimentos populares. Nesse período, os investimentos se direcionam para os trabalhadores de classe média baixa e alcançam patamares de produtividade marcantes, mas não suficientes para cobrir o déficit habitacional. Segundo Baumann (2000, p. 15),

²⁸ Em 1960, a população urbana representava 44,7% da população total e a população rural 55,3%. Em dez anos há uma inversão: em 1970, a população urbana corresponde a 55,9% e a população rural a 44,1%. No ano 2000, 81,2% da população brasileira vive em cidades. (BRASIL, 2002, p.23).

Além de não atender à demanda da população mais pobre, as intervenções para a construção de conjuntos habitacionais seguiram a lógica de uma gestão centralizadora onde as habitações eram construídas por empreiteiras e não contavam com nenhuma participação da comunidade.

São iniciados também uma série de projetos alternativos baseados no financiamento para a construção da casa própria, destinados aos segmentos mais carentes. Se forem considerados no total, os investimentos realizados pelo SFH nesses programas especiais correspondem a apenas 23%, segundo Azevedo (1993).

No início dos anos 80, a recessão econômica chega à indústria da construção e ao mercado imobiliário; a inflação galopante e os altos índices de inadimplência fazem com que o SFH entre em colapso.

Em 1985, instaura-se a “Nova República” que, nos primeiros anos, em termos de política habitacional²⁹, pouco difere suas ações das do regime militar, pautadas em benefícios ao setor imobiliário.

Em 1986, é extinto o BNH, passando a carecer o país de consolidação de um sistema nacional de habitação. O que passamos a observar, a partir da Constituição de 1988, é o propósito de transferência para o Poder Municipal de uma série de responsabilidades, referentes inclusive à habitação.

²⁹ Azevedo (1993) faz um balanço relacionado à situação do financiamento de casas populares para o período e destaca os seguintes pontos: a substituição do BNH, um banco de fomento, pela Caixa Econômica Federal, um banco comercial, enfraqueceu os programas alternativos, eles necessitam de maior quantidade de subsídios; a privatização dos programas tradicionais de habitação, a partir de 1988, com a transformação das Companhias Habitacionais (COHABs) de agências promotoras e financeiras em apenas simples órgãos assessores, elitizou ainda mais a clientela destes programas; o programa da Secretaria Especial Comunitária, durante o governo Sarney, baseado no financiamento para a construção da casa própria, apresentou problemas que vão da falta de recursos à sua utilização indevida.

O país redemocratizado pede uma nova ordem institucional. A esperança daqueles que lutavam pelo direito à cidade estava depositada, no final dos anos 80, em duas frentes que se abriram ao debate e à ação política: a Assembléia Nacional Constituinte e a proposta de Reforma Urbana.

O ideário da reforma urbana³⁰ se assenta no combate à especulação imobiliária; na redução do nível de disparidade sócio-econômico-espacial intra-urbano, a fim de reduzir a segregação residencial, amparados na promoção da regularização fundiária e numa política de geração de emprego e renda aos pobres e, finalmente, a democratização do planejamento e da gestão do espaço urbano.

Em 1988, quando é promulgada a Constituição Federal, o capítulo sobre política urbana contém dois artigos, aqui reproduzidos.

Art. 182 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1.º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2.º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no Plano Diretor.

§ 3.º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com a prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4.º - É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para áreas incluídas no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, que promova seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente, de :

- I- Parcelamento ou edificação compulsórios;
- II- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- III- Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real para indenização e os juros legais.

Art. 183 – Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

³⁰ Souza (2003), no livro ABC do Desenvolvimento Urbano, dedica um capítulo ao tema.

§ 1.º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente do estado civil.

§ 2.º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor por mais de uma vez.

§ 3.º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Podemos notar que os municípios devem assumir a política urbana, que será implementada através de estratégias traçadas nos planos diretores no intuito de proporcionar um desenvolvimento urbano que esteja de acordo com a função social que a propriedade urbana deve desempenhar. Além disso, prevê os meios para que a especulação imobiliária seja coibida, também prevendo as regras para a aplicação do usucapião urbano.

Temos um quadro muito alentador em prol do combate à ação especulativa e na busca de maior justiça social, mas os instrumentos previstos precisavam ser regulamentados por outra lei federal, o que vai acontecer onze anos depois, quando é aprovado, em julho de 2001, o Projeto de Lei n.º 5.788/90, mais conhecido como o Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade trata de questões importantes para a vida nas cidades, sendo objetos dessa lei: a regularização fundiária, em especial em áreas de baixa renda, e o uso e a ocupação do solo urbano e a habitação, principalmente, em áreas subutilizadas situadas dentro da cidade.

Vários municípios, entre eles Porto Alegre, não esperaram a promulgação dessa lei e experimentaram novas práticas que foram guiadas pelos princípios da Constituição Federal.

3.2 A regularização fundiária em Porto Alegre a partir de 1989

Em Porto Alegre, o efeito das mudanças se potencializa com a eleição para a Prefeitura da Frente Popular, em 1989, e a promulgação da Lei Orgânica do Município, em 1990, que traz no capítulo Da Política e Reforma Urbanas os ares do movimento de reforma urbana³¹.

Em 1989, a prefeitura municipal estrutura o Orçamento Participativo (OP)³², e é através do OP que os moradores de assentamentos irregulares³³ manifestam seu desejo de investimento do Poder Municipal no processo de regularização fundiária. No caso da Lomba do Pinheiro, há registros feitos por Fedozzi (2000, p. 197), citando um estudo de Ribeiro (1991, p. 115) que mostra que,

As vilas irregulares da região da Lomba do Pinheiro reuniram-se, em 1982, para encaminhar conjuntamente a luta pela regularização da terra. Esse movimento foi noticiado pela imprensa: Vilas se reúnem para legalizar terras. Moradores com os mesmos problemas unificam suas reivindicações ao DEMHAB – os vileiros estão discutindo a questão dos terrenos irregulares. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 27 de maio 1982, Seção Geral, p.38. SMOV decide sobre loteamentos irregulares. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 29 jul. 1982, Seção Geral, p.35. Moradores da Lomba do Pinheiro se reúnem hoje. Vão discutir a organização do encontro sobre vilas clandestinas, *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 17 jan. 1984, p. 34.

³¹ A dissertação de mestrado de Betânia Alfonsin trata das leis que regularam a política habitacional voltada para a população de baixa renda, em Porto Alegre, no período de 1892 a 1999.

³² Que será detalhado no capítulo 4, sobre Participação.

³³ A Fundação João Pinheiro (2001), entidade do Governo de Minas Gerais, voltada para a realização de projetos de pesquisa aplicada, consultorias, desenvolvimento de recursos humanos e ações de apoio técnico ao Sistema Estadual de Planejamento e demais sistemas operacionais de Minas, nas áreas da administração pública e privada, economia, estudos históricos, culturais, municipais e político-sociais, estima no Brasil, hoje, a existência de cerca de 1,5 milhão de casas e cômodos urbanos, representando 4,7% do total em situação de inadequação fundiária, percentual que sobe para 6,7% no total das regiões metropolitanas. Nas regiões metropolitanas, os percentuais mais elevados se encontram em Recife, 10,1% e em Porto Alegre, 14,1%. Em números absolutos, com relação às regiões metropolitanas se destacam São Paulo, com 271.205, Porto Alegre, com 117.620 e Rio de Janeiro, com 99 561. Estando a maior parcela na faixa até três salários mínimos, 35,1%.

Em 1990, a prefeitura lança o programa de Regularização Fundiária³⁴, já contando com um instrumental jurídico, além da Lei Orgânica Municipal que ampara a sua implementação. São eles, segundo Alfonsin (1997, p.129):

Lei Complementar 140/86 que dispõe sobre a regularização de parcelamentos do solo anteriores a 1979, liberando-os das exigências e da observância aos padrões urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor, desde que apresentassem: vias de comunicação, lotes demarcados, equipamentos urbanos de abastecimento de água e energia elétrica e condições de escoamento de águas pluviais. Previa também a regularização das edificações.

Na prática, poucos parcelamentos foram regularizados em conformidade com o prescrito nessa lei. É citado um decreto, o de n.º 9.694/90 que, ao invés de auxiliar no processo, acabou por criar tantas exigências que findaram por dificultar a regularização.

Lei Complementar 242/91 e 251/91 disciplinam a Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, apontando os sujeitos beneficiários, o objeto, a finalidade da ocupação, o marco temporal e as condições a serem preenchidas pelas famílias³⁵. Lei n.º 7433/94 cria a Assistência jurídica municipal junto à Procuradoria Geral do Município para atuar de forma complementar à Defensoria Pública Estadual. Lei Complementar nº 338/95 que institui as Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS, que são “áreas destinadas à produção e à manutenção de habitação de interesse social com destinação específica e normas próprias de uso e ocupação do solo”. Foram definidos quatro tipos de AEIS: a AEIS 1 em áreas públicas ocupadas para fins de moradia; a AEIS 2 em áreas privadas ocupadas para fins de moradia; a AEIS 3 em loteamentos clandestinos e irregulares e a AEIS 4 em vazios urbanos a serem destinados à implantação de programas habitacionais. (ALFONSIN, 1997, passim).

34 A regularização fundiária envolve, basicamente, cinco etapas: 1ª) definição das áreas; 2ª) levantamento topográfico e cadastral e pesquisa de propriedade; 3ª) estudo de viabilidade urbanística da vila; 4ª) recolhimento das provas e 5ª) ingresso da ação judicial de usucapião ou assinatura dos contratos de concessão.

35 Em abril de 2000, ocorrem mudanças na Lei da Concessão do Direito Real de Uso – fica permitido que o beneficiário da concessão venha a adquirir o imóvel, mediante financiamento, tornando-se proprietário deste. Passa-se a admitir-se a transferência de contrato de financiamento da unidade habitacional para terceiros, desde que transcorrido, no mínimo, um terço do prazo contratual e anulada a Concessão do Direito Real de Uso, por parte do beneficiário. Também poderá ocorrer a permuta entre beneficiários da concessão, observando a igualdade de condições habitacionais construídas (BAUMANN, 2000, p.94). Ver ANEXO 01.

A FIGURA 09 apresenta um fluxograma do Programa de Regularização Fundiária, elaborado por Mittelmann (2000), para que possamos acompanhar o encadeamento das etapas previstas.

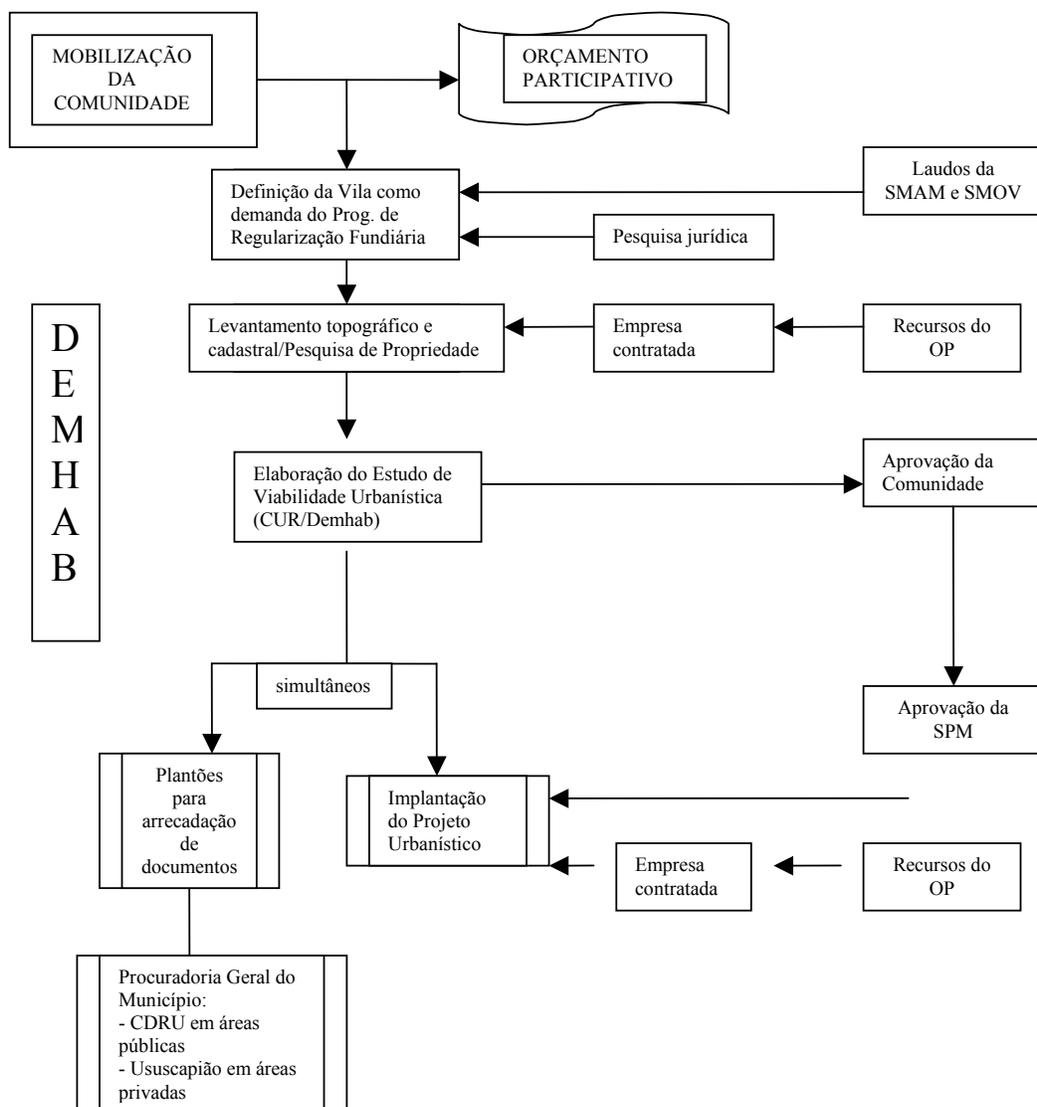


FIGURA 09 – FLUXOGRAMA DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PORTO ALEGRE.

Fonte: MITTELMANN, R., 2000. p. 156.

Através do fluxograma é possível observar claramente a ligação entre o programa de regularização fundiária e a participação no OP: o processo é iniciado quando uma comunidade demanda a regularização fundiária. Os recursos que irão financiar cada uma das etapas também serão obtidos no orçamento participativo, seja para o levantamento topográfico e cadastral, como para a implantação do projeto urbanístico. Portanto, a continuidade do envolvimento dos moradores é imprescindível para que o programa, no que se refere aos recursos, seja concluído.

É importante enfatizar que, no tocante aos instrumentos jurídicos, o município contava com mecanismos considerados bastante avançados, e que serão confirmados no 2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental³⁶. Mas o êxito de um programa depende de outros fatores³⁷ que abarcam questões de cunho político, cultural, econômico, jurídico-institucional e sócio-político, aliados a dificuldades gerenciais e técnicas de implementação de qualquer nova rotina que quebre o ritmo conhecido de trabalho, além da necessária apropriação do novo por parte daqueles que serão beneficiados e os diretamente envolvidos na execução do programa.

Algumas críticas³⁸ têm sido feitas ao programa de regularização fundiária, direcionadas a diferentes pontos, que destacamos a seguir:

A legislação e a estrutura administrativa são deficientes em relação aos loteamentos irregulares e clandestinos;
A troca de equipes que, somada a cultura oral, dificultam o trabalho daqueles que assumem, além da falta de recursos humanos;

³⁶ Lei Complementar n.º 434, de 01 de dezembro de 1999.

³⁷ SOUZA (2003) detalha esses obstáculos se referindo ao alcance da Reforma Urbana.

³⁸ Os pontos do programa de regularização fundiária que têm sido alvo de críticas foram organizados com base nas avaliações realizadas por Alfonsin (1997), por Kunrath Silva (2002) em seu estudo sobre o processo de regularização fundiária da Vila Jardim e através dos dados de campo de nossa pesquisa.

A dificuldade para estimar o custo total de uma intervenção como o usucapião urbano, somado a falta de recursos financeiros;

A prefeitura tem consumido em média três anos para concluir as intervenções para CDRU, tempo considerado muito longo pelos especialistas;

Não tem ocorrido a finalização do processo de regularização, que seria a aprovação do loteamento pelo Cartório do Registro de Imóveis competente;

A falta de mecanismos que incorporem a participação popular no acompanhamento do andamento do processo de regularização fundiária, que aliado à morosidade do Poder Judiciário podem gerar a desmotivação de algumas comunidades.

3.3 A origem das vilas pesquisadas

A origem das vilas foi um dos aspectos considerados na seleção dos casos a serem estudados, retomando as dinâmicas que as originaram e estabelecendo as diferenciações quanto à história de formação de cada uma delas, buscando, assim, uma aproximação da diversidade de arranjos sócio-espaciais que compõem o bairro, embora sem esgotá-los. A criação de uma organização sócio-espacial específica tem seu ponto de partida no início do assentamento e ao longo das lutas empreendidas, seja na atuação dos agentes sociais junto aos moradores, seja nas relações estabelecidas com a administração pública.

3.3.1 A origem da vila Recreio da Divisa

A vila Recreio da Divisa surgiu de uma ocupação. As terras eram de propriedade da construtora Guerino, que mantinha o terreno vazio e já tinha aberto falência.

[...] aqui era da construtora Guerino, sabe? Antigamente o proprietário aqui, então quando a gente invadiu, que foi fracionado, foi feito os terrenos até a Rua da Comunidade, bem no início ali, depois que aumentou bastante, a Guerino vinha aqui, né? Com dois, três caminhões lotados de uns grandões, uns seguranças, uns homens, né? Acostumado a confusão, né? Vinha com machado, com pá, com foice e vinham aqui e entravam e destruíam tudo, pisava, derrubavam as barraquinhas, sabe? As casas, várias vezes, chutavam as casas, sabe? As paredes derrubavam [...]. (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

Foram diversas as estratégias utilizadas pelos moradores para, de certa maneira, “ganhar” aliados na “empreitada” de permanência. Uma dessas estratégias se fez através da mídia, mostrando uma situação que ganha tons de dramaticidade extra.

[...] na época o Sérgio Zambiasi tinha o programa na Farrroupilha e tinha o repórter Edir Morelli que fazia tipo um plantão policial, um plantão de rua assim, sabe? Então quando dava confusãozinha pequeninha as vezes, né? Se tinha cinco, dizia que veio quarenta, veio trinta, má queria aparecer na mídia pra chamar a atenção, né? Aí eles vinham aqui e filmavam, sabe? Então eles vinham vindo e a gente rasgava um saquinho ou dois de arroz, feijão, largava nos pátio espalhado assim aí o pessoal vinha né, filmar, olha, até o rancho da família levaram, má tudo com boas intenções naquela altura, né? Aí fazia aquele monte de coisa ali e aí o Zambiasi lá falava bastante [...] (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

Também a colaboração de advogados, a resistência dos moradores, as ações coletivas buscando implantar, mesmo que precariamente, a infra-estrutura mínima, enfrentando a força policial e criando estratégias para pôr em prática os planos a fim de garantir a posse daquele local aparecem no detalhado relato do antigo morador da vila.

[...] e a gente teve muito também tentativa de reintegração de posse, sabe? Aí teve advogados que nos ajudaram muito aqui, impedindo, né, protelando, negociando, então a Guerino sempre vinha e sempre não, não vinham conversar, sabe? Eles já vinham a fim de derrubar tudo mesmo, aqui pra baixo mesmo na Rua da Comunidade uma vez eles botaram uma cerca de moirão com arame, né? E aí os caras foram embora, o próprio moirão e arame que eles botaram pra separar eles faziam cerca pros terreno [...] as vezes, era comum eles, claro, com o tempo eles começaram, né? Vê que era isso feito eles iam embora e daqui a pouco voltavam com a Brigada, então a Brigada ia ali, juntava 4, 5 e levava pro postinho ali [...] Não ia adiantar, ele sabiam, eles prendiam 5, 6, vinha mais um monte ali, né? Então, e aí foi, né? (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

As motivações para participar de uma ocupação ultrapassam a simples idéia principal da carência habitacional; os laços de amizade e confiança, a palavra dada e a coragem podem influenciar na decisão de participar de uma ação que envolve tantos reveses.

[...] daí vim até mais pra ajudar o Darci, né? Que contava muito com a amizade da gente e a gente tinha muita, conhecimento do pessoal também, né? Então a gente ajudou muito ele naquela época ali, né? Porque precisa de, pra uma coisa dessa, precisa de gente firme, né? Que não recue de qualquer barulho, né? Porque os barulho vem, né? Bah, ameaça, polícia e tudo, então tem que ter umas pessoas de firmeza e que não tenha sujeira, também pessoas que a sociedade confie, tudo isso aí é importante e a gente, graças a deus sempre viveu, né? Uma vida de boa amizade aqui com todo mundo, sempre graças a deus nunca teve atrito com nada. (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

Os moradores tentaram em duas ocasiões montar uma cooperativa habitacional. Entretanto, quando estava estruturada a segunda Cooperativa Habitacional, a Vale das Pedras, as terras foram negociadas entre a Prefeitura e o proprietário, em 1999.

[...] aí passou nem muito tempo, aí foi, aí o Demhab deu uma rasteira na nossa cooperativa, que todo mundo tava contribuindo, né? Aí o Demhab chamou uma assembléia e disse: — Compramos a área. (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

Em maio de 2002, a vila Recreio da Divisa foi instituída Área Especial de Interesse Social, categoria AEIS I, e a Rua da Comunidade foi cadastrada pelo Município. A vila foi escolhida para o detalhamento de uma experiência habitacional por parte do poder público municipal considerando fatores como: a avaliação das condições físicas, a definição de tipologias alternativas para as casas, a pavimentação e a infra-estrutura, bem como uma estimativa de custos. Todavia, até hoje nada foi executado.

E a gente vê que a necessidade é em todas as áreas aqui nos temo, não temos instalação de nada, tudo é criado assim meio, né? A grita, porque na verdade enquanto não se legalizar isso aqui ou não, não formalizar uma coisa legal, vai continuar assim sempre, né? Porque os próprios órgãos públicos parece que se desinteressaram, né? [...] tem um projeto, tem um projeto, mas o que é, o próprio

povo aborreceu os que representavam o projeto, né? Claro que agora, agora existe uma equipe aqui, né? Formaram uma equipe pra que eles pressionem as autoridades aí, né? Os órgãos públicos aí, né? Pra vê se, se nós aceleramos isso aí agora esse ano tá pra iniciar ainda mais que é um ano político, né? (risos) (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

Os moradores participaram de inúmeras reuniões propostas, principalmente, pela Secretaria de Planejamento Municipal e pelo DEMHAB. Os projetos foram apresentados através de maquete e plantas, que entusiasmaram e encheram de esperança aqueles que acreditavam que, em um curto espaço de tempo, seria possível ver as transformações acontecerem. Para a regularização da vila, 120 famílias que estão em área de risco, terão de ser reassentadas.

[...] foi decidido, cada um vai ficar no canto que tem, não pode se deixar vir morar mais ninguém e eles têm um projeto pra construí, então dependendo, que nem a frente aqui eles querem um padrão de obra, né? Um padrão, né? Então eles querem organizar isso aqui a nível, é uma experiência de obra comunitária que eles tão fazendo que aqui no Brasil não tem ainda, é, então isso aí é muito importante pra nós, é porque com isso não vai se criar uma vila desorganizada, né? Eles vão fazer tudo que tem que ser feito aí, né? É água, luz, esgoto, pavimentação geral, né? (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

Hoje, o que é comentado demonstra um certo desalento, passando a impressão de descrédito pelos representantes das Secretarias devido à maneira como vêm sendo administrados os prazos para o início das obras a serem implementadas, principalmente em períodos eleitorais.

[...] não adianta a gente querer dizer que nós não dependemos da política, a política tem que existir, eu sou favorável que exista a política, né? Ma não a política assim da conveniência, isso aí que eu não acho fundamento, né? Porque tem que ter a, a política tinha que ser voltada para os interesses das comunidades, né? Da população e não interesse próprio, né? Porque agora o que a gente pode analisar é o seguinte, agora o que eles querem fazê? Vai vim 3, 4 representante de candidato trabalhar aí, né vão fazer movimento e vai vim aqueles santinho por trás, né? Ah, esse aqui que tá fazendo, que tá trabalhando encima, né? E isso aí que a gente tem que abri o olho da comunidade pra não ir nessa conversa, né? Porque é uma coisa que já tá ganha, né? Já tá conquistada, já tá na mão, mas eles querem usar isso pra [...] a gente tem conversado com certos políticos aí e a gente vê qual é que é o sentimento deles, eu acho, eu me aborreço com isso. (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

O “aborrecimento” com as atitudes dos políticos cria uma forma de resposta que, em certa medida, tem o significado de que nem tudo o que é prometido corresponde ao que será feito, como uma reação aos anos que as obras vêm sendo proteladas e que a cada momento de eleição são reativados os debates e as promessas.

[...] hoje não se consegue nada, nada se não for por intermédio da política, né? Queira ou não queira, nem que seja, que minta que vai votar, mas, né? Mas o voto é livre, é secreto, né? Então, mas é assim, então quer dizer a gente também tem que incentivar os políticos num certo sentido, né? (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

Foi negociada pelo DEMHAB uma área, aproximadamente a 500 metros da Estrada João de Oliveira Remião, que é denominada pelos moradores mais antigos com “Anexo da Recreio”, para abrigar tanto os moradores removidos das áreas de risco do bairro como também pessoas removidas de outros bairros. Há cerca de um ano, em uma parte dos 108 lotes, foram assentadas, de maneira muito precária, famílias removidas do bairro Cristal e também uma parte dos moradores de áreas de risco da Recreio da Divisa. Ocorreram muitos desentendimentos e mais da metade dos lotes direcionados aos considerados “intrusos” pelos antigos moradores da vila foram abandonados sendo, em seguida, alvo de nova ocupação. Está por acontecer um novo assentamento coordenado pelo DEMHAB.

Ao chegar na vila Recreio da Divisa, é possível se perceber alguns contrastes nas condições de moradia. Aqueles que vivem na Estrada João de Oliveira Remião usufruem, por exemplo, da proximidade da parada do ônibus, de iluminação pública, de pavimentação e de rede de esgoto; por outro lado, há famílias que moram em áreas de acentuada declividade, becos pedregosos que findam em precipícios, onde ainda nos deparamos com habitações, e também às margens do arroio do Salso. Aqueles que não moram na Rua da Comunidade e

nem na Estrada João de Oliveira Remião convivem com os postes tortos, alguns prestes a cair, e o perigoso emaranhado de fios, com esgoto a céu aberto³⁹, com os arruamentos que não permitem, por exemplo: a entrada de uma ambulância, viatura do corpo de bombeiros ou da polícia⁴⁰; falta espaço para as crianças brincarem: elas ficam nas “ruas” jogando pião que cai nas valas de esgoto. Infestação de pulgas, carrapatos e ratos são comuns e atingem, inclusive, a creche comunitária.

Como não há coleta de lixo no interior da vila, o lixo ou é queimado, ou é deixado no meio do trajeto até as lixeiras coletivas nas esquinas com a Estrada João de Oliveira Remião. Todavia, quando lá é depositado, nem sempre segue o horário adequado à coleta, nem o mínimo de higiene, já que os sacos são esvaziados diretamente na lixeira, deixando os resíduos sem nenhum tipo de proteção. Nessas lixeiras também são deixados animais mortos.

Há um claro isolamento das pessoas em suas casas, cuidando de seus afazeres, envolvidos em rotinas de trabalho pesado e buscando ignorar, entre tantas carências, também os negócios e o uso de drogas muito próximo de suas casas.

³⁹ Uma moradora me mostrou que tentou plantar verduras no pátio, mas o esgoto do vizinho contamina a horta.

⁴⁰ Segundo os moradores, só aparece quando aparece alguém morto.



FIGURA 10 – FOTO DA RUA 27 DE DEZEMBRO, SITUADA NA VILA RECREIO DA DIVISA.
Fonte: FONTOURA, Ana Elisa Sparano, 2005.

3.3.2 A origem da vila Elo Dourado

A vila Elo Dourado teve sua origem a partir do aluguel de terrenos pela família Remião⁴¹, mas a maneira como foram locados os lotes, deixando no interior uma área de mata, logo despertou o interesse dos moradores dos arredores e fez com que, de terrenos alugados, o loteamento se transformasse em área de ocupação.

⁴¹ Tradicional proprietária de terras no bairro, desde os tempos das chácaras, em que se plantava mandioca, milho, batata-doce e feijão e se produzia leite para o abastecimento dos bairros da cidade. A família estabeleceu-se também no ramo comercial com o Armazém Vencedor, na parada 6. O nome da avenida principal: João de Oliveira Remião e da única escola de ensino médio existente no bairro a E.E. Rafaela Remião, e que foi erguida em terras por eles doadas assim como as da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, nos dão uma idéia da expressão que teve essa família na história da Lomba do Pinheiro.

Uma das moradoras do período do aluguel conta-nos um pouco a respeito do início do loteamento.

[...] naquela época o proprietário, as pessoas alugava, eu fui uma que aluguei, eu fui uma das primeiras que entrei aqui, então a gente alugava, não podia construir de material, teria que construir só de madeira e com a opção de compra, que a pessoa que tivesse ali certinha, futuramente ele ia negociar essa área aqui. Só que daí entrou, tinha um pouco lá, ali tinha uns que ele alugava, aqui pra dentro, até teve uma hora que ele perdeu o controle, sabe? O pessoal não pode vê área vazia, né? Vê uma área vazia, entrou, sei que entraram, né? Ele perdeu o controle mas no mesmo tempo ele entrou com a reintegração de posse aqui no Fórum do Partenon [...] (Jussara, moradora da vila Elo Dourado).

A dinâmica da ocupação descrita pela moradora, que veio a se tornar a primeira presidente da Cooperativa Habitacional, mostra importantes aspectos que caracterizam um bairro como a Lomba do Pinheiro: boatos acerca da situação da área, considerada verde, os “códigos” na manutenção dos terrenos, desconhecidos para os de “fora”, recém chegados do interior, mas que pouco a pouco vão sendo incorporados nas vivências e atitudes dos moradores e o desejo da casa própria, deixando assim de morar com parentes ou pagar aluguel se misturam em diferentes proporções e alimentam as ações empreendidas.

Ele locou a faixa ali em cima, ele locou pela rua B, entendeu? Então ele fechava assim ó 10 de frente por 30 de fundo e ele encerrou isto aqui e aí ficou um mato fechado aqui no meio, então as pessoas não sabiam que existia área disponível, encerrou as 4 bocas, entendeu? [...] aí durou um tempo, mas as pessoas descobriram, daí eles começaram a invadir, então eles invadiram e surgiu aquela história que era uma área verde, nessas eu entrei [...] aí eu vim pra cá, aí eu consegui o terreno lá embaixo, aí cheguei lá embaixo, quando eu tava cercando chegou uma pessoa e disse que era dono, perdi porque naquela época eu tinha medo, era covarde, nem sabia, né? Vinha do interior, vou eu lá saber como funcionava? Daí eu peguei um mais encima, perdi de novo, me acovardava, né? Eles vinham e diziam: - Tem dono, então tu saía fora, aí tá, aí a gente começou a descobrir que quem cuidava era o Remião mas na época como uma área verde aí eu confiei na história da área verde, fui lá, falei com ele, não, aí consegui esse aqui, consegui e a gente começou a levantar a casa, como eu morava na Mapa e eu não tava, não tinha problema assim de ficar morando[morava com uma tia], né? Que é que a gente fez? Eu comecei a levantar a minha casa, tava aqui mais ou menos na altura da janela eu vim descobrir que isso aqui não era verde, era uma área particular e que tinha um dono, eu e muitos outros tantos que tinha aqui, aí a gente foi à loucura [...] (Neli, moradora da vila Elo Dourado).

Os moradores formaram uma cooperativa habitacional a fim de adquirir os lotes e implementar a infra-estrutura básica participando do OP.

Aí a gente foi pra negociação com ele, a gente conseguiu negociar a área, né? Na época me parece R\$ 336 mil, me parece, não lembro direitinho, mas também, faz 7 anos[...] (Neli, moradora da vila da Elo Dourado).

Moradores que alugavam também se envolveram na organização da Cooperativa e negociação das terras, pois tinham o desejo de permanecer e, juntamente com os outros, formaram o grupo que propôs a compra das terras.

[...] que eu não invadi, eu alugava dele e eu não queria pagar aluguel, eu queria comprar, aí que é que se fez? Se montou a cooperativa pra fazer a proposta de compra, que ninguém queria sair, nós queria ficar, mas pagar, nada de graça, não aquela invasão assim, porque na época muitas pessoas que, né, tinham condições de pagar 50 reais por mês, na época ainda era um pouquinho pesado, né? Há um tempo atrás, 50 reais era pesado, aí se fez a proposta, aí o juiz aceitou, pô 150 pessoas tirar, tava fazendo uma proposta de compra, né? É ruim, então pegamos, porque pegamos um juiz bom, também, né? É porque às vezes pega uns juiz humano, as vezes a gente pega uns que põe na mão de deus, então que é que aconteceu? Fizemos a proposta de compra e aí começou essa cooperativa e a negociação, só que aí já existia um contrato, né? (Jussara, moradora da vila Elo Dourado).

No início, o pagamento do que havia sido estipulado foi feito, mas, com o passar do tempo, a cooperativa teve que administrar uma situação que também envolvia o boato de haver chance de se fazer o usucapião das terras do loteamento. Esse foi um dos motivos que levou à desmobilização de parte do grupo que havia entrado na cooperativa habitacional e um esvaziamento dos recursos necessários para o cumprimento do que havia sido estipulado.

As dificuldades que rondam as relações estabelecidas entre os responsáveis pela cooperativa e os moradores comuns são demonstradas nos seguintes trechos:

[...] tu chega em casa em que eles não te recebem, eles te mandam embora, eles te xingam, eles te agridem, mas eles não querem entender e aí eles ficam, né? Porque

tem aqueles, tem os “minador”, sabe? Que aqui chegava a ter gente que pagava e dizia pras pessoa que não pagavam, sabe quando tu mina? Quer dizer, tu cuida o teu lado e daí tu paga direitinho, mas daí tu conversa com as pessoas [...] aí eu não pago e os outros vão minando e eu fico resguardado que eu paguei, mas minei os outros e os outros param de pagar, até isso existia aqui [...]é eles têm, eles têm esse poder de destruição. (Neli, moradora da vila Elo Dourado).

Mas pelos que não pagaram, eu não vou ficar triste porque a gente fez tudo, tudo, o que é que a gente ganhamos? Chute, pontapé, incompreensão, desaforos e “êne” desaforos, eu não tenho pena deles, sinceramente não tenho porque já foi tentado tudo né?[...]. (Sebastião, morador da vila Elo Dourado).

A inadimplência de mais de 50% cria sérios problemas à cooperativa habitacional, situação que já obrigou a uma renegociação do valor das terras e que gerou uma perda de, aproximadamente, cento e vinte mil reais. Enquanto realizávamos o trabalho de campo, houve uma reunião em que a cooperativa comunicou aos moradores a entrega da negociação dos lotes diretamente com o representante do proprietário.

O Sr. Sebastião, um dos fundadores da Cooperativa Habitacional e membro do Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação (COMATHAB)⁴² detalhou um pouco mais sobre a situação legal e financeira do loteamento, as intenções do proprietário, assim como o posicionamento da diretoria em relação à proposta de renegociação.

[...] esse loteamento, aliás já tá regularizado, nós fizemos o projeto, tudo pago, tudo a dinheiro, todo o loteamento foi passado prum projeto de rede de água, rede de iluminação projetado e o loteamento, foi feito o projeto e tem uma lei federal chamado AEIS que é área de interesse social, então através da AEIS eles facilitam muitas coisa, um loteamento particular não conseguiria essas facilidade como a gente tem porque é um loteamento social é área de interesse social, mas tá aprovado o loteamento no nome da cooperativa, foi aprovado, só que o nosso problema é financeiro é, o pessoal não tá entendendo, não sei o que é que vai acontecer, hoje nós vamos ter uma assembléia, então o proprietário tá pedindo amigavelmente e vai sê ajuizado, por falta de pagamento, a reintegração de posse dos terreno, só que aqueles que tão pagando, que são bons pagadores, que já pagaram, essas pessoas vão ser preservado, já temos o prometimento, é, e então mesmo que pra nós tanto faz, é muito desagradável a gente que fomo fundador de cooperativa, de associação, pra

⁴² Criado através da Lei Complementar nº 337, de 10/03/95, com o fim de propor e deliberar sobre diretrizes, planos e programas e fiscalizar a execução da política habitacional do Município. A composição do Conselho garante a participação direta da comunidade, já que um terço é composto de representantes de entidades comunitárias, um terço de representantes dos órgãos estatais e um terço de representantes de entidades de classe, totalizando vinte e sete conselheiros.

nós tanto faz pagar pro dono da terra como pagar pra cooperativa, a gente tem que pagar, vai pagar, que nós vamos sê preservado, os bons pagadores, os que já quitaram e que tão pagando, vão ser preservados, agora, os maus pagadores, que não querem nada, eles vão querer continuar não querendo nada com quem quer que seja que teje cobrando [...]eles não vão querer pagar nunca, eu lamento muito, né? Eles é que quiseram isso, né? E a situação nós não podemos fazer milagre, nós temo que pagar 5 mil real por mês, começamos arrecadando 7 mil, 8 mil, no começo, depois foi baixando, baixando ao ponto que tava 2 mil, 2 mil e 500 [...] eles propuseram uma renegociação do loteamento, já houve uma renegociação há uns 3 ano atrás, quando a outra diretoria, a presidência era outra e eles aceitaram as regras do jogo [...] perdendo cerca de 120 mil real que já tinham pago e aumentando o valor total da terra e o valor das prestações também foram aumentados, que era 30 e pouco Real no início passou pra 50 e pouco e o valor total da terra que eu não me lembro exatamente, mas aumentou uns R\$ 100 mil no valor total, quer dizer, perderam 100 que já tinham dado, 100 no valor e as prestações aumentaram e agora eles queriam aumentar mais 100, ia pra 500 e poucos e nós perder mais cento e poucos mil que já damos, na verdade já foi pago mais de 200 mil real, ou seja, mais da metade do valor inicial da 1ª negociação que era trezentos e pouco, então já foi pago mais da metade da terra e o que é que eles querem que a gente faça? Uma renegociação, eles não tem em princípio, não tem interesse de despejar, nem de retomar, eles querem que a gente fique naquele bolo de neve, passa daqui a pouco 20 ano e nunca é dono, a gente não é dono, a gente não é dono de nada, e já pagou quantas vezes? É que nem a dívida externa do país, então, quer dizer assim, aconteça o que acontecer, nós reunimos a diretoria e tomamos essa decisão, aconteça o que acontecer jamais vamos renegociar dívida pra aumentar valor e perder o que já foi dado, nós não vamos cometer o mesmo erro que os outros fizeram[...]. (Sebastião, morador da vila Elo Dourado)

As escrituras serão entregues somente quando toda a terra estiver paga, o que significa que aqueles que já quitaram receberam apenas os recibos de pagamento das prestações. Tal situação leva a divisões no grupo de moradores, uma vez que são mal vistos os inadimplentes por aqueles que mantêm em dia o pagamento. Por sua vez, os inadimplentes se defendem, alegando falta de condições para arcar com o valor da prestação⁴³, também manifestando desconfiança quanto à atuação das pessoas que trabalham na Cooperativa Habitacional. Temos ainda a situação de comercialização de lotes, que não é intermediada pela cooperativa, gerando, assim, um novo grupo no contexto do loteamento. Há também os moradores que entraram com a ação de usucapião, o que, pela situação da área, não se mostra viável de ser aplicado, já que, anteriormente foi solicitada a reintegração de posse pelo proprietário.

⁴³ A prestação gira em torno de R\$ 53,00 (cinquenta e três reais).

A cor dos tijolos e da madeira das casas pré-fabricadas marca o ingresso na vila Elo Dourado. A casa que abriga a Cooperativa Habitacional está situada no centro do traçado das ruas e becos; junto a ela há uma quadra de areia e uma pracinha, únicos locais de lazer existentes na vila, mas de uso restrito aos pagantes.

Não há calçadas, nem pavimentação, nenhum ônibus tem seu percurso através da vila, por isso a opção dos moradores ou é subir a ladeira que leva até a JOR ou descer para a vila vizinha, dependendo da distância de onde moram ou se estão indo ou vindo do Centro da cidade.

Há coleta de lixo três vezes por semana em todas as ruas e pequenas lixeiras coletivas suspensas, ao longo da rua Ayrton Senna (a principal da vila). Há diferenciações nas condições de moradia que estão relacionadas à renda e/ou à situação com a cooperativa habitacional.



FIGURA 11 – FOTO DO ACESSO PRINCIPAL PARA A VILA ELO DOURADO.

Fonte: FONTOURA, Ana Elisa Sparano, 2005.

O esgoto cloacal está para ser implantado e, enquanto as obras não são iniciadas, cada morador faz a manutenção das valas em frente a sua casa. Após períodos de chuva, algumas ruas são patroladas. A rede de água foi implantada, mas gerou protestos devido ao custo da instalação. A rede elétrica também é regularizada e há iluminação pública em toda a vila.

3.3.3 A origem da vila Quinta do Portal

A vila Quinta do Portal surgiu, em fins dos anos 80, com a venda de terrenos por uma imobiliária que se dizia representante do proprietário das terras; formou-se, então, um loteamento clandestino em terras consideradas de preservação ambiental.

Foi feito um loteamento clandestino, ele montou uma imobiliária que é a Terra Base e daí loteou e não, como vou dizer assim, ele não fez junto da prefeitura, ele fez um loteamento assim e vendeu setecentos e poucos lote e só que na hora da entrega a prefeitura embargou [...] daí quando ele vendeu e não pôde regularizar aí o pessoal foi pra cima dele e ele deu falido, faliu a imobiliária, e ficou com o dinheiro, o pessoal ficaram no prejuízo. Hoje tem muita gente que vem me procurar com documento da Terra Base direitinho, né? E tá no mapa a quadra do terreno tudo certinho, mas tem gente morando encima e agora o que é que ele vai fazer? Aí quando ele vendeu, né? Aí era tudo mato a área, era tudo mato, aí quando foi pro pessoal entrar, aí a polícia ambiental, porque ela era uma área ambiental antes, aí a polícia ambiental proibiu porque não podiam desmatar, não podiam derrubar árvore, aí ficou, né? (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

A descrição da situação enfrentada pelos moradores no início do loteamento é ilustrativa do que vivem aqueles que adquirem terrenos em loteamentos clandestinos e, no caso da Quinta do Portal, com a agravante de localizar-se em uma área de preservação ambiental. Muitos serão os problemas a serem enfrentados por esses moradores até que seja cogitada, pela justiça, a possibilidade de permanência no local.

[...] na Bom Jesus e posteriormente dali, como eu já tinha adquirido esses terreno, né? Na chamada imobiliária Terra Base, aí eu vim morar aqui, né? Quando cheguei aqui pensei que eu iria chegar, assim, com toda a infra-estrutura, né? Mas cheguei assim, um baita problema, né? Era a questão da fiscalização da SMAM, que não deixava a gente colocar água, quando eu cheguei, nós nos acampamos praticamente, né? E vim morar né? Então fiz um barracão, né? E desse barracão então, depois era a intenção de construir a casa de alvenaria, mas haja vista a situação a Prefeitura embargou a área, então quem tinha casa de madeira teria que continuar casa de madeira, quem tinha casa mista, casa mista, quem tinha casa de alvenaria, casa de alvenaria não podia ser alterado porque foi feito um levantamento, né? E as 125 casas que na época estava aqui, é, pra que a prefeitura prestasse conta ao Ministério Público e a justiça, pra tu dizer quantas casas tinha, que tipo de casas era e quantas família haviam na área, né? Então essa situação foi uma das situações que é, deu alguns transtorno a algumas pessoa, né? Que por sua vez foram impedidas de vir morar aqui [...]. (Miguel, morador da vila Quinta do Portal).

Os instrumentos de mediação e regularização aplicados na situação de um loteamento clandestino em área de preservação ambiental foram, por parte do Ministério Público, um inquérito civil com vistas a colher elementos para a ação civil pública e também para obter compromisso ou Termo de Ajustamento de Conduta, impondo obrigações aos infratores e sanções pelo seu descumprimento. A Procuradoria Geral do Município buscou a reparação dos compradores, logrados pelo agente imobiliário.

As determinações oscilaram entre a retirada de moradores, o controle de ocupação mais intensa, o plantio de árvores para minimizar o impacto do desmatamento realizado, o que gerou um variado grau de envolvimento dos moradores como agentes de fiscalização, executores das determinações legais, criando divisões no grupo.

As ondas de ocupação⁴⁴ que vão adensar e consolidar o loteamento são, em certa medida, resultado das idéias de um dos grupos de moradores que divulga a existência de lotes.

⁴⁴ Na Quinta do Portal, o grupo de moradores é formado: por aqueles que compraram os títulos na época da Imobiliária Terra Base; por aqueles que, depois da intervenção da Prefeitura, compraram os títulos sem saber da situação legal ou ocuparam os terrenos, criando-se uma situação de conflito com os donos dos títulos que encontram os terrenos ocupados (o adensamento também era estimulado pelo então presidente da AM) e pelos grupos ligados ao tráfico de drogas.

Por outro lado, os que fiscalizam e organizam a ocupação se vêem desafiados. Tal “disputa” pode ser observada também nos relatos e identificada nos processos eletivos para a associação de moradores e que serão enfocados adiante.

[...] até que em 1995 aconteceu a ocupação irregular, né? Ai veio várias pessoas de vários lugares, é, a prefeitura alegou que não teria, que não tinha condições de fazer uma fiscalização eficaz, né? Pra conter tantas pessoas porque na verdade era assim, as pessoas vinham da noite pro dia, né? Muito rápido, né? Então eram ruas sendo ocupadas e tudo, né? Eu na época, como líder comunitário, ainda consegui impedir, né? Nessa área toda aqui, as pessoas de construir nas ruas, né?[...] então, nós montamos, eu montei, fizemos uma reunião e montamos uma equipe e traçamos um trabalho junto com a prefeitura, mas que a prefeitura pediu o nosso total apoio porque eles não tinham condições de fiscalizar, então nós começamos, fizemos o boletim informativo, né? E começamos a conscientizar a comunidade, né? As pessoas, né? Pra que não ocupasse as ruas, pra que ocupasse é, a, os terrenos, né? Propriamente dito, né? Não as ruas onde nós indicava, né? Porque por exemplo, chegava uma determinada pessoa, estava construindo numa rua, nós íamos lá e: olha aqui é rua, não pode construí dali até aqui [...] aí a pessoa diz, aqui é área verde, não é loteamento, aí nós mostrávamos o mapa e aí nós dizíamos, né? Se a senhora quer ocupar ou o senhor quer ocupar ocupe mais pra lá ou mais pra cá porque amanhã ou depois o senhor vai se entender com o loteador ou com a, com o dono do terreno, fica muito mais fácil o senhor negociar com o dono do terreno que com a prefeitura, que a prefeitura vai tirar mesmo, então as pessoas nessa, nesse ponto de vista elas recuavam de tal forma que a gente conseguiu organizar, embora que depois houve uma desaceleração, eu vim a sair da direção, né? (Miguel, morador da vila Quinta do Portal).

Ao longo da pesquisa na Quinta Portal, certos aspectos foram mais marcantes, sendo o principal deles a menção à violência. Uma parte da vila vem sendo ocupada por grupos ligados ao tráfico de drogas, principalmente a parte denominada Quinta do Portal II. Foi nessa parte da vila que também observamos uma quantidade maior de casas à venda. Relatos de assassinatos são ouvidos no ponto de ônibus, nos mini-mercados e, depois de um tempo de conversa, surge algum comentário, como a perda da própria casa para representantes do grupo, o que distancia cada vez mais a imagem dessa vila como um local tranquilo, cercado de verde e de intensa vida comunitária.



FIGURA 12 – FOTO DA RUA G, NA VILA QUINTA DO PORTAL.

Fonte: FONTOURA, Ana Elisa Sparano, 2005.

Quanto à infra-estrutura básica, hoje a vila conta com rede elétrica, coleta de lixo três vezes por semana, abastecimento de água e rede de esgoto cloacal em processo de implantação. O transporte coletivo ainda é precário, contando com um ônibus alimentador a cada 40 minutos nos dias de semana e a cada hora nos finais de semana, sendo interrompido o serviço às 21h no domingo. Não há creche, escola e nem posto de saúde que possam ser alcançados a pé, o que resulta em uma série de dificuldades para obtenção de vagas e consultas nos equipamentos que se situam na vila mais próxima.

3.4 A regularização fundiária para os moradores da vila Recreio da Divisa

Na vila Recreio da Divisa, considerada desde 1999 AEIS 1, a regularização fundiária está se processando através da aplicação da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU). O levantamento cadastral foi feito e os técnicos da prefeitura apresentaram o projeto urbanístico previsto para a vila. Os moradores obtiveram recursos através do OP, mas a demora no início das obras distancia o referencial de êxito da união dos moradores na busca por melhorias e a materialização como o resultado desse empenho.

A maior parte dos moradores entrevistados (74) respondeu não saber como está a organização para a regularização fundiária, os demais responderam de forma pouco precisa, como: “tá pra sair”; “tavam botando em ordem”; “mediram os terrenos”; “eles largaram a gente aqui: o DEMHAB até agora não se mexeu [moradora do anexo]”; “tá para sair esse ano”; “antes diziam que vinham para arrumar”. Apenas 4 pessoas mencionaram que a área pertence à Prefeitura.

Segundo um antigo morador, isso acontece porque as pessoas não vão às reuniões na AM e porque a pauta das reuniões não é divulgada.

É sábado, vamos fazer uma assembléia, tu panfleteia na descida do ônibus, tu panfleteia de casa em casa, vai de casa em casa, né? Aí tu, bom, vai vir umas 300 pessoas, vem 15, 20, quando vem, né? E esses 15, 20 falam pro vizinho do lado ali, né? E acabou o assunto, né? Aí quem não veio reclama, né? Pô, má ninguém me avisou, mas tu não foi, né? Então, é que nem o Jair falou, maioria, CDRU? Ninguém sabe o que é que é, tu conta na mão quem sabe. (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

Na vila Recreio da Divisa, a importância da regularização fundiária está associada à urbanização e à segurança de estar registrado e poder permanecer, estando expressa nos comentários dos moradores.

Que arrumasse a rua e os terrenos e a nossa luz. Liga a tv e desliga tudo. (Carlos, morador da vila Recreio da Divisa).

Não ouvi falar. Só diz que vão arrumar, faz 5 anos que ouço falar. Falta verba. A escritura não vamos ter, só CDRU, nunca vai ser meu, é da prefeitura. Tinha medo antes. (Giovanni, morador da vila Recreio da Divisa).

Precisa do endereço, não consta no arquivo, não consta, fica sem segurança. (Teresa, moradora da vila Recreio da Divisa).

3.5 A regularização fundiária para os moradores da vila Elo Dourado

A vila Elo Dourado foi instituída, em 2003, Área Especial de Interesse Social (AEIS), na categoria II. Nessa condição, o processo de regularização fundiária é facilitado, uma vez que ocorre uma flexibilização do regime urbanístico através da aplicação da AEIS.

As informações sobre o andamento da regularização fundiária depois de gravada a AEIS da vila Elo Dourado também parecem não chegar aos moradores. Quase um terço dos entrevistados disse não saber; vinte e três moradores disseram que o processo está confuso e bagunçado, que não está organizado; cinco mencionaram a retomada da área pelo proprietário e quatro apontaram a CH como a responsável pelo andamento do processo.

Quanto à importância da regularização fundiária, as respostas que mais se destacaram foram aquelas relacionadas à certeza e garantia de ficar, ser dono e acabar com a

confusão, ter documento e evitar invasões, ter direito às melhorias e a reclamar e até a sensação de “estar no mapa” foi manifestada.

Alguns exemplos da importância atribuída à regularização fundiária pelos moradores da vila Elo Dourado estão destacadas abaixo:

Para cada um ter seu canto, é bom ter um lugar. É uma coisa fundamental: espiritualidade, moradia e trabalho. (Maria Ivone, moradora da vila Elo Dourado).

Para conseguir melhorias para a comunidade, buscar mais coisas. Pode constar no mapa. Não existe no mapa. (Jucimeri, moradora da vila Elo Dourado).

Para ser reconhecido, a gente existe se vai entrar numa verba nunca vai entrar. Olham no mapa e vê só o que existe. Se liga para a prefeitura não existe nem telefone. (Luciane, moradora da vila Elo Dourado).

Para o crescimento do lugar, alegam que não fazem nada. Vira vila, não valoriza. (Angelita, moradora da vila Elo Dourado).

É uma garantia, a gente velho, já pensou botar na rua? (Maria Noêmia, moradora da vila Elo Dourado).

Fica um ambiente melhor, as ruas, os esgoto direitinho. (Linda, moradora da vila Elo Dourado).

Porque daí poderia se empenhar para conseguir outras coisas, teria direito de reclamar, mas não se paga porque não se sabe onde vai o dinheiro. (Marília, moradora da vila Elo Dourado).

Saber que a gente, que valeu a pena lutar por isso aqui, era mato, paguei um tempão. (Vanir, moradora da vila Elo Dourado).

Desde tu pegar a escritura, ninguém mais vai te incomodar. Para ter um CEP, não tá no mapa, está como área verde. (Jair, morador da vila Elo Dourado).

Uma vez que você aparece no mapa deixa de ser um marginal e passa a ser um cidadão. A Rua Ayrton Senna já aparece no mapa da prefeitura. (Fábio, morador da vila Elo Dourado).

3.6 A regularização fundiária para os moradores da vila Quinta do Portal

Na Quinta do Portal, o processo para a regularização fundiária envolve a liberação da área pelo Ministério Público, uma vez que a mesma é considerada área de preservação

ambiental, porém, com o progressivo adensamento populacional, tornou-se inviável para a Prefeitura cogitar pelo reassentamento dos moradores, ficando a opção da aplicação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)⁴⁵, envolvendo a Prefeitura Municipal, o Ministério Público e a Associação de Moradores, a fim de garantir a regularização do loteamento.

A documentação necessária para o cadastro já foi recolhida e organizada pela Associação de Moradores, a etapa do levantamento topográfico está sendo realizada e foi custeada através de recursos obtidos no OP.

Os moradores da vila Quinta do Portal responderam da seguinte forma à pergunta sobre a organização para a regularização fundiária: 29 disseram não saber e 68 mencionaram fatos relacionados à elaboração do cadastro e da realização do levantamento topográfico, ou ainda, apontaram os nomes das pessoas da vila que estariam diretamente envolvidas com a regularização.

Os comentários sobre a importância dada à regularização fundiária expressam o valor do tornar-se proprietário e deixar de herança, o pagamento do imposto e a contrapartida das melhorias, o fim da marginalidade e das invasões, a segurança e garantia de poder construir ou melhorar a casa, e a valorização para a venda.

Alguns comentários foram selecionados e ilustram o significado atribuído à regularização fundiária na vila Quinta do Portal.

⁴⁵ “A utilização do TAC, nos casos de descumprimento das normas de regulamentação urbanística e ambiental, é apropriada para situações consolidadas onde haja alternativa técnica que viabilize “desagrar” o dano e atingir os objetivos previstos em lei. Essa excepcionalidade só pode ser admitida nos casos em que o atendimento literal à lei, que em geral implica remoção da ocupação existente, seja inviável por motivos sociais”. (MARTINS; FREITAS, 2002, p. 91.

Não tenho papel, não sei se existe, dizem que existe mas não vale. Se acontece alguma coisa a gente perde a casa que fez. É bom ter um papel. (Nara, moradora da vila Quinta do Portal).

Quando vê tão botando a gente pra fora, vai se enfiar onde? (Lisandra, moradora da vila Quinta do Portal).

Pra provar que é dono, chega outro e pega o que é da gente. (Rejane, moradora da vila Quinta do Portal).

Cada vez que vem olhar pergunta se é invasão ou tem papel. É mais fácil de vender. (Luciane, moradora da vila Quinta do Portal).

A pessoa faz uma casinha, vai arrumando, lá não tem invasão, clandestino. Se está legalizado, vendo fácil. (Sanguinetti, morador da vila Quinta do Portal)

Daí a marginalidade ia melhorar bastante, paga IPTU, tem condição de arrecadar, vai ter mais possibilidade, tem o direito de exigir. (Sônia, moradora da vila Quinta do Portal).

Até porque quem quer ficar pagar, quem vai ficar para ficar roubando vai para outro lugar. (Laura moradora da vila Quinta do Portal).

Aí vai ser dono, não vai ser fácil, invadiram, tem que matar 2 ou 3 para adquirir de novo. (Adelaide, moradora da vila Quinta do Portal).

Porque tem gente que invade que pega dez [terrenos] e quer vender depois. (Albertina, moradora da vila Quinta do Portal).

Tem muitos que tem muitos terrenos, fica mais organizado, dá para exigir estrutura. (Claudius, morador da vila Quinta do Portal).

Porque quando eu cheguei não tinha pátio, o vizinho roubou um pedaço do terreno. (Jesliane, moradora da vila Quinta do Portal).

A gente que é trabalhador, para deixar para os filhos, para ter onde morar, ter um pedacinho no nome. (Vilmar, morador da vila Quinta do Portal).

Se tu tens os teus papéis em dia, na minha falta deixar filhos amparados, não importa pagar IPTU. Eu sei que é minha. (Clair, moradora da vila Quinta do Portal).

Fica mais localizado, não fica aquela bagunça, mais correto, procurar endereço, sabe onde fica. (Cintia, moradora da vila Quinta do Portal).

Para gente teria mais apoio da prefeitura, pagaria o IPTU, teria respaldo nessa parte..(Elaine, moradora da vila Quinta do Portal).

Vai ser pior, vamos ter que pagar IPTU. Nunca ninguém incomodou ninguém. Dizem que é bom..(Veridiana, moradora da vila Quinta do Portal).

É o menos importante, tô em cima do que é meu, não interessa um papel a mais. O juiz dá ganho de causa aos invasores, deve indenizar a benfeitoria. (Jorge, morador da vila Quinta do Portal).

De repente melhora, a gente comprou com sacrifício. Estando no papel. No lugar não encontram. Não tem no mapa. Tudo fica mais difícil.(Antonio, morador da vila Quinta do Portal).

3.7 Regularização fundiária: desafios e expectativas

Conforme Fernandes (2002, p. 23),

Títulos são importantes, sobretudo quando há conflitos, sejam eles de propriedade, domésticos, familiares, de direito de vizinhança. E também para reconhecer direitos sóciopolíticos e para garantir que os ocupantes possam permanecer nas áreas sem risco de expulsão pela ação do mercado imobiliário, por mudanças políticas que quebrem o pacto sóciopolítico gerador da percepção de segurança de posse, ou pela pressão do crime organizado, como tem acontecido em diversas favelas e loteamentos irregulares.

A titularidade dá segurança, mas não garante a permanência dos beneficiados pelo programa nos locais. O cálculo do impacto do processo de regularização no mercado de terras deve ser feito pelo Poder Público para cada caso e dependendo da escala do programa, a fim de melhor estabelecer as diretrizes de planejamento e garantir efeitos positivos na sua execução.

[...] ser dono de um terreno ou de uma casa nem mesmo assegura moradia estável. Os pobres que lutam desesperadamente para conquistar o direito à propriedade estão freqüentemente mudando, dentro da cidade; são verdadeiros migrantes intra-urbanos. Ser proprietário é um elemento essencial na ideologia do consumidor. (SANTOS, 1996, p. 126).

O interesse do mercado imobiliário pelas terras, que, após regularizadas, fazem parte do mercado formal, abre a possibilidade de apropriação privada de uma política pública. O debate desencadeado aponta para a necessidade de que os programas de regularização fundiária estejam acompanhados de políticas públicas que promovam a integração sócio-espacial das pessoas, que enfrente o padrão excludente de crescimento urbano com diretrizes de planejamento e estratégias de gestão urbana que renovem “os processos de mobilização social e o fortalecimento da capacidade das associações de moradores e das ONG’s, que, mais

do que nunca, devem colocar ênfase na implementação dos programas e no cumprimento dos direitos” (FERNANDES, 2002, p.25).

Pudemos observar, ao comparar os comentários quanto à regularização fundiária, pontos em comum, como a segurança da permanência e a valorização dada ao *status* de proprietário, mas também há uma série de particularidades que se manifestam e expressam a história de cada lugar. Por exemplo, na vila Quinta do Portal, a violência, as ocupações especulativas e o título como um investimento estão muito presentes devido às características que cercaram o aumento populacional na vila, diante da falta de fiscalização, das sucessivas ondas de ocupação e também à territorialização do narcotráfico.

Na Elo Dourado, o tema da regularização fundiária se confunde com a compra da área e a gestão da Cooperativa Habitacional, há menção às melhorias infra-estruturais e também ao registro cartográfico, provavelmente uma consequência das inúmeras reuniões para tratar do projeto urbanístico da vila.

Na Recreio da Divisa, a situação fundiária parece ser um tema um tanto quanto desconhecido, ou talvez pouco falado devido à descrença na implementação do projeto urbanístico, que faz com que os moradores, diante da precariedade em que vivem, conforme já foi mencionado, frustrem seu desejo, daí esvaziando as reuniões, onde obteriam mais informações acerca do andamento do processo de implantação do CDRU e também se articulariam melhor para pressionar o poder público municipal.

Os instrumentos jurídicos elaborados ao longo dos anos 90 foram utilizados em larga medida no período de gestão da Frente Popular. A intenção política em minimizar a

irregularidade fundiária se fez através de várias iniciativas, uma delas o Programa de Regularização Fundiária.

Percebemos que nas vilas pesquisadas existe um descompasso entre as equipes técnicas e as expectativas dos moradores; faltam principalmente canais que informem mais prontamente o andamento dos processos de regularização, existindo também problemas de comunicação específicos de cada vila. Por outro lado, a CDRU e a AEIS, como também a possibilidade de elaboração de um TAC, no caso da área de preservação ambiental, dão uma amostra dos avanços realizados nas possibilidades de tratamento da irregularidade fundiária, uma vez que tais medidas dão apoio legal para a modificação daquilo que estava previsto no plano urbanístico da cidade e, em certa medida, garantem relativa proteção da especulação imobiliária.

	Vila Recreio da Divisa	Vila Elo Dourado	Vila Quinta do Portal
Origem do loteamento	Ocupação das terras pertencentes à Construtora Guerino, em 1989. Posterior aquisição pelo Demhab.	Aluguel de terrenos em terras da família Remião, posterior ocupação, início da década de 80.	Loteamento clandestino em terras da família Chaves Barcellos em área de preservação ambiental, em meados da década de 80.
Instrumento legal previsto para a regularização fundiária do loteamento.	Instituída AEIS I, em maio de 2002. Em processo de implantação de CDRU.	Instituída AEIS II, em março de 2003.	Termo de Compromisso e Ajustamento entre o Ministério Público, a AM e a Prefeitura.
Situação em 2004	Aguardavam o andamento de concessão e das obras de urbanização.	O proprietário pretendia retomar a área por falta de cumprimento do acordo financeiro feito com Cooperativa Habitacional, a Coopello.	Aguardavam a liberação da área pelo Ministério Público. Antes a SMAM fará o cadastro daqueles que deverão ser reassentados, as famílias que moram próximas ao arroio (em torno de 40).
A regularização fundiária para os moradores: há pontos que são comuns entre os moradores das três vilas, como a segurança da permanência, a valorização de tornar-se proprietário e de deixar como herança.	Informações sobre a situação fundiária são pouco comentadas pelos moradores. Isso ocorre, provavelmente, pelo descompasso entre a “ativação” realizada pelos técnicos da Prefeitura e o início das obras de urbanização da vila, desencadeando um esvaziamento das reuniões	Nesta vila, a regularização se confunde com a compra da área. Também são mencionadas melhorias infra-estruturais que seriam decorrentes da regularização, assim como o “aparecer no mapa”.	O combate à violência e às ocupações especulativas por parte do narcotráfico e o título como um investimento foram as relações mais específicas ao significado da regularização para os moradores.

QUADRO 04 – SÍNTESE: ORIGEM E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

Fonte: Dados do levantamento de campo.

4 PARTICIPAÇÃO

4.1 Democracia representativa e democracia participativa

O debate em torno da construção de políticas que propiciem, por exemplo, a participação direta da sociedade na gestão dos recursos públicos, nos remete à crise pela qual passa a democracia representativa.

A crise do sistema de representação, presente na maioria dos países de democracia liberal, é vista como uma crise de legitimidade, de governança, demonstrada através da abstenção eleitoral, na indiferença do eleitorado e na não-participação político-social, revelada também através dos baixos índices de filiação partidária. A crise é vista por Castells⁴⁶ como o resultado de duas situações: uma, a falta de credibilidade no desempenho dos políticos e a outra à ineficiência do Estado na solução dos problemas cotidianos.

Para Pont (2000, p.19), a crise da democracia representativa deveria ser creditada, principalmente: à burocratização e ao caráter autoritário das administrações e dos parlamentares; à falta de controle dos eleitores e/ou do Partido sobre os eleitos; às distorções que os sistemas eleitorais provocam nos partidos pequenos; à incoerência entre projeto e programa eleitoral e a prática dos eleitos; às constantes trocas de partido; à incapacidade

⁴⁶ Entrevista Programa Milênio, Globonews. [s.d.]

desses sistemas garantirem a reprodução do capitalismo com legitimidade frente à evidência de ser reprodutor da desigualdade e da exploração sociais.

Conforme Suplicy (2000, p.23), se, por um lado, o sufrágio universal é uma conquista fundamental para a construção do regime de direito, por outro, ele tem se mostrado insuficiente para coibir os abusos de poder e, principalmente, a utilização dos recursos públicos em favor de minorias privilegiadas sem consulta ao conjunto da população nem a adoção de critérios de transparência nos processos decisórios.

Por sua vez, Bobbio et al. (2004, p. 889), tecendo considerações quanto ao ideal democrático, estabelecem um conjunto de condições relacionadas aos cidadãos e ao contexto político e cultural, cujo ideal pressupõe “cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos [...] capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e [...] interessados em formas diretas ou indiretas de participação”.

Mas, segundo Bordenave (1983), na democracia liberal, embora os cidadãos tomem parte nos rituais eleitorais e escolham seus representantes, eles não possuem nem administram os meios de produção material e cultural, tornando a sua participação macrossocial fictícia e não-real.

As teorias da democracia moderna contestam a introdução de mecanismos da democracia participativa. Pateman (1992) situa a tendência de a palavra “participação” ter sido incorporada ao vocabulário político-popular, a partir da década de 60, como partindo dos movimentos estudantis e não dos teóricos. Para a autora, “é bastante irônico que a idéia de

participação tenha se tornado tão popular [...], pois entre os teóricos da política e sociólogos políticos a teoria da democracia mais aceita é aquela na qual o conceito de participação assume um papel menor” (PATEMAN, 1992, p. 9-10). O argumento da análise realizada considera a complexidade que a sociedade industrial, o governo e as instituições vão adquirindo e a irreconciliável manutenção das duas: organização e participação. A dissociação é enfatizada entre organização (burocratização) e ampla participação da sociedade também na tendência da interpretação dos teóricos da democracia moderna que relacionam os governos totalitários no pós-guerra e a participação das massas.

Sem dúvida, hoje, a democracia participativa é alvo de interesse cada vez maior dos mais diversos grupos. As experiências administrativas que incluem mecanismos de gestão participativa são investigados à fundo, como se tais mecanismos pudessem funcionar como antídotos aos problemas gerados pela desigualdade social e pela apatia do eleitorado diante das rotinas da democracia representativa.

No Brasil, uma pesquisa⁴⁷ encomendada pela ONG Ação Educativa, com o objetivo de ter uma idéia da percepção que o brasileiro possui a respeito da democracia, partiu da referência ao Art. 1º da Constituição “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente [...]”. Você acredita exercer esse poder? Dentre os entrevistados, 44% disseram que sim, 30 % disseram que não e 26% não souberam opinar. Entre os que acreditam: 68% crêem exercer ao eleger representantes, 26% pela participação direta e 6% pelas duas formas. Quando perguntados se desejariam participar de práticas capazes de influenciar políticas públicas, 56% responderam não. Por que não deseja? 35% por falta de informação, 26% por falta de tempo, 21% porque consideram as práticas chatas, 9%

⁴⁷ ESTUDO mostra que 56% não se interessam por influenciar políticas públicas – Maioria no Brasil não exerce o poder político, diz pesquisa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 nov 2003. Caderno A, p. 8

não acham importante e 9% não responderam. Entre os 44% entrevistados que responderam sim, 68% afirmaram desejar participar para melhorar a situação da comunidade, 19% para resolver alguma situação particular, 4% para resolver algum problema específico e 9% não responderam. Segundo os entrevistados, os mecanismos considerados mais eficazes para influenciar políticas públicas são: para 35%, os Conselhos de Educação, para 10%, as mobilizações de massa, para 9%, os orçamentos participativos, para 8%, os movimentos sociais, para 7%, as audiências públicas, para 3%, as ações no Ministério Público e, para 28%, nenhuma delas.

Uma outra pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), em 2002, constatou que mais de 70% da população brasileira não é filiada a nenhum partido político, sindicato ou outro tipo de associação. O número de brasileiros filiados a partidos políticos é menor ainda, variando de 3% a 4% nas pesquisas de opinião, informou Jairo Nicolau pesquisador do Iuperj.

As pesquisas mencionadas nos dão algumas pistas de como o brasileiro encara a democracia representativa no país e qual a sua reação diante da chance de poder participar mais diretamente das políticas públicas. O primeiro dado que ganha destaque, a nosso ver, é quanto aos resultados que apontam para um quase empate entre os que não se vêem exercendo o poder e os que não souberam opinar, um misto de desilusão com desinformação. Isso seria um reflexo do distanciamento típico da democracia representativa no Brasil, que, a exemplo de outras enquetes, nem ao menos é lembrado o nome daquele representante que foi votado no último pleito, não se sabendo muito menos o que fez depois de eleito? E voltando às urnas, mais uma vez, por uma obrigatoriedade, talvez reeleja o mesmo candidato, independente de sua atuação.

Há uma combinação de desinformação ou de formação de opinião, mantida pelos meios de comunicação de acordo com os interesses das classes dominantes; de agudização da pobreza, levando à exclusão e tornando o exercício da cidadania cada vez mais difícil e improvável; e de uma eterna desconversa dos representantes com relação aos compromissos assumidos em campanha. Entre aqueles que consideram que sim, 44% apontam, em sua maioria, a eleição de representantes como o meio de exercer tal poder. A participação em práticas que influenciem políticas públicas não é desejada por 56% dos entrevistados.

A participação deve ser vista como algo a ser construído, a ser aprendido, mas essa aprendizagem é dificultada num contexto de “exclusão e subordinação políticas, desigualdade sócio-econômica extrema, descrédito, clientelismo, ‘aparelhamento’ e cooptação de organizações sociais” (KUNRATH SILVA, 2001, p.41).

4.2 Noções de participação

Quando falamos em participação, a ela são, em geral, associados a democracia, a cidadania, o espaço público e os movimentos sociais.

Participação é um termo difícil de se precisar, devido aos nuances ideológicos que o acompanham e influenciam as propostas de canais participativos, principalmente, ao determinar o grau de importância do que é decidido através das práticas participativas.

A partir dos anos 60, os organismos internacionais incluem em suas recomendações de gerenciamento do espaço urbano estratégias que promovam a participação, por exemplo, na forma de mutirões de autoconstrução de moradias.

A participação tem figurado cada vez mais nos discursos e práticas das administrações de governos brasileiros, especialmente as municipais.

Considerando o contexto de desigualdade e segregação sócio-econômica que transforma direitos em favores políticos e adia o exercício da cidadania em nosso país, a participação está na base da redemocratização e é uma aspiração dos movimentos sociais urbanos na luta por justiça social.

As concepções do termo para cada um dos três grupos: organismos internacionais, governos e movimentos sociais urbanos, para a inclusão da participação na gestão da cidade, dão uma amostra de quanto o termo pode ser amplamente divulgado, sem necessariamente ter os mesmos objetivos e alcançar os mesmos resultados. Podendo estar presente no discurso de setores progressistas quanto de conservadores, o termo participação pode ser aplicado com fins meramente de integração e cooptação na manutenção do *status quo*, assim como pode servir para a transformação e a mudança.

Medina (2002) organiza um esquema conceitual com base em três matrizes: na primeira matriz, a participação é tomada como *polarização* de enfoques nos processos cujos fins são, de um lado a integração e cooptação ao sistema vigente, tendência representada pelo Estado e todas as instâncias oficiais, e de outro, em contraposição, partindo das organizações

sociais e dos movimentos sociais urbanos, a busca em evidenciar os conflitos sociais existentes, propondo a transformação e a mudança radical.

Na segunda matriz, a *gradativa*, a participação é vista numa ótica mais liberal e reformista, considerada uma forma de melhorar os canais de comunicação entre Estado e sociedade, cujos fins são a integração à legalidade vigente. O enfoque gradativo considera três níveis diferentes: a “pseudoparticipação” ou consulta para legitimar decisões; a “participação parcial”, quando duas ou mais partes influem no processo, mas as decisões são tomadas por um só, e a “participação total”, no caso de grupos ou indivíduos terem equivalência de poder na decisão final. Também um outro tipo de sistema de classificação relacionado ao grau de envolvimento é aquele que utiliza a seguinte terminologia: num primeiro nível a “participação comunitária”, referente ao interesse comum de um grupo; em outro nível “a participação popular” relacionada a reivindicações do povo; e a “participação cidadã” que teria relação a um nível de consciência atrelada às transformações estruturais.

E, finalmente, a terceira matriz conceitual da participação seria a das *esferas de ação*, relacionadas às esferas política, social e econômica, daí falar-se em participação social, participação comunitária ou em planejamento participante.

Há, segundo Bobbio et al. (2004), pelo menos três formas de participação política: presença é a forma menos intensa e mais marginal, trata-se de comportamentos essencialmente receptivos ou passivos; ativação quando desenvolve uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente; participação tomada em sentido estrito para situações em que contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Para os

autores, o termo participação só se aplica quando ocorre o aprofundamento do envolvimento e de efeitos nas decisões.

Além das considerações relacionadas ao grau de aprofundamento e dos objetivos por trás das propostas participativas, existem outros aspectos a serem detalhados que influenciam a “motivação” dos moradores em participar e que representam um papel importante para entendermos as “flutuações” na participação das vilas pesquisadas.

As idéias organizadas por Bordevane (1983) introduzem o tema da participação e colaboram na composição de um quadro de referência das influências sobre as motivações e flutuações da prática participativa. A seguir foram destacadas algumas de suas considerações:

- Captar o sentido da participação é levar em conta que a motivação em participar envolve tanto fatores afetivos quanto instrumentais. Tanto sentimos prazer em fazer coisas com os outros quanto é mais eficaz o resultado do que quando agimos sozinhos.
- O grau de controle obtido na participação é um dos aspectos importantes a ser analisado, ele determina quem decide o quê e qual o efeito da decisão, portanto, falar simplesmente em participação é muito vago, as questões são: qual o grau de controle que alcança determinado tipo de participação? E qual a importância da decisão que está se tomando?
- Alguns dos graus que pode alcançar a participação numa organização qualquer, do ponto de vista do menor ao maior acesso ao controle das decisões pelos membros, são: a informação, a consulta facultativa, a consulta obrigatória, a elaboração/recomendação, a co-gestão, a delegação e a autogestão.
- Circunstâncias de diversos tipos condicionam o grau, o nível e a qualidade da participação: qualidades pessoais, a natureza do problema, a filosofia da instituição e a influência da estrutura social.
- As condições da participação no mundo atual são essencialmente conflituosas e a participação não pode ser estudada sem referência ao conflito social.
- A participação é uma habilidade que se aprende e aperfeiçoa. Através dela aprende-se a transformar o Estado, de órgão superposto à sociedade e distante dela, em órgão absolutamente dependente e próximo dela.
- As forças atuantes nos grupos humanos consideradas mais relevantes são: a) a força das instituições sociais (a família, a educação, a religião etc) que têm seus próprios dogmas e normas que vêm canalizados pela tradição, pela cultura; b) Grupos de trabalho, de vizinhança ou de amizade tendem a desenvolver uma organização informal, bem como comportamentos padronizados e códigos de comunicação que os identificam; c) dentro do grupo existem diferenças individuais no comportamento participativo; d) a atmosfera geral de um grupo deriva do estilo de liderança existente e que pode ser autoritário, democrático ou permissivo; e) a qualidade da participação fundamenta-se na informação veraz e oportuna; f) a maior força para a participação é o diálogo; g) uma força atuante

sobre a participação é um bom mecanismo de realimentação no sentido dos membros reconhecerem, de maneira rápida e efetiva, as conseqüências de seus atos e os resultados da ação coletiva; h) o padrão de comunicação de um grupo é determinado em parte pelas personalidades individuais dos membros, o padrão de comunicação também exerce influência sobre o comportamento dos membros; i) os membros que muito contribuem para as discussões tendem em converter-se em elementos focais da comunicação; j) o tamanho do grupo influi sobre o grau de participação.

- Se a microparticipação é sempre orientada somente para reivindicações específicas, tais como melhor salário, construção de escolas, estradas ou postos de saúde, isto é, como um fim em si e não como parte orgânica da macroparticipação, a luta do povo corre o risco de ser integrada no paternalismo e assistencialismo do sistema político geral.
- As ferramentas operativas para que a participação real se concretize e não fique no plano simbólico são: o conhecimento da realidade, a organização das pessoas e a existência de pelo menos dois processos comunicativos: informação e diálogo.
- Os canais que possibilitam a participação democrática estão baseados em: canais de informação qualitativamente pertinente e quantitativamente abundante sobre os problemas, os planos e os recursos públicos, canais de consulta e canais de reivindicação e de protesto.
- A participação é uma mentalidade e um comportamento coerente com ela. É uma vivência coletiva e não individual, somente se pode aprender na *práxis* grupal, um processo que mescla a prática, a técnica, a invenção e a teoria. (BORDEVANE, 1983, *passim*).

Pateman (1992) retoma a teoria democrática participativa destacando alguns efeitos da participação “a experiência da participação, de algum modo, torna o indivíduo psicologicamente melhor equipado para participar ainda mais no futuro” (p.65), além disso, “onde o governo local permite a participação, ele pode estimular um senso de competência que então se projeta a nível nacional” (p.67). Portanto, uma administração pública que promova a participação tanto pode gerar efeitos nas práticas individuais como também aprofundar o alcance desse aprendizado além dos limites administrativos.

A participação para a qual queremos chamar a atenção é aquela direcionada inicialmente na busca de melhorias de condições de vida de moradores de vilas periféricas, por meio da participação no OP, buscando recursos necessários para a implantação dos equipamentos e infra-estrutura urbanos e também podendo ingressar no programa de regularização fundiária.

O efeito multiplicador está entrelaçado ao efeito-demonstração, já que ver o resultado materializado em canalização de esgoto, pavimentação, creches, escolas, etc, alcançar outras pessoas gera estímulos também a que participem. Outro efeito potencial pode ser o de aprofundamento dos níveis de participação, gerando mudanças, tanto na mentalidade como nas práticas, qualificando a relação com o poder público e compondo a cidadania.

4.3 O Orçamento Participativo

Desde 1989, Porto Alegre experiencia o Orçamento Participativo, um modelo inovador de administração que permite o envolvimento direto dos habitantes da cidade na decisão dos investimentos de parte do orçamento municipal.

Nosso intuito é o de saber qual a opinião dos moradores de três vilas que estão em busca da regularização fundiária e verificar sua mobilização para a participação.

O orçamento público está previsto nas Constituições federal e estadual e na Lei Orgânica Municipal como uma lei de iniciativa do Executivo. O texto referente ao OP está no parágrafo 1.º do Artigo 116 da Lei Orgânica Municipal (1990) e diz o seguinte:

Fica garantida a participação da comunidade, a partir das regiões do município, nas etapas de elaboração, definição e acompanhamento da execução do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

Para Genro e Souza (2001), o processo do OP em Porto Alegre, iniciado em 1989 na gestão do prefeito Olívio Dutra, e aprofundado a partir da gestão do prefeito Tarso Genro, criou uma série de mecanismos de participação, planejamento e controle popular. A população estabelece, de maneira autônoma e por meio de um processo de democracia direta que se realiza nas 16 regiões da cidade, representadas na FIGURA 13, e nas cinco plenárias temáticas, a forma de funcionamento do OP, escolhe suas prioridades de obras e serviços e elege o Conselho do OP.

A experiência de gestão orçamentária participativa de Porto Alegre é citada no Estatuto da Cidade como um exemplo bem sucedido, lá encontramos uma descrição completa das etapas do processo⁴⁸.

⁴⁸ “Para assegurar a participação, a cidade de Porto Alegre foi dividida em dezesseis regiões, com base em critérios geográficos, sociais e de organização comunitária, bem como por instâncias temáticas: organização da cidade e desenvolvimento urbano, circulação e transporte, saúde e assistência social, educação, cultura e lazer e desenvolvimento econômico e tributação. Anualmente, a Prefeitura promove ao menos duas grandes rodadas de reuniões plenárias nas regiões e nas instâncias temáticas. A primeira é destinada à prestação de contas sobre o plano de investimento aprovado no ano anterior, o que foi cumprido ou não, e o que está em andamento. Na segunda rodada, os moradores de cada rua, de cada bairro e os participantes das instâncias temáticas escolhem suas prioridades e elegem seus conselheiros (com mandato de um ano) para o orçamento participativo. Uma fase fundamental desse processo, entre essas duas rodadas, são as diversas reuniões realizadas pela população para o levantamento de suas principais carências e o estabelecimento de uma hierarquização de ações e obras mais urgentes. O orçamento participativo contém esferas públicas não estatais que são o Fórum de Delegados Regionais e Temáticos e o Conselho Municipal do Plano de Governo e Orçamento e é composto por delegados e conselheiros escolhidos nas regiões e instâncias temáticas. Nessas instâncias, são promovidas diversas reuniões com os órgãos governamentais para a elaboração do orçamento municipal e do plano de investimento, que devem ser submetidos à aprovação do Conselho Municipal do Plano de Governo e Orçamento. Nessa fase, dá-se um intenso processo de negociações entre os conselheiros, a comunidade e os órgãos governamentais” (BRASIL, 2002, p. 217).

FIGURA 13 – MAPA DAS REGIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
Fonte: Sítio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (www.prefpoa.gov.br), acesso em 2005.

A história do OP, de sua gênese até o momento em que o modelo é consolidado, ao longo da 1ª gestão da Frente Popular (1989–1992), é relatada detalhadamente por Fedozzi (2000, p.14), que afirma que:

Longe de um cenário pré-determinado pela vitória das forças políticas de esquerda e seu discurso participacionista, a democratização do orçamento participativo de Porto Alegre é resultante de uma trajetória sócio-política, cuja reconstrução foi sinuosa, inusitada e complexa.

O ponto de partida é o cenário político do final da década de 70 e as expectativas e práticas dos novos atores populares⁴⁹, baseadas no associativismo comunitário e marcadas por uma política reivindicativa que pressiona o Estado e vislumbra a aproximação dos canais de decisão diante da retomada da democracia e do primeiro governo eleito. A política habitacional também é destacada, já que os atores populares que se articulam são aqueles que estão em situação irregular e/ou carecem de infra-estrutura urbana. Os conflitos e a inércia no processo de elaboração, aprovação e regulamentação dos Conselhos Populares, ainda na gestão do prefeito Alceu Collares (PDT), fazem com que os novos atores populares direcionem as expectativas por mudança para o primeiro governo da Frente Popular (PT e PCB)⁵⁰.

A construção do instrumento de gestão democrática, a crise de governabilidade enfrentada no início da gestão da Frente Popular, decorrente, em parte, do divórcio entre as obras demandadas e os recursos disponíveis, o longo processo de ajuste financeiro, de reaproximação com as comunidades, no sentido de realimentar a credibilidade por parte das

⁴⁹ Fedozzi (op.cit.) considera como “novos atores populares”, devido às práticas empreendidas em relação ao Estado, no sentido do exercício da cidadania, rompendo com as velhas práticas paternalistas.

⁵⁰ PDT: Partido Democrático Trabalhista; PT: Partido dos Trabalhadores; PCB: Partido Comunista Brasileiro.

comunidades no método adotado e a efetivação da experiência são detalhadas por Fedozzi, que também aponta para os limites do orçamento público na reversão das desigualdades.

[...] cabe ressaltar que, se o processo de *inversão de prioridades* ganhou efetividade através do OP, na medida em que a inclusão das camadas populares nas decisões locais possibilitou o estabelecimento de um processo de contra-tendências à *espoliação urbana*, a experiência de Porto Alegre parece demonstrar que a participação limitada aos marcos do orçamento público não é suficiente para o enfrentamento das desigualdades urbanas. (FEDOZZI, 2000, p.183, grifos do autor).

É importante destacar também que a frequência dos moradores no OP é anual, ocorrendo um distanciamento de tempo prolongado entre a conquista dos recursos e o tempo da obra; da mesma maneira, se os representantes do local, por diferentes motivos, não frequentarem as reuniões, a rede de informações se precariza e o entusiasmo pode se transformar em descrença.

O OP promove a aproximação entre o discurso técnico e o discurso do viver, entre o conhecimento, muitas vezes teórico da cidade, e as vivências na carência, as estratégias de sobrevivência. Um espaço público que se caracteriza, a nosso ver, com o que Gomes (2002) considera um desafio frente a uma realidade que vai paralisando o espaço público diante da ação demagógica dos governantes, de uma mídia criticamente dócil e da passividade da “massa”, um espaço público, como lugar de uma participação ativa, normatizada e refundada como um espaço da política.

Um outro enfoque que consideramos muito importante no estudo da participação é o apresentado por Kunrath Silva (2001)⁵¹ que alerta para a tendência de desvalorização e

⁵¹ A tese de doutorado a “Construção da “participação popular”: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS”, de Marcelo Kunrath Silva, investiga quais são os fatores explicativos da atuação coletiva de

secundarização da sociedade civil em muitas análises sobre os processos contemporâneos de participação social na gestão pública, reduzindo-os a exercícios ou experiências de inovação institucional. Ele aponta para a necessidade de se complexificar as análises, introduzindo a dimensão da ação coletiva⁵² e da sua construção social como fator constituinte dos processos participativos. De fato, no caso do OP, um intenso debate foi travado entre os atores sociais, e em nada se aproxima da imagem de um tipo de receita pronta e acabada, feita pelos técnicos da prefeitura e apresentada à sociedade.

Os processos como a “participação popular” são condicionados, segundo Kunrath Silva (2001, p.301), por um lado pela trajetória histórica que determina características econômicas, urbanas, políticas, associativistas e culturais específicas que estruturam o campo de possibilidades e limites objetivamente dado à sua construção, e, por outro, agentes sociais e governamentais atuam na busca da participação, estando o êxito, em parte, na forma como esses agentes desempenham sua ação organizativa e mobilizadora, mas também condicionado objetivamente pelas características histórico-estruturais.

É uma rede complexa de relações que se estabelece entre cada um dos grupos e os representantes governamentais, permeada por características que podem ou não resultar em uma maior mobilização. Nesse sentido, situamos as vilas pesquisadas, os grupos de moradores envolvidos na construção de identidades individuais e coletivas naquele lugar, baseadas em heranças culturais, diferenciações econômicas, mesmo que pequenas, e que respondem de forma heterogênea à estrutura participativa.

segmentos da sociedade civil em canais de participação direta na gestão pública entre os municípios de Gravataí, Porto Alegre, Viamão e Alvorada.

⁵² “A ação coletiva é vista como o resultado de processos complexos em que a intencionalidade e condicionamentos, tanto no sentido de possibilidades como obstáculos, que se articulam de forma variável de acordo com cada situação empírica particular.” (KUNRATH SILVA, 2001, p. 27).

Portanto, a interpretação de como se processa a participação popular em cada uma das vilas aponta para a retomada de aspectos como: a história de formação, as relações estabelecidas entre os moradores, seus representantes e os representantes governamentais, as opiniões e valores atribuídos pelas lideranças, por exemplo, ao OP vão influenciar nas determinações e ações empreendidas em cada uma das vilas.

4.3.1 As Associações de Moradores e o Orçamento Participativo

Desde o início do parcelamento das terras e da ocupação mais intensa da Lomba do Pinheiro constituíram-se AMs no intuito de organizar as reivindicações por infra-estrutura básica. São também marcantes os índices de participação dos moradores da Lomba do Pinheiro nas reuniões do OP.

As lutas reivindicatórias nem sempre originam movimentos sociais urbanos, muito embora mobilizem a população. O que se observa é que, uma vez atendidas as reivindicações por água, luz, ônibus, legalização de loteamentos, a organização da população não se mantém. Souza (2000), baseado em Touraine, denomina este tipo de situação como “ativismo de bairro” em contraposição ao “movimento de bairro”, o primeiro tem como referência os limites do bairro, com ações pontuais, já o segundo combina elementos que pretendem ultrapassar o “paroquialismo” e promover reflexões e ações de cunho estrutural.

As AMs têm um papel fundamental na divulgação e organização dos moradores das vilas para que se envolvam e participem das reuniões do OP. Nas Associações também circulam as notícias sobre os processos de regularização fundiária. Elas são, portanto um

importante canal de ligação com o poder público municipal e com as diretrizes e os efeitos das ações empreendidas pelos moradores na busca por uma condição de melhor morar. O Sr. João explicita a importância da AM como canal de participação no OP, traçando comparações com as comissões de rua e as cooperativas habitacionais.

Na realidade, a associação é o ponto fundamental. Se não existe uma associação, não existe união de uma comunidade. Pra ti demandar alguma coisa tu tem que ter uma associação, é o ponto fundamental dentro de um núcleo de pessoas, entendeu? Então aqui se tu quiser demandar, tu não pode demandar, tu pode até fazer uma comissão de rua, mas a comissão de rua dentro do regimento interno do OP ela tem um problema, ela, se tu tiver 4 delegado ela vai valer só por 3, entendeu? Porque ela é uma comissão de rua, ela, ela representa só essa rua, só que ela teria que ter um número maior de delegado, entendeu? Ela teria que ter um número maior de delegado pra bater todas, entendeu? Por exemplo, se tu vai fazer uma comissão de rua, tu teria que ter no mínimo 15 delegados que aí tu ganhava aquela rua, isso é um regimento que, supor vai pelo número de delegado, se tu tiver uma comissão, agora se tu tiver uma associação que com que seja como aqui com 1500 lotes, mais de 4500 pessoas aqui dentro, entendeu? É diferente que a associação, ela é cadastrada, ela tem a UAMPA, registra a associação e uma comissão de rua não, ela é feita só registrada faz um documentinho, porque tem uma disputa muito grande entre cooperativa e associação. A cooperativa, ela não pertence mais ao OP, elas não pode demandar, elas não podem mais pedir nada e a comunidade tem toda a liberdade de pedir, seja o que for, se é uma associação e ela é registrada no CAR, né? (João, morador da vila Quinta do Portal).

As AMs também articulam o grupo e pressionam o poder público municipal na luta pela manutenção de ocupações, como é o caso da vila Recreio da Divisa.

Olha, no meu ver, a associação é um vínculo muito forte. Até se não fosse a associação eu acho que essa área já não seria habitada aqui, é, a prefeitura já queria isto aqui pra fazer uma área ecológica, uma coisa assim, né? E desabita o pessoal então, mas por vínculos político então foi que foi mantido o pessoal aqui, mas com aquela promessa que eles iam já regularizar a área, né? E ampliar tudo as ruas aqui, até agora não fizeram, mas a promessa tá feita, portanto eu acho que enquanto tiver a promessa a gente tem que ter esperança também, né? (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

Santos (1996, p.75) delinea os limites da ação das AMs inserindo-as no contexto dos valores da sociedade de consumo, argumentando que “as sociedades de moradores têm um inegável papel organizativo, mas não têm fôlego para ultrapassar o funcional, deixando intacto o estrutural. Seu papel se esgota com o atendimento dos reclamos patrimoniais, e com isso se esgota a ação do grupo. É o mercado, afinal que triunfa”.

A cada dois anos, o Centro de Assessoria e Estudos Urbanos – CIDADE, realiza pesquisa junto ao público participante do OP, denominada “Quem é o público do Orçamento Participativo?” Ao longo das edições da pesquisa, fica demonstrado que as AMs assumem papel destacado na divulgação das informações e na organização do grupo de moradores para a participação no OP.

COMO FOI INFORMADO DA REUNIÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ⁵³	1995	1998	2000	2002
	%	%	%	%
Associação de Moradores	48,2	41,9	42,9	46,4
Amigo, parente ou vizinho	12,7	14,4	18,9	27,3
Delegado ou Conselheiro do OP	12,3	9,7	11,4	16,1
Carro de som	7,3	6,5	9,7	9,4
Jornais e cartazes da Prefeitura	4,5	9,2	8,4	9,9

TABELA 08 – COMO FOI INFORMADO DAS REUNIÕES DO OP – 1995, 1998, 2000 e 2002.

Fonte: PORTO ALEGRE, 1999a; 2003b.

Em Porto Alegre, as AMs assumem um papel de destacada importância como “parceiras” do OP, ao contrário do que ocorreu em outras cidades brasileiras, em que a decadência do ativismo de bairro já era percebido em meados ou fins da década de 80⁵⁴, conforme enfatiza Souza (2000)⁵⁵.

⁵³ A pesquisa foi realizada entre os participantes das reuniões, durante os períodos citados, através de questões de múltipla escolha.

⁵⁴ Na Lomba do Pinheiro, também se manifesta a desarticulação dos movimentos sociais, principalmente por meio da União das Vilas do bairro, conforme registramos no capítulo II.

⁵⁵ Souza (2000, passim) elabora uma extensa lista com os fatores que considera responsáveis pela decadência do ativismo de bairro, a saber: crise econômica, comportamento demagógico ou autoritário das administrações municipais, migração da ativistas para partidos políticos, cooptação de líderes e “domesticação” de movimentos, influência partidária junto a associação de moradores, “vanguardismo” de lideranças de esquerda, burocratização do movimento de bairros, adaptação insuficiente e inadequada à conjuntura democrático-representativa, decepção com os rumos da conjuntura política nacional, despontamento com as administrações municipais e

Mas as AMs não estão imunes aos fatores apontados por Souza. Vários desses fatores foram observados ao longo da pesquisa, especialmente aqueles relacionados ao personalismo das lideranças, manifestados em disputas pessoais e estilos de condução da AM, e à indiferença e “comodismo” da base social, quando os moradores cobram do líder comunitário a solução dos problemas e geram uma pressão muito grande sobre aquela pessoa.

Podemos observar tais manifestações em trechos de duas lideranças da vila Quinta do Portal; o primeiro, do antigo presidente da AM, Sr. Cláudio, e o segundo, do atual presidente, Sr. Sadi.

[...] seja quem for que entrar, porque eu moro aqui, nada mais que eu querer ver crescer a minha vila, melhorar e também não é por vaidade pessoal, assim ó, mas eu desafio qualquer um que tivesse ali dentro [da Associação de Moradores], quem conseguiu mais, mas só que assim, eu era insaciável eu, o posto de saúde não tá aqui dentro ainda por um detalhe, porque o secretário me disse ó, o primeiro posto de saúde que sair era o da Quinta, aí saí fora, larguei de mão e parou, só que aí eles vieram ali com o Miguel junto dando carta de apoio pro seu Sadi porque em dois anos, em dois anos nós vamos botar posto policial, posto de saúde, creche, escola / terminal de ônibus, coisa que nós tentamos. (Cláudio, morador da vila Quinta do Portal).

Nunca ninguém veio na reunião [...] tamos com a luz cortada e daí uns diz pra mim: — É, mas aquela Associação fica com a luz cortada. — Tá, mas e daí ? Vocês querem que eu vou tirar da boca dos meus filhos pra mim pagar a luz da Associação? — Aquilo ali é um patrimônio de vocês, gente, aquilo ali vocês pagam. Agora eu fiz assim, muitos querem alugar, então quem é sócio, mas quite, porque ela tem um Estatuto também, né? Eles não chegam, eles só chegam pra te criticar: É, tu não faz isso, tu não faz aquilo, quedê o colégio que iam trazer, quedê a creche que iam trazer. Mas só que eles não vão na reunião pra vê em que situação que tá a documentação, entende? (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

4.3.2 Caminhos que levam à participação

As histórias contadas revelam os diferentes caminhos percorridos por aqueles que são reconhecidos como lideranças⁵⁶ nas vilas. A construção de uma ação visando minorar ou solucionar um problema, no caso a rede elétrica, através da comunicação, do ir de porta em porta para recolher assinaturas, compartilhar e tornar o problema coletivo, no sentido de mostrar que é comum a todos e que pode haver uma solução por meio, por exemplo, de um abaixo-assinado.

Olha, eu creio assim ó, que o envolvimento com a comunidade ele vem crescendo dentro da pessoa, ela tem muitas carências, ela chega num lugar, tem muitas carências e aí de repente eu vejo como, como uma necessidade de se ajudar em primeiro lugar, aí de repente a gente percebe que tem que se relacionar com outros, se juntar com outras pra poder criar força e aí é que vem esse envolvimento com a comunidade, né? Eu mesma cheguei aqui, eu tava desempregada já fazia, quando eu vim pra esse lugar eu me desempreguei em seguida, antes de chegar aqui até, e aí não conhecia nada, não conhecia ninguém e aí eu precisava de luz, mas era tudo “gatos” que existia, né? Então eu já fui fazendo amizade pra também poder entrar naquele “bolo do gato”, né? [...] que eu sou de Rio Grande, depois eu vim pra Porto Alegre, fui morar no Partenon, me envolvi em comunidade e sempre assim, de repente eu vinha chegando, vinha me entrosando e já ia vendo o que é que eu podia fazer, como eu estudei bastante, eu acho que isso aí me facilita me comunicar e dizer pra pessoa: — Olha, eu sei fazer um requerimento, eu sei fazer um ofício. Ou se eu não me lembro mais, vou saber em que livro procurar essa informação ou em que é que eu vou me basear, quer dizer, isso aí, eu acho que esse conhecimento me ajudou bastante e esse relacionamento que eu procurei sempre ter é a minha própria necessidade que eu tava satisfazendo de me envolver assim, de chegar e ir saber, que eu tinha dificuldade dentro daquela comunidade e que os outros também passavam por isso, depois eu fui enxergando isso, não só eu que tava com dificuldade, por exemplo, de iluminação, era toda uma vila que dava mal um tempinho, um vento pequeno e faltava luz pra todo mundo, aí eu comecei a ver, aí, paraí, pode ser feito alguma coisa, tem que ter um jeito, nem todos vão ter dinheiro pra comprar um poste, tem que ter uma solução e aí eu vim, eu comecei até por um abaixo-assinado dentro dessa vila, aqui da Quinta do Portal e comecei pela minha rua e as pessoas meio desconfiadas e as outras: — Nãh, isso não, isso acontece? — Ah! Essa mulher é louca, essa mulher não tem o que fazer em casa. E eu realmente não tinha o que fazer em casa, que eu tava desempregada já, tava passando bastante necessidade, então eu procurei assim ó, ir me entrosando pela necessidade mesmo que eu tinha de ver aquilo resolvido, que eu não tinha dinheiro de maneira nenhuma pra colocar numa instalação de poste, e aí eu fui vendo que algumas pessoas da comunidade me recebiam com alegria porque era uma necessidade também delas, e os desconfiados foram beneficiados também porque na verdade eles tiveram que acreditar que era possível, quando cheguei lá naquela rua ali, na Afonso Lourenço [Mariante] eu já

⁵⁶ Ver quadro dos entrevistados no ANEXO 04.

tava com imensidade de assinaturas com o abaixo-assinado. (Carmem, moradora da vila Quinta do Portal).

Para outros, o envolvimento se dá por meio da política partidária, participando de reuniões que desenvolvem a capacidade do debate, da argumentação, de explicar uma determinada situação para uma coletividade e, a partir daí, envolver-se cada vez mais, a ponto de alcançar um posto de respeitabilidade e orgulho com o reconhecimento do valor daquilo que faz, perante a comunidade.

É assim ó, eu comecei fazer uns 20 anos atrás, quando começou a liderança do partido do PT. Nós tinha uma discussão, naquela época eu trabalhava no shopping Praia de Belas, eu era o encarregado da área de suprimentos do shopping Praia de Belas, e aí a gente começou uma discussão, sabe? Começou essas plenária assim, sabe? Uma aqui, outra ali...e naquela época, hoje esses candidato João Motta, esses pessoal tudo aí, então a gente começou ali a discutir, claro que a gente começou a discutir umas coisa assim, como é que era a comunidade, eu vivia num bairro, lá na Nonoi, um bairro que tinha na época, que sempre teve tudo, né? Pavimentação, não tinha nada, mas como a gente saía dali a gente vivia num outro meio, tinha carro, tinha casa, tinha tudo e a gente chegava lá na Vila Nova e não tinha, naquela época, e a gente ia discutir lá, então ali começou a germinar aquilo ali e aí eu comecei a ir pras plenária, comecei a discutir, sabe? Eu tinha vergonha no começo sempre quando a gente começa alguma coisa (...) eu ficava só ouvindo eu fui aprendendo algumas coisas com pessoas, só que depois chegou a um certo ponto eu já, com sinceridade, eu comecei me salientar mais, entendeu? Por que eu? Eu pegava uma coisa, eu ia a fundo naquilo ali, entendeu? A bagagem que eu vim lá é foi uma coisa assim ó fundamental, que até hoje me serve pra discussão, dificilmente eu tenho, eu tenho discussão com coisa sobre, em relação assim a comunidade e eu perder é muito difícil, entendeu? Porque se eu trabalho com a comunidade, eu trabalho com uma coisa concreta, eu não trabalho por interesse pra mim, não quero ser vereador, não quero ser nada, se eu quisesse, entendeu? Eu teria espaço porque eles me dariam, só que eu não quero isso, nem quero nada disso, entendeu? Eu trabalho por amor a comunidade, eu não ganho nada deles, nem quero deles, entendeu? Eu sempre digo assim para o meu filho, quando eu converso com ele: o pai faz isso porque um dia vai chegar um dia, bah, o teu pai era um cara que trabalhava pra comunidade e nunca ganhou nada [...] pode virar a Lomba do Pinheiro, perguntar o meu nome daqui lá encima[...]todo mundo me conhece, ah, não, pediu uma coisa eu vou, porque se eu tiver que sentar com o prefeito, já fiz diversas vezes, sabe? Quem tem que me responder é o secretário, eu sou conselheiro do OP, eu comando toda a Lomba, eu vou com o secretário, ele vai ter que me responder, se ele não me responder, eu vou no prefeito, entendeu? (João, morador da vila Quinta do Portal).

Em alguns casos, são os novos vizinhos, antigas lideranças do lugar, que entusiasma e despertam o prazer e o desafio de envolver-se em reuniões, conhecer

estruturas da administração pública, ter contato com políticos, secretários, criando novos grupos e identidades.

[...] e daí quando a gente chegou aqui no Pinheiro, né? A gente conversando se encontramos com o seu Flávio Casal [...] ele tinha um mercado antes ali, né? Aí a gente ia ali comprar pão e tal e a gente começou a falar, né? Daí ele começou a me arrastar pras, não, não, vamos pra, que ele sempre foi pras reuniões, aí fomo, fomo, aí uns dias já me botaram de delegado e aí eu vim de lá, venceu de novo aí me botaram de novo, agora venceu de novo e tive que ficar de novo, né? Então, desde aquela época aí a gente já ficou assim com entrosamento com as secretaria, né? Com todos, né? Então eu creio que isso aqui é um dom [...] outra coisa assim: quando você tá trabalhando e vê o fruto, você fica contente, entende? Então quando trabalha e não vê um retorno assim, aí você, como é que se diz assim, desvaneci, perde o ânimo, né? [...] e depois a tua amizade, a senhora como é professora é um dom, a senhora, como é que se diz, com os aluno, entendeu? Com as mesmas companheiras, né? Então às vezes convidam a senhora pra ir num lugar, por que é que a senhora vai lá? Por causa das amigas [...] e a mesma coisa eu creio que é a gente assim na sociedade, né? [...] aí a gente não vai numa reunião, aí um já pergunta: — Bah, não te vi lá na reunião. [...] forma aquela amizade, pra mim é isso aí. (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

Eu vim morar aqui na Quinta do Portal em 1991, né? No início de 1991, aí então eu iniciei logo em seguida a luta comunitária, quatro meses que eu havia chegado na comunidade, né? Fui convidado a participar do movimento, né? Pra buscar as benfeitorias pra comunidade, quer seja água, luz, né? Telefone, esgoto, ônibus, é regularização, né? Porque a comunidade estava irregular ainda, ainda está, até hoje, né? (...)eu tive essa oportunidade, a comunidade me deu essa oportunidade de participá desse movimento, né, agradeço isso ao falecido Jaime, que , é, pra mim foi um patrono, é, que me convidou a 1ª vez que eu era, digamos assim, cru e ele já tinha vindo da COHAB, né? Da COHAB Cavahada, então ele já tinha sido síndico no prédio dele, né, então ele tinha um conhecimento e ele me passô, né, esse conhecimento, algumas coisa, né, e nós fomos, nós dois fomos atrás da, das benfeitorias. (Miguel, morador da vila Quinta do Portal).

As histórias de participação de algumas das lideranças reconhecidas pelos moradores na vila Elo Dourado são histórias que passam de boca-em-boca e transformam aquele morador em uma referência importante e respeitada pelos feitos passados. O Sr. Caio, antigo presidente da AM, começou a nos contar como foi o seu envolvimento na ocupação ocorrida no Campo da Tuca, no bairro Partenon.

Isso aí já vem, quando eu comecei a sentir os problemas assim da vila e ver as áreas foi logo que eu vim embora de Alegrete, né? Pra cá, que fui morar na Tuca, [...] faz 40 anos, então eu fui morar lá no Campo da Tuca, então eu alugava casa na rua Condor, 613, da dona Eva, eu alugava casinha, eu fui morar ali, aí a gente via aquela quantidade de área, a (?) é a dona disso aí, a De Primio Beck é a dona disso aí, a não sei o que é a dona disso aí, mas como é que vamos pra descobrir quem é o dono de

bem? A Inhá Tuca, aquela gaitera [...] que tinha, antiga, né? Diz que era dona também, que morou lá, que cederam uma área de um canto lá até os fundos do campo de futebol [...]. Aí começou a entrar casa, aí nesse tempo eu trabalhava com táxi, não tava ainda na Prefeitura, aí fui convidado, vem cá, vamos participar disso aí? Bah, tu é um cara que entende, tu tem um pouco mais de estudo, aí foi feita uma reunião na rua, né? (Caio, morador da vila Elo Dourado).

Quando o Sr. Caio veio morar na vila Elo Dourado, a notícia de sua chegada e da liderança na organização da ocupação ocorrida no Campo da Tuca correu de boca-em-boca e fez com que os moradores da vila Elo Dourado depositassem nele a esperança da resolução de seus problemas.

[...] eles tinham conhecimento que eu tinha dirigido o Campo da Tuca [...] daí me convidaram pra fazer parte da Associação e, aí foi feita uma eleição aí no colégio, no Rafaela Remião, e tinha uma concorrência lá de baixo daquela parte baixa, da árvore pra lá da paineira, aquela grande pra lá, iam concorrer junto, mas daí depois a guria veio aqui falou comigo: - Sabe seu Caio eu soube que o senhor vai concorrer, não sei o quê, nós tamos com uma chapa pra concorrer e tal e eu queria saber de certeza se o senhor vai? Eu disse: — Vou, fui convidado né? E tem um bocado de pessoas aí que tão acreditando que eu tenho boas possibilidades. —É o pessoal tá dizendo aí que pelo trabalho que o senhor fez no Campo da Tuca, eles acreditam que aqui também pode ser feito, eu quero ter certeza de uma coisa, o senhor vai concorrer? — Vou. Aí no dia da eleição eles chegaram, eles foram todos no Rafaela Remião aí chegaram lá. Aí o pessoal: - Aí chegou a outra chapa, né? Aí eles: — Nós não vamos concorrer, nós viemos só acompanhar, né? Aí deu a chapa...tá, então os que tão de acordo com o papelzinho que foi distribuído da chapa 1 que é o seu Caio, levante a mão, aí arrasou, inclusive eles mesmo votaram pra mim, a guria que ia ser presidente veio me dar os parabéns tudo, né? É que eles não queriam, eles não queriam assim, na época da concorrência lá de baixo, não sei, é por divergência que eles tinham aqui que não vem ao caso, né? Daí eu assumi a direção da associação [...]. [...] outra vez que deu ameaça de despejo nós estava chegando aqui há pouco [...] eles tentaram fazer, despejar 130 família não sei o quê, já tem não sei quantos anos, não saiu um, né? Já ameaçaram advogado deles aí que era da cooperativa ameaçavam, gritavam aí depois que eu entrei nós tivemos um choque aí acabamos se conciliando porque ele viu que eu não era bobo, aí depois ele disse: — Ah, não sei o quê, o presidente da Associação não podia ter se lançado contra a Cooperativa. Aí eu disse: — Eu como presidente da Associação tenho que ser pelo povo [...] pelos moradores, pelo meu parecer eu vou sempre pelos moradores e pelo povo, direito da moradia, direito de conservação de cada um que foi, não interessa se for uma pecinha, ele entrou confiante. Que nem eu lhe disse quando os Primio Beck [no Campo da Tuca] vieram me oferecer dinheiro pra mim entregar o registro especial e sumir e deixar a minha casa que eu poderia comprar, sumir com tudo que no outro dia eles despejavam todo mundo, que o prejuízo que eu tava dando era muito grande pra eles e eu olhando pra situação dos morador de cada um que tava confiando em mim, chegando de qualquer jeito, monta uma barraquinha de noite nós passava, aquele foguinho no chão, eles cozinhando, né? (Caio, morador da vila Elo Dourado).

As lideranças acumulam postos de representação de sua vila; há dificuldades em envolver outras pessoas, que estejam dispostas a assumir a responsabilidade de, por exemplo, participar de reuniões (seja por questões econômicas, do horário de trabalho, pela insegurança de uma nova experiência, de não se sentir capacitado em repassar informações), então, o que geralmente acontece é que são poucos a acompanhar e influenciar na política urbana levada adiante pela administração municipal, já que isso só é viável ocupando espaços que são garantidos, ficando mais perto da evolução do processo.

[...] eu sou delegado do OP também há vários anos, também sou membro do conselho municipal de habitação, COMATHAB, eu sou conselheiro e faço parte do fórum de delegados.[...] nós tamos envolvido nisso aí no intuito de trazer melhorias pro bairro, principalmente pro nosso loteamento aqui e temo conseguido, já tá ganho no OP todo o esgoto do bairro [da vila], porque vai ser um total de custo de material e mão de obra, em torno duns 380 mil reais, quase o valor dessa terra aqui, né? (Sebastião, morador da vila Elo Dourado).

[...] é uma luta pra mim ir nas reuniões, olha aqui ó, eu sou delegado do orçamento, sou delegado da UAMPA, sou delegado do Plano Diretor, tá? [...] o Eduíno é do Plano Diretor e ele que tentou lá me enfiar no plano diretor, né? Lá no Plano Diretor é “bucha”, porque lá é só gente ó, lá é engenheiro, porque lá se trata de, de orçamento da cidade, eu tô estudando um pouco de lei porque se não tu vai lá, vai apanhar, vai passar vergonha, lá vai os engenheiros, tem que saber a altura dos prédios em tal lugar que tem que ser feito, tudo tem altura, essas coisa, né? Eu achava que Plano Diretor era outra coisa, né? Por exemplo, eu era conselheiro da temática da educação, esporte e lazer, eu tive que sair [...] sou só eu, a Carmem [na AM], ela trabalha, mas eu também trabalho, às vezes tem que abandonar meu serviço pra sair porque se tu não vai na reunião tu não fica informado, fica fora do assunto, entendeu? Daí tu chega, como é que tu vai brigar? [...] aí tu chega lá e os caras te dizem: — É mas tu não foi a reunião, tu não viu. Aí o que é que a gente vai dizer? Então o importante é a participação. (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

A vida na cidade gera mudanças. O enfrentamento de novas situações e o reconhecimento de aprendizagens pode ser acompanhado no seguinte trecho do depoimento da Sra. Neli, da vila Elo Dourado.

Na época quando eu vim do interior, tu vê, eu vim do interior, com a 8ª série, né? E vim de lá pra trabalhar dentro de casa, nunca pensei que eu ia ir pra rua, de repente me encontro numa briga que no início eu tava assim, que eu não sabia, sabe? Pra que lado eu olhava, tinha uma briga me esperando, não sabia como começar sabe? Aí tu ficas naquela, bom, eu vou perguntar pra vizinha, de repente ela sabe melhor, né? Mas eu vou perguntar pra Maristela [Maffei, vereadora e liderança no bairro], que a Maristela eu acho que tem mais estrutura, então te informa, aí sempre que a 1ª vez

que eu fui pedi ajuda, pedi lá na prefeitura e eles disseram assim, que não era pra ninguém pagar [...]. O que me impulsionou mesmo foi o medo, assim sabe, quando eu, a surpresa que eu tive quando me disseram que isso aqui não era uma área verde, que era particular, no momento me deu medo, depois, assim, me deu raiva por ser um pouco burra, de ter acreditado assim sem ter me preocupado em procurar saber e depois foi a briga mesmo, eu comecei assim, sabe quando tu começa e tu gosta, toma gosto e aí não parei mais, não parei mais e ainda hoje ainda faço [...]foi bom, foi uma época muito boa que eu aprendi muito, aprendi a brigar, a gritar, me enfrentar com os poderosos como eu digo, foi bom, eu cresci porque eu saí da minha casa e fui me enfrentar diretamente com eles. [...] maravilha, só o que tu briga, só o que tu te enfrenta, é, tu tem que, dá trabalho mas é bom porque tu cresce, porque tu aprende e aí tu usa isso em casa, tu usa isso no trabalho, tu aprende a tratar o povo, que é terrível, então é bom, é gostoso. (Neli, morador da vila Elo Dourado).

Santos (1996) estabelece importantes relações de reciprocidade entre territorialidade e cultura, que nos ajudam a entender o processo de adaptação vivido pelos que migram para a cidade, como no caso da Neli.

Vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se defrontar com uma outra. [...] o novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação como novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e mudando o homem. (SANTOS, 1996, p.62-63)

Ao tratar de aspectos da cultura popular no Brasil, Chauí (1986, p. 38) observa que, no caso do migrante, o que ocorre

[...] é que se trata de pessoas submetidas à perda cultural e à invasão de seus conhecimentos e valores, e sobre as quais a intimidação da Informação é constante, sobretudo se nos lembrarmos de que *a essas pessoas está vedado um acesso real ao que é veiculado pela Informação*, tanto pelo nível da escolarização quanto pelas dificuldades de contato com o restante da cidade e da sociedade global, em decorrência das condições de vida.

A história contada por Jussara detalha o sentimento de fazer parcerias na luta, de alimentar o sonho por melhorias, as dificuldades de se dividir entre as tarefas domésticas e as reuniões na Cooperativa Habitacional e a organização do trabalho, o reconhecimento do

crescimento diante dos obstáculos e, ao mesmo tempo, o prazer de ver as melhorias infra-estruturais.

Eu acho que isso é questão de consciência, acho que umas são mais conscientes do que as outras, acho que seria isso. Desde o começo do loteamento, né? Porque antes eu não tinha porque eu alugava o meu terreninho ali, né? E tinha a minha casinha, mas quando começou, que era pra questão de comunidade, que tinha que batalhar junto, eu fui junto desde o começo, desde que se começou esse loteamento não diretamente aqui, né? Mas trabalhando em tudo que é lado, né? Com a comunidade, tanto que eles me conheciam desse tempo aí, eu não era da diretoria, mas sempre fiz parte da comunidade, sempre tive envolvida [...] foi quando começou esse loteamento, eu achava assim ó pra ti conseguir uma coisa hoje é difícil e se tu te unir eu acho que fica mais fácil, né? Do que individual, pô, batalhar por toda essa área pra sê nossa, se eu fosse sozinha brigar com o proprietário só com o meu lote seria mais difícil, então isso me levou a me uni, mas aí com o tempo, quando tu vai trabalhando, aquilo vai te dando mais gosto, porque tu sabe que tu tens condições de buscar mais coisas, então tu vai e aí tu já não pensa em mais nada, entendeu? Tu já vai indo pelo impulso das necessidades que o local oferece porque assim ó, aparece. São 150, mas aparece 10, né? De 150 que tem esse espírito que tem essa, né? De luta. Então, o que é que tu faz? Tu procura se uni a eles já que tu tem também e tu fica mais forte mais forte, entendeu? Tem mais resistência para enfrentar as coisas, pra ir buscar e acha com, né? Resolver e fica mais fácil também, eu acho que foi isso e acreditar que a gente batalha, luta pelas coisas acreditando, né? Acreditar que pode sê melhor, que pode melhorar, é isso que me levou a, por isso que eu tô aqui hoje, porque todo mundo me dizia assim, né? Bah, isso aí é um barco furado, né? É problema, é incomodação, mas só no acreditar que tu pode mudar, que tu pode transformar, o teu pouco que tu fizer tu vai mudar, mudar alguma coisa, não digo tudo mas se aí vem um outro que também tem esse espírito e muda mais um pouquinho e as coisas vão melhorando, então foi isso que me fez com que eu concorresse porque eu nunca, pô, trabalhei sempre dentro da vila mas nunca tive, né, de ficar aqui, todo mundo me dizia: — Tu é louca! Meu marido, que deus o livre, criei um problemão dentro de casa porque eu não parava em casa, antes, no começo, era reunião disso, reunião daquilo e eu tinha que correr atrás pra mim poder trabalhar direito, né, é, era registrar e era junta comercial e aí olha, foi um horror, mas tudo isso, né, é uma superação e também faz com que a gente aprenda, mas essa é a vantagem, é a vontade de mudar, entendeu? Que a gente tem condições também de ser, é que nem eu digo sempre: Pô, pessoal aqui a gente, pô, somos um monte de gente, mas se cada um fizer um pouquinho que seja né? Se torna um montão porque de pouquinho em pouquinho tu vai juntando, é que nem a gente fazer, a gente que é mulher, que sabe fazer uma colcha de retalho, né? Ela se torna uma colcha porque é de pedacinho, de pedacinho que ela vai se transformando, né? Numa coisa grande, então é por aí, e acho que esse espírito tá dentro de mim, eu não sei, também antes nunca participei de nada, né? Então foi assim, sei lá me motivou, e tô aqui e não vou parar, tu acha que eu vou parar? Depois que eu parar aqui? Eu não vou, porque a vila precisa de coisas ainda, né? (Jussara, morador da vila Elo Dourado).

4.4 A participação na vila Recreio da Divisa

A história da ocupação na vila Recreio da Divisa é marcada na trajetória das lideranças. São os pioneiros que assumem a AMs. O trabalho comunitário pode começar pelo planejamento dos espaços para os equipamentos urbanos, como a creche comunitária, mesmo com toda a dificuldade que isso possa representar.

Eu acho que é porque as pessoas que se envolvem mais é porque gostam de se envolver nesse tipo de coisa, né? Porque se não gostar é muito difícil se envolver porque é um compromisso, é uma responsabilidade, te rouba bastante teu tempo, então se tu não gostar aí tu não vai te envolver [...] como secretária, já trabalhei como coordenação, né? [...] foi em 93, foi que eu comecei na creche, mas desde que foi fundada, desde que foi invadida essa área aqui eu comecei, a gente começou a deixar um espaço pra creche, né? Junto com o pessoal que na época era a diretoria e, sempre voluntária, a gente começou um trabalho voluntário ali, até aquele prédio da madeira a gente conseguiu com as irmãs lá da 24, né? Então eu comecei a partir dali, a partir do momento que foi invadida essa área, que eu sou uma das invasoras, fui uma das primeiras. (Teresa, moradora da vila Recreio da Divisa).

De outro lado, os contatos e as articulações políticas, as negociações, as reuniões conferem importância àqueles que formaram o grupo de resistência e levaram adiante a ocupação, incorporando novos conhecimentos.

[...], pois isso aí foi nas próprias reuniões que a gente ia aqui na comunidade mesmo e nós tinha o 1º presidente que nós tivemos aqui foi um homem que se envolveu muito com o pessoal, né? E na política também, com os políticos, não na política, mas com os políticos para que isso aqui tivesse segurança, né? Pra nós morar e com isso eu me interessei, daí por isso e também por, através dele, sempre fomos muito parceiro, nós dialogava bastante, né? A respeito disso e outras cabeça boa que tem aqui também, então a gente tem um grupo que a gente se reúne pra conversar [...] e continuam aqui, continuamos aqui, então esse grupo aqui é que anima o restante, né? Que anima porque muitos aí até venderam, trocaram, né? Mas aquele grupo que tinha confiança e certeza que isso aqui, nós ia ficar de dono, ainda aquele grupo continua, né? (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

As lideranças confirmam o esvaziamento das reuniões.

Olha, a gente que mora aqui a todos esses anos e já me envolvi em quatro gestões na diretoria da associação aqui, né? O que a gente percebe aqui é que o pessoal são muito desligado com a necessidade deles mesmo, parece assim que são muito acomodado, né? Então, às vezes, a gente tem bom projeto pra fazer, no sentido de unir a comunidade, mas eles não vêm não, não se achegam nas assembléias, né? É, coisa assim que fortaleceria a comunidade, né? (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

Ao mesmo tempo, confirmam que já houve união e participação maiores por parte dos moradores.

[...] Eles já foram mais, agora a comunidade tá desacreditada da associação que é que precisa? Que eles acreditem novamente no trabalho do pessoal que tá ali, né? E que se faça realmente um trabalho, porque até agora nada foi feito, então, por isso a comunidade não participa das reuniões. (Teresa, moradora da vila Recreio da Divisa).

E mais adiante, apontam uma das razões para a desmotivação.

É que no começo existiu muita promessa, né? Muita promessa e aí o que acontecia então eles dizem assim ó, essa é assembléia pra mentira, porque sempre vinha alguém da prefeitura ou de órgão do DEMHAB assim e querendo, mas era tudo, era uma coisa assim, a gente sentia que era feito de político que vinham e aí faziam aquele baita argumento e o povo acreditou no começo [...] iam, iam, no começo iam e aí como começou não, não se cumpri as promessa que se faziam: que isso aqui dentro de três anos era pra tá já tudo legalizado, tudo, né, normal e aí o pessoal começou a se desacreditar, aí então quando a gente ia convidar alguém pra uma assembléia: Ah, o que é que eu vou lá? Querem ouvir mentira? Só vêm mentir lá, nós tamos de bobo aqui, né? (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

Como reconstruir os laços de confiança? Para o Sr. Alcindo, isso seria através do início das obras.

Eu creio que no que vejam movimento, o pessoal vai se acordar mais, eu acredito assim, né? [...] eu acredito até mais porque é um ano político, né? Então eles vão mexer em alguma coisa [...]. (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

A qualidade e a quantidade de informações que circulam entre os moradores ficam comprometidas dessa maneira; a combinação de ações coletivas não se constitui e a

organização e apropriação dos projetos como o de geração de renda, financiado por uma ONG alemã, fica muito restrito ao conhecimento daqueles que estão à frente na AM.

Tu vais em reunião é sempre as mesmas pessoas, sabe? Sou eu e o Jair, é o Volnir, sabe? Sempre as mesmas pessoas que vão, sabe? Então aí tu já sabe o que eu penso, não vai ter vantagem mais nisso, não vai ter uma opinião diferente, uma idéia diferente. E depois a comunidade era muito pouco participativa, ontem mesmo tinha reunião do Centro Social Ecoprodutivo, veio, tinha umas 15 pessoas, metade era o pessoal da associação, da chapa, né? Mas eu acho lógico que eles tem mais que participar mesmo, mas a participação maior tem que ser dos moradores, independente de fazer parte da direção, então a gente fica triste de ver aquilo ali, aí quem decide é sempre os mesmos, né? E sempre aquela meia dúzia, né? Aí o resto do pessoal fica: Pô, mas e aí? E eu, e eu: Sim, mas foi espalhado papel pra tudo quanto é lado, aí, aí o boca-a-boca funcionou também, todo mundo fez comentário, aí chega na hora: ah, mas choveu, pô mas. “Rã”, então quer que vá buscar lá embaixo? E, eu, pra mim é um erro, foi tirado seis componentes pra uma comissão, 4 da associação, acho que não podia tê (...) de novo, entendeu? De novo, né? Eu acho que não podia sê isso sabe? Somos entre 6: 4 da associação e eu e um outro senhor que meio não sabe, não é muito ativo e até por ser novo na área aqui, eu até convidei o Jair: Ó Jair vamos na reunião quarta-feira ali, sei lá, vamos fazer alguma coisa, sabe? Porque quatro contra dois, eles têm a maioria já, entendeu? Se fosse dois contra três ia ficar né, um empate, né? E já tão largando sabe? (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

Melhoria nas linhas do transporte coletivo e novos trajetos também ficam parados pela imobilização dos moradores.

Que essas linhas de ônibus também têm política no meio deles que eles queriam ligar essa rua aqui por dentro, né? Porque tem muitos moradores aqui pro fundo [...] sai lá no entroncamento que vai pro Rincão, com a Restinga, né? Vê que seria um acesso bom de ônibus por aqui, muito bom e precisa isso aí, mas é o que eu digo: — Enquanto a comunidade não se unir, ir pras reuniões. Porque eles podiam bem vir participar das reuniões e brigar encima disto que a própria diretoria tinha que tomar iniciativa daí pra brigar ter mais essa briga aí, para que amanhã ou depois tenha uma linha de ônibus aí né? Mas enquanto a comunidade não se interessar e não mostrar necessidade, todo mundo se acomoda [...] fica sempre por último se sobrar, se sobrar alguma coisa, né? Mas que nunca vai sobrar, nunca vai sobrar. (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

A importância da união e do debate é destacada:

[...] eu acho que em tudo, em tudo nós temos que formar grupos organizados, né? Formando idéias, questionando e, é claro que sempre vai existir divergência, né? Porque eu sempre digo, eu acho que uma comunidade é que nem uma família, o pai e a mãe nunca conseguem satisfazer todos os filho, né? Tem sempre um mais

dengoso que outro, o outro é mais carinhoso, o outro, né? Então existe essa divergência e assim é a comunidade, a gente não consegue satisfazer nunca ninguém, mas sempre tem a maioria que, que recebe o que a gente, né? Sugere, o que a gente faz e a gente se destaca também conversando com esse pessoal, né? Mesmo que tenham aqueles que ficam de canto, que nem tão ai, sabe? Dando bola, mas sobrevive nas costa dos outros. (Alcindo morador da vila Recreio da Divisa).

Entre os moradores da vila Recreio da Divisa, 22,2% declararam que não freqüentam as reuniões na AM, e 76,4% ou freqüentam, ou já freqüentaram, ou freqüentam às vezes, ou citaram algum familiar que freqüenta. Esses dados indicam que existe alguma referência com relação à AM, onde também funciona uma creche comunitária conveniada à Secretaria Municipal de Educação(SMED).

REUNIÕES NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RECREIO DA DIVISA	NÚMERO DE PESSOAS	%
Não freqüenta	26	22,22%
Freqüenta	28	23,93%
Freqüentava	06	4,76%
Às vezes freqüenta	39	33,33%
Não freqüenta, mas citou alguém da família que freqüenta.	17	14,52%
Não respondeu	01	0,85%
TOTAL	117	100%

TABELA 09 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA VILA RECREIO DA DIVISA.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os comentários acerca das reuniões na AM expressaram um certo descontentamento, já que através deles os moradores afirmam que é sempre a mesma ladainha, que estão desanimados e cansados de falsas promessas ouvidas ao longo do processo pelo qual vêm passando desde que a área foi adquirida. Inúmeras reuniões foram realizadas, projetos apresentados, mas os moradores não vêem a materialização do que lhes foi dito, e o descrédito toma conta do sentimento da grande maioria.

Embora exista tal sentimento de frustração, quando são perguntados do motivo por que uns se envolvem mais do que outros, as respostas indicam que os que se envolvem são pessoas interessadas no povo e, principalmente, que querem que o ambiente tenha melhores condições, que a vila cresça e se desenvolva.

Como a creche comunitária funciona junto com a AM e já houve casos de desvios de dinheiro e alimentos, aparecem algumas respostas ligadas à chance de tirar alguma vantagem. Há descontentamento com as poucas vagas oferecidas (40) e causa revolta também a cobrança de uma “contribuição espontânea”, porque é fixado um valor de R\$ 35,00 por criança.

Na vila Recreio da Divisa, temos os maiores índices de participação no OP, 50,42%. De fato, a partir de 2000, os moradores da vila motivaram-se em buscar recursos para a urbanização. Entretanto, como as obras não foram iniciadas, eles demonstram, ao longo das entrevistas, perda de confiança nos mecanismos de funcionamento do OP. Um antigo morador nos disse que “tinha época que botava 200 pessoas nas reuniões do OP” (Sr. Jair), e outro contou que “no início foi um eldorado”, mas logo emenda, “Temos demanda de 2000. A Recreio não participa mais do OP”. (Sr. Giovanni). Um dos antigos presidentes da Associação acredita que “o povo, ao ver as máquinas na rua, vai voltar a participar” (Sr. Alcindo).

Na vila Recreio da Divisa, observamos uma situação semelhante a que foi expressa por Pintauidi (2004, p.175) com relação ao funcionamento dos Conselhos Gestores, quando ocorre um “rompimento dos laços de confiança entre os conselheiros de comunidade e os da administração ocasionando um enfraquecimento do conselho [...] quando a cultura da participação ainda não se constitui como parte integrante da vida social”.

REUNIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA VILA RECREIO DA DIVISA	NÚMERO DE PESSOAS	%
Já foi	59	50,42%
Nunca foi	57	48,71%
Não respondeu	01	0,85%
TOTAL	117	100%

TABELA 10 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA VILA RECREIO DA DIVISA

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

As dificuldades enfrentadas pela vila Recreio da Divisa aparecem claramente quando o tema é o OP. A moradora chega a manifestar desconfiança quanto à lisura do processo, atribuindo a isso um dos efeitos de desmotivação na vila.

[...] eu acho que a comunidade tem que participar, mas o que eu acho errado é que às vezes as coisas vão prontas. Eu observei, eu observo muito porque muita gente se queixa que ganhou no OP e isso não é aplicado, né? Então eu acredito que às vezes as coisas vão prontas e que de repente seja uma fachada, isso aí é uma dúvida que eu tenho, que um dia ainda vou descobrir, né? Mas até então a gente tem que participar com certeza [...] o pessoal se decepcionou [...] o Pinheiro sempre participou, mas diz que tinha muito pouca gente, é aquela questão do povo desacreditado isso é muito, mas muito ruim mesmo [...] até um tempo eu não queria acreditar nisso, mas é que eu acho assim, que muito pouca gente tem direito à voz, a voto, né? Eu acho que o OP não poderia ser assim, se ele é o orçamento do povo, que o povo participa, eu acho que o povo tinha que ter a liberdade no mínimo de votar nas questões, né? Então não sei, eu acho que ele não é bem é, não é bem povão, é só o nome tá? Então isso me preocupa muito [...] pessoas aqui da Recreio da Divisa foram muito pouco, nem sei se vai tar delegado, né? (Teresa, moradora da vila Recreio da Divisa).

A grande desilusão e a desconfiança só podem ser entendidas diante da história da vila Recreio da Divisa, da crença no imediatismo das melhorias urbanas, da presença de funcionários do DEMHAB apresentando opções de projetos urbanísticos e maquete elaborados para a área.

[...] o OP? Olha o OP foi assim como é que vamos dizer que nem aparece às vezes na novela, o cara namora uma moça, namora uma moça, sonha com a noite de núpcias, chega na noite de núpcias e ela não é mais virgem, é mais ou menos assim, sabe? Tu vais naquela, tu idealiza, tu sonha, tu molda, tu, bom, é tudo aquilo que eu esperava, aí começa, começa a passar o tempo, é que nem o casamento no início é uma maravilha depois começa a cair na rotina, cair na rotina e tu vai ver, bah, será que era tudo aquilo, né? Então o OP não adianta, nós, agora sábado temos no Centro Cultural, pra tirar os delegados cada 10 bota 1 delegado, nós da Recreio vamos botar 2, não vão conseguir levar 20 pessoas, não vão conseguir, não consegue mesmo, acho muito difícil, sabe? Então o OP que é que adianta? Nós temos demanda de 99 para o ano 2000 mais ou menos, ganha o dinheiro, tá lá, tá gravado agora veio até uma complementação de dinheiro, mas o que é que adianta? Tá lá parado, então, adianta eu ir numa reunião de OP, tirar demanda, tirar pra ir lá pro temática, pra discutir, né? Pra hierarquizar aquilo tudo, mas não precisa fazer isso, faz o que tá, tá lá pra fazer [...] aí vem aquelas conversas que estão fazendo licitações, estão planejando, que tá na mesa do diretor, que o secretário vai dar o aval dele e aí vão, vão e vão empurrando, né? Empurrando e vão, e a comunidade vai desgastando o pessoal mesmo que vai lá na reunião se desgasta também [...] não tem que demorar, não tem porque tu vê, falando em termos de Recreio da Divisa, não Lomba do Pinheiro, aqui nós do Pinheiro, a Recreio temos demanda do ano 2000. (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

É reconhecida a importância do OP, principalmente em um bairro periférico como a Lomba do Pinheiro. Também são apontadas as diferenças entre as vilas, aquelas que se organizam e vão pleitear os recursos para custear, por exemplo, melhorias infra-estruturais; relaciona a falta de organização das comunidades ao “relaxamento” das pessoas e também à questão político-partidária. Avalia o processo positivamente porque também se sente incluído e valorizado.

[...] olha, eu acho que o OP pra mim, no meu modo de ver, é uma coisa importante pra nós aqui dentro da Lomba do Pinheiro, foi, porque só não progrediu aquela zona, aquele reduto onde não teve um interessado pra representar no OP ou em reuniões que tivesse, né? Nunca foi ninguém, então cada local aonde o pessoal se organizou e formou uma frente pra brigar encima disso aí, questionar e querer então, esses, todos esses lugares tão bem arrumado, bem encaminhado, né? Aqueles que o pessoal é relaxado que, é, relaxado porque as ruas tudo cheio de valo, né? Capim pela beira da cerca, por tudo é gente relaxada, eu digo, né? Que não cuida nem da frente da casa e aí não acredita: ah, não vou tá me envolvendo em política, não tô me envolvendo com essa gente. Mas é como eu digo, eles não sabem que hoje não se consegue nada, nada se não for por intermédio da política, né? Queira ou não queira, nem que seja que minta que vai votá, mas, né? Mas o voto é livre, é secreto, né? Então, mas é assim, então quer dizer a gente também tem que incentivar os políticos num certo sentido, né? E o OP nasceu na política, né? Não vimos outro vínculo pra gerar o OP que a política, é? E eu acho que foi bem idealizado, eu gostei, porque nas reuniões que a gente teve a gente pôde dar opiniões, né? [...] depois que o OP começou a funcionar mesmo foi que o Pinheiro começou a, a aparecer melhores coisas aqui, né? Então ampliem rua, asfaltarem, então tá gostoso de andar pelas vilas, que antes

não dava nem de bicicleta [...] anda de carro por tudo, então evoluiu bastante isso aqui de uns 10 anos pra cá, né? Evoluiu bastante, mas é o que eu digo: evoluiu assim por intermédio do OP. [...] nesta última [em 2004] o pessoal tava tão desacreditado que não foi ninguém [...] quer dizer, que tudo isso aí enfraquece, né? (Alcindo, morador da vila Recreio da Divisa).

A vila Recreio da Divisa obteve, através do OP, o levantamento topográfico cadastral para o ano de 2000, no valor de R\$ 17.857,00 e a urbanização da vila para o ano de 2001, no valor de R\$ 275.478,00. O levantamento topográfico foi realizado, mas as obras de urbanização ainda não foram iniciadas.

4.5 A participação na vila Elo Dourado

Entre os moradores da vila Elo Dourado, 30,05% declararam que não freqüentam as reuniões na AM e 62,51% fez referência a algum tipo de freqüência.

REUNIÕES NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ELO DOURADO	NÚMERO DE PESSOAS	%
Não freqüenta	39	30,05%
Freqüenta	29	24,57%
Freqüentava	26	22,03%
Às vezes freqüenta	06	5,08%
Não freqüenta, mas citou alguém da família.	13	11,01%
Não respondeu	05	4,23%
TOTAL	118	100%

TABELA 11 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA VILA ELO DOURADO.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nessa vila, temos uma situação em que a Cooperativa Habitacional é a referência principal. A AM não aparece nos comentários, não sendo sequer mencionada. Na vila Elo Dourado, tudo gira em torno da Cooperativa Habitacional, a Coopello, o que pode ser observado pelos tipos de comentários feitos, tais como: está parado, não tem reunião, não estão mandando o “doc”, cansados de lorota encima de lorota, sempre acaba em briga, conversa repetitiva e inclusive o fato de ter sido colocada uma mesa de snooker, ser vendida bebida alcoólica, ser cobrada o uso da cancha de areia dos próprios moradores e nos finais de semana ter tiroteios no local. Esse sentimento também vai transparecer quando perguntados sobre as motivações que levam as pessoas a envolverem-se mais. Ao contrário do que se observa nas outras duas vilas, em que claramente aparece o sentido do trabalho em prol de melhorias, na vila Elo Dourado tal opinião é registrada, mas está lado a lado com as opiniões que expressam a busca de benefícios pessoais e o dinheiro.

Com relação ao OP, 38,9% declararam ter ido e relacionaram a sua ida à busca por infra-estrutura urbana e porque era para ir bastante gente, quanto mais delegados mais se ganha. Dentre os que nunca foram, 58,4%, as principais razões registradas foram o não ter sabido, ou por desinteresse, ou por desacreditar, já que considera que apenas meia dúzia é que vai.

REUNIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA VILA ELO DOURADO	NÚMERO DE PESSOAS	%
Já foi	46	38,98%
Nunca foi	69	58,47%
Não respondeu	3	2,54%
TOTAL	118	100%

TABELA 12 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA VILA ELO DOURADO.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A vila Elo Dourado conquistou a rede de esgoto cloacal da Rua Ayrton Senna (1000 metros), para o ano de 2002, a um custo de R\$ 150.000,00. O coletor cloacal de fundo de lote na Rua Miraguai (150 metros), R\$ 19.500,00; a extensão de rede de esgoto cloacal na Rua Eucalipto (100 metros), R\$ 13.000,00 e a extensão de rede de esgoto cloacal da Rua do Agrião (200 metros), R\$ 26.000,00 para o ano de 2003.

Quando a pesquisa foi feita, as obras ainda não haviam sido iniciadas, mas, segundo a presidente da Cooperativa, estaria acertado que as obras seriam iniciadas no mês de março de 2004.

A vila Elo Dourado participou até o ano de 2002, quando as regras mudaram para as cooperativas habitacionais e a direção da cooperativa também. “As cooperativas foram cortadas, não podemos disputar, só pelas Temáticas. Deu briga no CAR⁵⁷, Perdemos tempo e delegados” (Jussara, atual presidente da Cooperativa).

A diferença na maneira como as lideranças se comportam em relação ao OP tem profunda influência no comportamento dos moradores das vilas. A falta de continuidade na mobilização para a participação e a infreqüência dos delegados vão pouco a pouco distanciando os moradores dos debates, encaminhamentos, negociações e prazos. Esse desligamento só aumenta as dificuldades, criando um ambiente de desinformação e desagregação na vila.

[...] é que assim ó, tem uma coisa que depois que eu saí, as gurias abandonaram essa história de orçamento, elas não gostam, elas não vão, elas acham que se tu foi a 1, 2 reuniões e tu não conseguiu nada, tu não vai mais, o que é um erro, porque o orçamento é isso, tu vai, vai, vai é ano após ano e daí não conseguiu nada tu vai de

⁵⁷ CAR – Centro Administrativo Regional.

novo, e se tu não leva um monte de gente, então tu te faz presente, tu briga, tu sapateia, que era o que eu fazia, né? E elas não, elas já tem uma visão diferente, o OP pra elas não é de grande ajuda, o que é um erro, numa diretoria isso é um erro, então elas foram, no caso, se elas continuasse com o orçamento, participando ou das temáticas, participando de tudo, né? Mudaria, o Elo tem os delegado, mas se tu procurar numa reunião, se tu procurar numa ata, tu pega 1 ou 2 delegado do Elo, quando foi numa reunião, quer dizer, tu perde até o fio da meada. Como é que tu vai brigar depois? Se tu é delegado e tu não vai, tu te perde toda, aonde tu te perca aonde que tu vai juntar povo depois pra levar pra uma [reunião]? Quer dizer, tu nem tem, nem tem pique, tu já nem sabe nada, não sabe nada, então, é complicado. (Neli, moradora da vila Elo Dourado).

Na vila Elo Dourado, os depoimentos das lideranças denotam a importância do OP na promoção de melhorias infra-estruturais, conhecimento da situação financeira, mas também é possível observar que a angústia em ver atendidas as necessidades faz, por um lado, com que surjam comparações entre outras vilas, que estariam aguardando pelos recursos do OP e a vila Elo Dourado que, através da organização da Cooperativa Habitacional, teve a instalação de parte da infra-estrutura financiada pelos moradores.

[...] no OP a gente tem conseguido “ênes” coisa pro bairro aqui, como eu sou delegado, nós conseguimos uma sinaleira que já tá prometido, né? Em frente ao colégio [E.E.Rafaela Remião] aqui, foi proposta nossa aqui dos moradores desse bairro aqui, nós temos dez delegados no orçamento, só nós aqui temos dez delegados no OP, uma coisa, a Prefeitura tá passando um período financeiro muito ruim também, eles já recuperaram, eles tinham, tavam com as verbas dele negativa na Prefeitura, e eu sei que isso é verdade porque eu presto serviço para uma empresa que trabalha para a Prefeitura. (Sebastião, morador da vila Elo Dourado).

O orçamento ele te ajuda, tu vai, tu batalha, mas é uma coisa que é uma briga entre muitas, muitas comunidades, né? Só que te toma muito tempo, né? Eles vão enrolando, vão te enrolando, aí as coisas vão passando, que se tu fizer uma pesquisa mais a fundo tem vilas aí que tem assim ó, 15, 16 anos e eles têm luz, aquelas luz toda enrolada, sabe? Aquela fiação horrorosa, eles não tem uma água decente, é água roubada, enquanto que nós aqui já temos luz nossa, água nossa, só que foi particular, a gente entrou, a gente fez o orçamento, né? Participava das reuniões, mas a coisa assim, se enrola tanto, demora tanto, quando tu bate com a Prefeitura, que tu acaba fazendo e aqui a gente fez, a nossa luz foi particular, tanto que tá vindo hoje nas parcelas o mês de dezembro veio 170 Reais pra cada morador [...] da instalação, deu R\$ 170 pra cada um, tu vai lá, eles parcelam pra ti, mas cada um paga R\$ 170 pela nossa água e a luz na época me parece também que foi R\$ 200 e alguma coisa que a gente pagou, só o projeto foi R\$ 87 mil. (Neli, moradora da vila Elo Dourado).

4.6 A participação na vila Quinta do Portal

Entre os moradores da Quinta do Portal, 19,84% disseram não freqüentar as reuniões, os demais, 80%, freqüentam, já freqüentaram, freqüentam às vezes ou citaram algum familiar que freqüenta. Os comentários relacionados à AM indicam vários aspectos negativos (discussões, falta de reuniões, falta de avisos para as reuniões e horário inadequado, morosidade do presidente, falta de participação dos moradores e falta de resultados), alguns comentários demonstram e fazem uma avaliação positiva da Associação através do reconhecimento do esforço do pessoal.

REUNIÕES NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES QUINTA DO PORTAL	NÚMERO DE PESSOAS	%
Não freqüenta	25	19,84%
Freqüenta	29	23,01%
Freqüentava	18	14,28%
Às vezes freqüenta	41	32,53%
Não freqüenta, mas citou alguém da família que freqüenta	13	10,31%
Não respondeu	0	-----
TOTAL	126	100%

TABELA 13 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA VILA QUINTA DO PORTAL.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Quando perguntados do por que de uns se envolverem mais do que outros, os entrevistados apontaram tanto características pessoais, como sendo um dom ou algo que a pessoa gostasse, assim como o dispor de tempo e desejar promover melhorias na vila, tanto para a pessoa como para os outros. Além desses fatores, também foram mencionadas características relativas ao nível de instrução, ao maior entendimento, sendo que apenas seis

entrevistados na vila Quinta do Portal indicaram em suas respostas algum interesse ou ganho pessoal.

Deve ser porque a pessoa tem mais boa vontade, tem mais vontade de crescer e tem muita pessoa que é acomodada só que os direitos e os deveres e as obrigações eles não querem assumir, né? Acho que tem aquela pessoa que sonha em melhorar o local onde ela mora, que ela vive, então tem muita pessoa que sonha em melhorar o local onde ela mora, que ela vive, então tem muita pessoa que tem esse desejo e outras, é aquilo: — Ah, tendo uma panelinha pra fazer um feijão e arroz tá bom pra mim, não quero mais nada. Eu acho que é desilusão ou falta de sonho porque eu acho que todo o ser humano tem que sonhar tem que ter vontade de crescer de melhorar e pra muitos, não sei si se desiludem pelas [?] da vida. (Cláudio, morador da vila Quinta do Portal).

Um dos principais problemas é que as pessoas elas não se chegam mais à Associação pra tentar unidos resolver os problemas, elas ficam criticando pelos cantos, pelas esquinas, pelas casa e dificilmente chegam aqui pra dizer: olha, eu vim pra colaborar ou, eu quero saber, é verdade o que tão informando. Porque acontecem muitas informações que são distorcidas, né? Então, isso eu acho um fator, as pessoas. Ah, eu não vou lá. Ah, mas eu não vou porque é sempre as mesmas coisas. Essa é uma frase bem comum, que elas, que eu ouvi durante 4 anos pra cá e isso aí é uma dificuldade, é um jeito do povo daqui, não é só uma, claro que existe pessoas que agem, mas elas não se associam, elas não querem compromisso, é essa a palavra, compromisso, isso não. (Carmem, moradora da vila Quinta do Portal).

Muitos comentários foram feitos a respeito da última eleição para a AM, em que uma chapa só de mulheres perdeu por apenas 14 votos; houve denúncia de que pessoas de outras vilas votaram e que houve comemoração prometida e bancada por um comerciante do local, oferecendo chopp, mas mesmo assim a chapa eleita assumiu. Como o presidente é evangélico, uma série de atividades que era realizada antes foi suspensa, tanto devido à prática religiosa, com também à inexperiência e oposição à sua pessoa. O estilo do novo presidente que não promove festinhas, nem cursos, nem cede ou aluga o espaço da Associação, a maneira como é feita a divulgação das reuniões (apenas no quadro na frente da AM, já que antes colocavam faixas, bilhetes e passavam pelas casas) vão gerando um afastamento que é relatado ao longo das entrevistas.

As queixas contra o presidente e o conselheiro do OP demonstram que há desinteresse dos moradores, apesar de a vila Quinta do Portal em outra época ter tido 15

delegados. Talvez esse desinteresse atual seja reflexo da inexistência de uma continuidade da mobilização dos moradores em torno da Associação, pois está sempre fechada, falta informação, divulgação, debate, festas e cursos, ficando o interesse pela participação dos moradores muito restrito às reuniões para tratar de problemas, como o da questão fundiária.

Olha, isso aí eu vejo como um problema aqui do Portal, em relação, como eu sou Conselheiro do OP, tá? Sou conselheiro titular, eu que faço as plenárias do OP, eu vejo assim, um pouco de falta de interesse deles, entendeu? O que a gente tem trazido pra cá é abaixo de esforço sabe? De luta de nós, de poucos, não são de muitos, são muito poucos, pessoas que pegam junto, entendeu? [...] são sempre as mesmas, por quê? Porque eles não têm interesse, eles sabem que tão vindo pra cá, entendeu? O que eles pensam é assim ó, a maioria pensa assim ó: — Ah, não, o tal, o seu João é bem relacionado lá como conselheiro ele consegue as coisas. Isso eu já vi de maioria aqui, e a gente convida: — Gente, vamos lá. — Não, bah, seu João o senhor vai lá e consegue (...) e aí quando tu marca uma plenária lá na Associação, o próprio presidente, seu Sadi, o pessoal não se interessa, eles só se interessavam porque a gente fez com o Ministério Público, [...] aliás a juíza do Ministério Público veio aqui, aí eles se interessaram, por quê? Porque eles tavam pendente ainda, tavam naquela regularização que podiam tirar daqui de dentro, aí eles correm, agora quando chega numa coisa pra demandar uma obra, entendeu? Até vai, mas não vai o número, nós precisava no mínimo, nós precisamos de cada 120 pessoas sai 12 delegado, é o mínimo pra nós ganhar uma rua, aqui o máximo que nós atingimos é 2,3 delegado, vai 40 pessoas. (João, morador da vila Quinta do Portal).

É zero, é zero, o pessoal só sabe cobrar, cobrar e criticar, pra senhora ter uma idéia agora no ano passado que foi pra botar mais delegado, tá, eu consegui o ônibus com a Unibus, gratuito [...] pra vim aqui pegar na Associação, a gente avisou se escreveu no quadro ali, tá, o ônibus veio aqui, sabe quantas pessoa tinha aqui? Calcula mais ou menos, o que tu acha que pode ter? [...] 16 pessoas [...] em cada 10 pessoas, elege 1 delegado, né? Aí não conseguimos eleger daí através do CAR, com muito jeito, né? Aí conseguimos botar 2 delegados, assim como teve a São Pedro, Panorama [vilas da Lomba do Pinheiro] veio com cem, cento e poucas pessoas, né? Então, o pessoal não participa, né? (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

REUNIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA VILA QUINTA DO PORTAL	NÚMERO DE PESSOAS	%
Já foi	46	36,59%
Nunca foi	79	62,69%
Não respondeu	01	0,79%
TOTAL	126	100%

TABELA 14 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA VILA QUINTA DO PORTAL.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Conforme podemos ver na TABELA 14, apenas 36,6% dos entrevistados disse já ter ido ao OP e 62,6% declarou que nunca foi. Dentre os motivos que impediram a participação, chamam a atenção os relacionados à falta de divulgação ou o ser avisado em cima da hora. Também foram citados: a falta de tempo, o trabalho, os compromissos familiares, bem como a falta de interesse. Para aqueles que foram, a urbanização da vila e o apoio à comunidade figuram entre as principais motivações.

A aprendizagem para os moradores da vila Quinta do Portal mostra que o ativismo levado a cabo nem sempre logrou êxito por desconhecimento das regras que validam a aplicação dos recursos.

Ganhamos a creche no primeiro ano, aí quando tu sabes que ela vai a creche, ela vai pro livro, né? Quando foi pra ir pro livro eles foram ver o Portal era uma área irregular, aí a Prefeitura não podia construir, perdemos a creche, aí tá, o que é que aconteceu? Aí a gente foi pra luta, né? E o esgoto a gente já conseguiu, o esgoto vem até a metade agora em março vem pro resto [...] tudo pelo OP, a gente ganhou, e o asfalto, o asfalto esse ano vai ser brabo de se ganhar porque a cidade ficou muito baixa, a cidade ganhou muito pouco, como é que se diz a, o asfalto, ele é pavimentação, a pavimentação na cidade ficou lá embaixo [...]aí não tem como repartir com as outras, aí a gente, se conseguiu com a Glória, com o Menino Deus, com os outros conselheiros, com os outros delegados, né? (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

OP? Mas só que tinha uma trave nisto, o que é que nós poderíamos conquistar pelo OP se aqui não era regularizado, e nem tinha um passo pra ser? Agora eu entendo, vendo a versão que eles, o Seu Sadi e o João expõem [...] a gente ganhava, mas não vinha, batia, na época que eu era delegada nós éramos entre dez, ele [o antigo presidente da AM] nos levava de carro, ele dava um jeito [...] e ele tava em todas, a esposa dele e ele, tavam sempre, qualquer coisa voluntário lá vamos fazer, conselho disso, conselho daquilo, eles tavam sempre de mão erguida, nem tempo mais pra se coçar porque eles tavam em todas e eu quis ser delegada porque eu digo assim: se eles estão em todas, eu também quero ficar conhecedora dessas coisas, né? E aí me deu um desejo de ser delegada e eu já convidei mais gente e aí ele formou um grupo de 10, nós conseguimos na época 1200m de asfalto, minto, 1200m de rede de água e aquilo foi um grande avanço pra maioria que tinha a água também como a rede elétrica antes, eram os “gatos” da água, 1200 m pelo menos ia dar até um pedaço dessa rua B ou toda B [...] só que não vinha, não acontecia, e ele era, ele sempre foi um homem muito bem relacionado com essas pessoas todas ligadas ao orçamento e isso e aquilo mas com todas as habilidades que ele tinha no trato com os outros, não veio, nunca veio, a gente não conseguiu na época dele, o único avanço que houve foi o da luz independente dele e do orçamento, tá? (Carmem, morador da vila Quinta do Portal).

A vila Quinta do Portal conseguiu, através do OP, a rede de esgoto cloacal: 1ª etapa de 2750 metros para o ano de 2001, custo da obra R\$ 330.000,00, e a 2ª etapa de 1200 metros para o ano de 2003, custo da obra R\$ 144.000,00. Também o levantamento topográfico cadastral e a pesquisa cartorial para o ano de 2003, no valor de R\$ 60.000,00. Todas as obras e levantamento topográfico estavam em andamento ao longo do ano de 2004.

Disputas internas estão muito presentes na vila Quinta do Portal: há uma forte polarização entre o grupo que apóia a forma como o presidente anterior conduzia a AM, promovendo festas beneficentes, bailes gauchescos, festa para as crianças e os jovens, cursos de artesanato, festas religiosas, entre outros eventos que mantinham o espaço da AM ocupado constantemente por diferentes segmentos de sexo e faixa etária dos moradores da vila; e o grupo de antigos moradores cuja liderança perdeu as eleições e passou a censurar tais eventos, se sentindo “ameaçado” pelo estilo do presidente eleito e que, inclusive, se reelegeu. O apoio ao grupo das Igrejas foi a forma de a liderança dos antigos moradores voltar ao poder, mesmo que indiretamente, como um “conselheiro” do presidente que então assumiu.

Eu já tive dois mandatos na Associação. Em dois mandatos fiz aquele galpão que tem ali, conseguimos a rede de luz pra toda a vila, conseguimos rede d'água do Dmae, água pra toda vila. Aí veio o pastor da Igreja Universal, porque ali todos domingo nós fazíamos missa ali, [...] os padres da São Francisco faziam missa no galpão, os pastores da igreja Evangélica fizeram Congresso então, era liberado pra qualquer religião [...] aí me veio uns três ou quatro carros da Igreja Universal, nós tava em reunião da diretoria, queriam dar ponto ali uma vez por semana, a Igreja Universal, aí eu disse pro pastor: — Olha, qualquer igreja faz culto aqui, qualquer igreja prega, só que pra vocês têm que ser no mínimo 200 pila cada vez [...] — Mas porque essa discriminação? — Não, porque vocês vão vir aqui, além de trazer alguma coisa pra comunidade, vão levar tudo que eles têm. Aí se invocaram comigo, sei que aí fizeram uma chapa que era a igreja Universal, a Assembléia, tudo. Daí quando eu saí fora e eles assumiram, passou esses dois anos, só que em dois anos, assim ó, a única coisa que é serviço dele, que esse ônibus, uma alimentadora grátis, ele assumiu, questão de uns 30 dias passou a ser paga a passagem, só, e mais nada, eles tavam fazendo inauguração do saneamento, só que esse saneamento foi em 2001, que foi nós que conseguimos, a Associação parou no tempo e não conseguiu mais nada. (Cláudio, morador da vila Quinta do Portal).

Então a gente faz essas pesquisas, né? Também a gente acaba conhecendo as pessoas, né? Há aquela pessoa ignorante, a pessoa falsa, existe vários tipos de pessoas, né? [...] a pessoa envergonhada [...] atrasei por um lado, mas por outro lado

eu tive um crescimento bastante grande, né? A questão de estudo eu tive um atraso [...] estou concluindo o 2º grau porque pelo fato de ser líder comunitário durante esses 10 anos quase 11 anos, né? Eu deixei, eu me dediquei totalmente a vida comunitária, né? E agora então, agora que nós temos uma liderança boa, né? Que já era pra eu ter saído, largado, feito, ter concluído o 2º grau antes, né? Mas como tínhamos uma liderança que estava deixando a desejar, né? É, me senti obrigado e pressionado pela comunidade [...] agora enquanto nós temos uma liderança boa, né? Que está indo, né? E também procura ter conselho de outras pessoas, tanto pessoas que convivem na comunidade, né? Como aquelas pessoas que convivem na luta comunitária, então essa pessoa é uma pessoa que ela procura, né? É uma pessoa simples, né? Uma pessoa que ela não quer fazer tudo sozinha, né? Que, quando a pessoa quer fazer determinadas coisas sozinha e, é, se mostrar, se engrandecer, podemos dizer assim, ela tá botando a carroça na frente dos cavalos, digamos assim, né? Então eu acho que o Seu Sadi, essa liderança atual, ela está trabalhando de tal forma como eu trabalhei, né? Então eu acho que agora eu estou mais descansado pra que volte a estudar. (Miguel, morador da vila Quinta do Portal).

A organização dos moradores para participar do OP também é afetada pelas disputas internas, e que também refletem as disputas político-partidárias presentes no cotidiano das vilas periféricas.

Porque tu sabe, o OP é da Frente Popular, então é o que eu sempre dizia pra eles : — Olha aqui ó, não é eu que vai dizer em quem é que tu vai votar no dia das eleições, tu vota em quem tu quiser, só que se o prefeito de Porto Alegre é, então não custa vocês se reuni pra gente pressionar, pra gente ganhar alguma coisa, agora na hora de votar quem sabe é tu. Então, assim ó, eu mobilizava o pessoal todo pro OP no ano de 2001 ou 2002 ou 2000, eu sei que chegou o ônibus 5 horas, chegava nas casas: — Quedê o pessoal pro orçamento? Batia nas casa: — Mas o Miguel passou de tarde. Pegou assim ó, ele pegou o candidato do PMDB na época trabalhando junto com ele, botaram o ônibus que era pra ir pra Prefeitura botar faixa orçamento enganativo, o pessoal mobilizado pra ir pro orçamento, não, mas o Miguel passou aí de tarde disse que não ia ter, que era pra nós ir pra frente da Prefeitura. E nós panfleteamos pra ir pra parada 10 [onde ocorrem as Assembléias do OP]. Eu sei que na hora batendo palma, os moradores saíram das casas e batendo e batendo e batendo ainda conseguimos levar cento e poucas pessoas. Então assim ó, além de tu cuidar pra administrar uma vila, ainda tem que tá atento, ter fiscal pra cuidar ele. Quinze delegados nós tínhamos, eles conseguiram um, é, eles tem um delegado do ano passado [...] e tão parado no tempo, a Quinta do Portal parou agora. (Cláudio, morador da vila Quinta do Portal).

Embora existam acirradas disputas pessoais pela liderança e condução da AM, há uma convergência na avaliação do OP, principalmente no reconhecimento dos avanços na relação com a esfera pública, superando práticas clientelistas.

Olha, eu acho, na minha opinião, que até seria uma coisa muito bacana e muito boa, mas também têm falhas, eu acho que democraticamente, eu acho que o caminho

seria aquele se realmente todo mundo participar a gente vai conseguir as coisas, porque antigamente, então, tu é amiga do deputado fulano de tal, tu conseguia asfalto na tua rua, o outro não tinha o amigo lá não conseguia, então agora ficou mais justo pra todo mundo, que se a gente participar conquista só que tem outra coisa, que eu sou contra a Prefeitura, esse negócio de pegar, por exemplo, a [Estrada] Afonso Lourenço Mariante é o maior exemplo, que a gente tem aqui ó, como é que vão asfaltar 1 km ali, deixa um trecho sem asfaltar porque não tem casa, não tem casa naquele trecho mas tem eleitor que passa com o carro ali, então assim ó eles tinham que pensar com outra visão, eu acho. (Cláudio, morador da vila Quinta do Portal).

Agora o OP, ele, eu acho que ele foi muito bom, né? Foi uma das melhores coisas implantadas para que a comunidade pudesse, é, dá a sua opinião, né? É, fazer as suas reivindicações, né? Fazer suas críticas, porque lá é aberto, né? Embora que existe, claro, existe, né? São, as próprias divergências, é, mas o orçamento eu acho que é uma coisa que veio a favorecer a comunidade mais carente de Porto Alegre, porque antes era tudo concentrado em determinados pontos e existia muita apadrinhagem, né? O seu fulano, o seu doutor conhecia o deputado ou o vereador tal ou o prefeito, né? Ele ia lá, conversava e a obra seria feita lá na sua área, né? Agora não, com o OP, né? Isto mudou, então, não existe uma apadrinhagem muito grande, né? Podemos dizer que existe alguma coisa, mas não que exista assim é, como existia antigamente que era só pra quem tinha mais poder aquisitivo, né? As comunidades carentes continuavam lá, com o seu chão batido, e não adiantava ir lá brigar que não teria condições, hoje já é o contrário, já têm. (Miguel, morador da vila Quinta do Portal).

4.7 Obstáculos à participação

Como se pôde verificar, participação é um termo utilizado por um amplo leque de segmentos sociais com os mais diversos propósitos e com os mais variados níveis de aplicação, por exemplo, em políticas públicas. Embora iniciativas como a do OP possam ser um início significativo, estão longe de ser observados comportamentos para a participação verdadeiramente incorporados às práticas sócio espaciais, que demonstrem o envolvimento e a aprendizagem para os moradores comuns das vilas, no sentido de ser um *habitus*.

O OP é visto como um avanço na relação entre os moradores de vilas e o poder público, sendo fruto da pressão dos movimentos sociais urbanos representado, especialmente, pelas reivindicações dos moradores dos loteamentos clandestinos e irregulares e das

ocupações, rompendo com o clientelismo característico no trato entre os políticos e os moradores de vilas periféricas para a obtenção de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Nos deparamos com situações que têm fragilizado os laços de confiança de moradores das vilas pesquisadas com relação ao mecanismo de gestão democrática existente em Porto Alegre. Retomamos aqueles que consideramos como os principais obstáculos:

- O descompasso entre a obtenção do recurso e a aplicação do mesmo;
- A inexistência de canais de comunicação mais fáceis de serem acessados, relativos a um cronograma das obras, aumentando a distância entre o morador comum e os planos da Prefeitura.
- A leitura que é feita pelas lideranças, já que são elas que fazem a “tradução” do significado de propostas como o OP, disputas pessoais pela liderança, opção político-partidária podem, pelo que foi visto, se configurar em uma série de impedimentos à presença dos moradores nas reuniões e ao cumprimento das etapas previstas para que o processo de participação tenha êxito.

	VILA RECREIO DA DIVISA	VILA ELO DOURADO	VILA QUINTA DO PORTAL
Frequência na Associação de Moradores	22,2% não freqüenta; 23,9% freqüenta; 52,2% fez algum tipo de referência afirmativa.	30,0% não freqüenta; 24,5% freqüenta; 38,1% fez algum tipo de referência afirmativa.	19,8% não freqüenta; 23,0% freqüenta; 57% fez algum tipo de referência afirmativa.
Frequência no Orçamento Participativo	50,4% já foi; 48,7% nunca foi.	38,9% já foi; 58,4% nunca foi.	36,5% já foi; 62,6% nunca foi.
Observações quanto às motivações da participação	Interesse pelo povo e principalmente o desejo de melhorias no ambiente, que a vila “cresça”.	Trabalhar em prol de melhorias para a vila, mas também interesses pessoais foram mencionados.	Ser um dom, um prazer pessoal, dispôr de tempo, desejo de promover melhorias na vila, ter instrução e portanto, um maior entendimento na busca de soluções.
Conquistas através do OP	Para 2000 – DEMHAB – levantamento topográfico cadastral da vila. R\$ 17.857,00. Para 2001 – DEMHAB – urbanização da vila até o limite do valor proposto, R\$ 275.478,00	Para 2002 – DMAE - rede de esgoto cloacal (1000m Rua Airton Senna) R\$ 150.000,00. Para 2003 – DMAE - coletor cloacal de fundo de lote (150m) R\$ 19.500,00; rede de esgoto (100m Rua Eucalipto) R\$ 13.000,00; rede de esgoto (200m Rua do Agrião) R\$ 26.000,00.	Para 2001 – DMAE - 1ª etapa da rede de esgoto cloacal, 2750m, R\$ 330.000,00. Para 2003 – DMAE - 2ª etapa da rede de esgoto, 1200m, R\$ 144.000,00. DEMHAB – Levantamento topográfico cadastral e pesquisa cartorial, R\$ 60.000,00.
Por que estão desmobilizados?	As obras de urbanização não foram iniciadas, após 4 anos de reuniões com representantes da Prefeitura, os recursos obtidos no OP para o início das obras não foram aplicados.	As modificações nas regras para a participação das cooperativas habitacionais no OP geraram conflitos com a CAR e desarticulação dos dirigentes da Cooperativa.	Disputa para a direção da Associação de Moradores, processo acirrado e conturbado acompanhado da mudança no estilo de conduzir o espaço da AM, gera o esvaziamento e a dificuldade de chamamento dos moradores.

QUADRO 05 – SÍNTESE: PARTICIPAÇÃO.

Fonte: Dados da pesquisa de campo e dos Planos de Investimentos e Serviços do OP.

CONCLUSÃO

O estudo comparativo entre três vilas irregulares no bairro Lomba do Pinheiro, enfocando a questão fundiária e a participação, nos permitiu uma aproximação com as relações estabelecidas entre os moradores. A partir daí, delineamos algumas das diferenças nas motivações em participar dos encaminhamentos necessários para a resolução de problemas enfrentados diariamente como, por exemplo: a falta de esgoto cloacal, a precariedade advinda da irregularidade no abastecimento de energia, a carência de equipamentos urbanos, assim como a regularização fundiária.

A participação pode ser considerada uma prática sócio-espacial, que pode gerar novas razões práticas. Estas práticas mexem com a consciência e alimentam a construção de identidades, que incluem a dimensão da memória e do projeto, e assim podem impulsionar novas ações.

É importante frisar que a participação no OP pode significar a diminuição das carências infra-estruturais, mas as desigualdades sociais geradas, por um lado, pelos baixos salários, pela terceirização do trabalho, pelo desemprego e a lógica excludente e, por outro, pela distribuição dos equipamentos e a infra-estrutura pela cidade, se mantêm, praticamente, intocadas. A produção da cidade segue gerando desigualdades, porque a fragmentação e o

valor de troca continuam regendo as engrenagens que constroem a cidade. A lógica para ser rompida e tornar a cidade mais justa não depende apenas da existência de mecanismos de gestão democrática, embora eles sejam reconhecidamente importantíssimos para melhorar a vida dos moradores da periferia.

Afirmamos que as AMs ocupam um ponto intermediário de apoio no caminho até o OP, desempenhando, portanto, um papel muito importante na sensibilização e no tipo de consciência participativa que vai sendo construída. Considerando que um dos principais canais para a obtenção de recursos para saneamento e regularização fundiária, por exemplo, se dá através da participação no OP, quais são os fatores que influenciam diretamente no envolvimento ou não dos moradores das vilas pesquisadas?

A participação fica na dependência das práticas daqueles que assumem a associação. Por exemplo: qual o meio utilizado para avisar os moradores (bilhete, faixa na entrada da vila, uso do quadro de avisos, boca-a-boca), já que cada meio surte um efeito diferente? Da mesma forma, com que tempo de antecedência são avisados? Além dessas questões operacionais, a participação também está submetida ao sentimento de aceitação daquela pessoa como representante dos moradores e aí incidem questões de como transcorreu o processo eletivo e o universo que essa pessoa representa (situação econômica, religião, a maneira como se comunica, como se desenvolvem os eventos, como está “administrando” o prédio, os boatos em torno de sua pessoa, etc). Portanto, a participação se mostra frágil e variável de acordo com a capacidade de mobilização daqueles que assumem a AM.

A obtenção de recursos e o tempo para sua aplicação também afetam a manutenção dos níveis de participação: quando ocorre demora, há um esvaziamento das

reuniões e o descrédito toma conta. Também ocorre desgaste pela apresentação repetida de projetos, por parte de representantes da Prefeitura, sem a efetiva implementação.

As diferenciações que observamos nos graus de participação e envolvimento dos moradores nas instâncias do OP, desde as variações na experiência de ter ido ou não às reuniões, sabendo apontar o local e os motivos pelos quais foi, até ter assumido o papel de delegado e de conselheiro do orçamento, nos mostrou que a incorporação da participação na vida dos moradores a fim de tornar-se um *habitus* envolve questões muito relacionadas às experiências individuais, assim como as experiências vividas naquele lugar e nas relações estabelecidas com os demais moradores.

Nem sempre a ida às reuniões do OP proporcionam mudanças de postura, uma vez que existem níveis de participação com efeitos muito diferentes nas relações que vão se criando e nas práticas sócio-espaciais. Todavia, mesmo uma participação “simples”, ao proporcionar a reunião e o debate, estreita laços, cria ações comuns que, se exitosas, fortalecem o grupo, retro-alimentam novas ações, aumentam a confiança em outros níveis, enfim produzem efeitos que unem aquele grupo sob uma identidade relacionada àquela prática comum.

Em decorrência disso, podemos afirmar que há uma territorialização dos grupos: a aproximação dos moradores ao eleger os problemas comuns pode ser pensada como a projeção de poder, através da força da coletividade, lutar por melhorias ou pela sua manutenção naquele lugar.

O vínculo territorial se mostra construído no desejo da propriedade, na segurança do que ter para deixar para os filhos, a propriedade que garante não ver o seu espaço tomado ou ter que dele sair. A memória do início da ocupação, pelos conflitos, audiências e compromissos em defesa daquele pedaço de terra, impasses que fazem o estreitamento do sentimento de querer ficar são referências muito presentes e estabelecidas entre o território e a própria identidade.

Quem está há mais tempo se sente e parece ser mais dono. Atuam como tais, costumando julgar os “outros”, desqualificando-os, por exemplo, ao citar o local de onde vieram essas pessoas, dando uma conotação negativa ou temendo-os, ao associá-los a atividades de menor valor social (catadores) ou ainda a atos ilícitos e ao aumento da violência. Assim como também há preconceito mútuo entre os que têm trabalho e renda fixos e os que não os têm.

Ao longo dos cinco meses de pesquisa de campo, não observamos a existência de projetos coletivos organizados nas vilas. Aqueles que são propostos pelo poder público não têm tido aceitação, a exemplo de uma horta comunitária, que tem gerado debates e brigas, dividindo ainda mais o grupo de moradores, no caso da vila Recreio da Divisa.

Também não foram observados movimentação e uso de estratégias para a participação nas assembléias. As reuniões que ocorreram tiveram por pauta:

- Elo Dourado: a devolução da área para o proprietário;
- Quinta do Portal: inauguração da 1ª etapa do saneamento básico e assinatura autorizando a 2ª etapa;

- Recreio da Divisa: posse da nova diretoria e a proposta das hortas comunitárias, relacionada ao Programa do Governo Federal Fome Zero, associada à situação de crianças atendidas no posto que estão abaixo do peso.

Na vila Elo Dourado, a Cooperativa Habitacional “encampa” a AM. Ela praticamente não é citada, tudo gira em torno dos bons pagadores e dos maus pagadores, da maneira como é administrada a cooperativa, buscando-se mais soluções “privadas” do que através do OP. A visão expressa da administração pública é a de uma máquina emperrada, devido à demora no posicionamento da mesma com relação aos encaminhamentos para obter a aprovação dos projetos para a regularização da vila. A vila conseguiu, via OP, o saneamento básico, mas as mudanças nas regras para as cooperativas, visto os problemas decorrentes de aplicação de verba pública em loteamento particular, levou à desmobilização que se soma aos problemas para a aquisição da área.

Na vila Recreio da Divisa, a creche funciona junto com a Associação. Há um clima de insatisfação, devido a fatores como desvio de verbas e de mantimentos em um local que atende aos próprios filhos de moradores da comunidade, a chamada “colaboração espontânea” de R\$ 35,00, o reduzido número de vagas oferecidas, a “confusão” entre verba repassada pela SMED, as doações, a verba da Assistência Social, o rancho, o dinheiro da Associação; tudo dando margem a inúmeras suspeitas. O projeto de urbanização está parado e há muito descrédito com relação à Prefeitura e desestímulo com o OP. Há vários “estranhamentos” e a identificação de diversos grupos identitários.

Na vila Quinta do Portal, houve uma movimentação muito grande na gestão do Sr. Cláudio, porém a irregularidade do loteamento impediu a aplicação dos recursos obtidos. Hoje, os moradores estão distanciados e em sua maioria insatisfeitos com o rumo dado à AM.

Foi observada nas três vilas uma concentração de postos representativos, aqueles que estão na AM ou na Cooperativa Habitacional também representam os moradores em outros fóruns: COMATHAB, saúde, instâncias do OP, grupo do Plano Diretor, no Grupo de Planejamento Local (GPL), relacionado ao Projeto “Lomba do Futuro”, entre outros.

No comportamento das lideranças destacamos:

- Quando a pessoa tem uma renda maior que a média dos moradores e habilidade em conseguir doações, realiza ações beneficentes, vê a associação como um local de encontro e de assistência, ajuda na promoção de bailes e festas, eventos que têm um efeito aglutinador, sendo bastante positivos na aproximação entre os moradores e que podem ser um passo inicial na construção da participação.
- Quando a liderança “aprende” a linguagem das secretarias municipais ou cria intimidade com os secretários, a ponto de ligar diretamente para casa do mesmo quando há algum problema na iluminação, no abastecimento de água etc, a liderança se sente valorizada e prestigiada, parecendo gostar mais das reuniões com os técnicos do que conviver com os moradores.
- Quando aprende os caminhos e ações em benefício da coletividade, sente ciúmes de outros líderes que tenham mais empatia com os moradores ou façam diferente dele, tenta esvaziar ações nas quais não teve participação direta, ou age solitariamente, indo buscar os meios para resolver problemas que o afligem.

Consideramos que há duas questões que são de extrema importância nesse estudo comparativo: de um lado, a construção de identidades e que se manifestam através da existência de códigos e histórias comuns que unem uns e fazem separar outros, criando-se fronteiras imaginárias intransponíveis que não aparecem nos mapas, mas existem no dia-a-dia, dificultando o diálogo e impedindo as ações. Do outro, a relação com o Poder Público Municipal, especialmente diante de uma proposta gerada numa rede de ação tecida entre o Estado e os agentes sociais excluídos. Tal relação com o Poder Público Municipal e seu discurso técnico está presente no dia-a-dia das vilas. Cooptando algumas lideranças, fazendo com que os representantes dos moradores assumam tal discurso, afastando-os do grupo que

representam ou, ao contrário, afastando-os do discurso técnico, na descrença, quando percebem ou desconfiam do uso político que possa ser feito daquela vida de carências.

Com relação à segregação sócio-espacial, ela se dá de diversas maneiras, é variável entre as vilas e atinge os moradores de diferentes formas de carências: infra-estruturais e de equipamentos, que dificultam o acesso e a proximidade do atendimento de saúde, de continuidade dos estudos, de transporte coletivo, de lazer gratuito, de serviço de creche, etc. Ela se aprofunda, à medida que pioram as condições econômicas; sendo imposta pelos grupos ligados ao narcotráfico, que limitam horários e percursos dentro das vilas; mas também pode ser referida às identidades construídas dentro de uma mesma vila.

As dificuldades advindas do viver na periferia desafiam os moradores na busca por soluções. Quando vencem, se destacam a criatividade, as experiências e a motivação encontradas na formação de um grupo que eleja as ações coletivas.

As práticas sócio-espaciais são constantes nos espaços da periferia, os arranjos são construídos e é defendida aquela territorialização, resistindo em um dia-a-dia que pede novas aprendizagens no diálogo com os representantes do poder público, no entendimento do funcionamento do OP e da importância do Plano Diretor.

As ações coletivas não são uma constante, mas as solicitações feitas através das ameaças por outros agentes modeladores que signifiquem a perda daquele espaço, possível propriedade particular, (re)articulam o grupo e fazem superar as “diferenças” nutridas pelas identidades. É nessa constante dinâmica que se constroem as vilas periféricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio de. Déficit e alternativas. Uma análise crítica das políticas nacionais de moradia. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 267, p. 5-8, jan/fev. 1993.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1997.

_____. **Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre – século XX**. 2000. 223 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

BAIERLE, Sérgio G. A crise da UAMPA. **Movimentos Populares Urbanos**. Porto Alegre: FASE/Cidade, 1992. p. 43 – 65.

BARCELLOS, Tanya de; MAMMARELLA, Rosetta; KOCH, Mirian R. Tipologia sócio-espacial de Porto Alegre – 1980 – 91: diferenciações sócio-ocupacionais e desigualdades sociais entre os espaços da cidade. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.29, n.4, fev.2002.

BAUMANN, Fabiane. **Moradia e propriedade: um estudo sobre as percepções de moradores e formuladores de políticas de habitação**. 2001. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BEMFICA, Flávia. Capital tem contraste entre regiões: Centro populoso, com bons índices de qualidade de vida, e periferia apresenta indicadores deficientes. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 09 jan. 2005, p 3.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998, p.84-91.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004, 2 v., 12.ed.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia de São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Erminia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p.117-154.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2003.

BRANDÃO, Carlos R. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência social**. São Paulo: Contexto, 1986.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (1988). São Paulo: Saraiva, 1997. 16 ed.

_____. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. 2. ed.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades**, Presidente Prudente, v.1, n.1, jan./jun. 2004. p.11-30.

CARLOS, Ana Fani A.; LEMOS, Amália Inês G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. Madrid: Siglo Veinteuno Editores, 1977.

_____. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1999. p. 59-97.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajelórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998. p. 11-47.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 161-172.

DECRETO institui urbanizador social. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 06 jan. 2004, p.7.

DURHAM, Eunice R. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p.84-99, 1986.

ESPECIALISTAS defendem reforma urbana. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 ago. 2003, Folha Cotidiano, Caderno 3.

ESTUDO mostra que 56% não se interessam por influenciar políticas públicas – Maioria no Brasil não exerce o poder político, diz pesquisa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 nov 2003. Caderno A, p. 8.

FARIAS, L. O João e a invasão. **Palavra de Trabalhador 7**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998. p. 206.

FEDOZZI, Luciano. **O poder da aldeia**: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

FERNANDES, Edésio. A produção socioeconômica, política e jurídica da informalidade urbana. In: ALFONSIN, Betânia de Moraes et al. (Coords.). **Regularização da terra e da moradia**: o que é e como implementar. Instituto Polis. 2002. p. 11-26.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n.09, jul./dez. 2000. p. 65-83.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. Dicionário Aurélio básico da língua Portuguesa. Editora Nova Fronteira S/A, RJ, **Folha de São Paulo** (Obra em 19 fascículos encartados da Folha de São Paulo de outubro de 1994 a fevereiro de 1995).

FIORI, Mylena. Lomba do Pinheiro busca identidade. **Zero Hora**. Porto Alegre, 23 set. 1997. Classificados. Caderno de Imóveis.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **A construção da periferia urbana no Brasil**. 2001. 5 p. (mimeo)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES. **Déficit habitacional no Brasil 2000**/Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2001.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GERARDI, Lúcia Helena de O. **Quantificação em geografia**. São Paulo: Difel, 1981.

GIOVANETTI, Gilberto; LACERDA, M. **Dicionário de geografia: termos, expressões, conceitos**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.

GOHN, Maria da Glória M. **A força da periferia: a luta de mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOIS, Antônio. Maioria no Brasil não exerce o poder político, diz pesquisa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 nov. 2003, Caderno Brasil.

_____. 8,94 milhões vivem em moradia precária. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 dez. 2003, Folha Cotidiano.

_____. Segregação entre ricos e pobres tem raízes históricas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 abr. 2004.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONZATTO, Marcelo. Mapas revelam como vive a Capital. **Zero Hora**. Primeiro Caderno, Geral. Porto Alegre, 30/12/2004, p.36

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: Ed. UFF, 1997.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2001.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1991.

_____. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2000.

HEIDRICH, Álvaro L; CARVALHO, Orlando A. Territorialidades de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência. In: VIII ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2001, Santiago, Chile. **Anais...** Santiago: Universidad de Chile, 2001, p.74-90. 1 CD-ROM.

IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: junho 2003.

JACOBI, Pedro. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Revista & debates**, São Paulo, n.7, p.53-70, [s.d].

KUNRATH SILVA, Marcelo. **Construção da “participação popular”: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios de Região Metropolitana de Porto Alegre/RS**. 2001. 345 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

_____. **Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

LAHORGUE, M.L. Cidade: obra e produto. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 17,n.33, p. 45-60, jan./jun. 2002.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Pedro Dias. Obstáculo urbano cria nicho para o crime. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 jan. 2004, Folha Cotidiano.

LEMOS, Amália I. G. de. O sentido da cidade hoje: reflexões teóricas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p.433-443.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p.71-93.

_____. **Política habitacional no regime militar** – do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Maria Lúcia R.; FREITAS, José Carlos de. Termo de ajustamento de conduta. In: ALFONSIN, Betânia de Moraes et al. (Coords.). **Regularização da terra e da moradia: o que é e como implementar**. São Paulo: Instituto Polis, 2002. p. 90-92.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MEDINA, Miriam. Participação e espaço urbano: enfoques, contextos e tendências. **Revista do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP**, São Paulo, v.12, p. 70-83, dez. 2002.

MENEGAT, Rualdo (Coordenador). **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel (Org.). **Crítica metodológica, investigação social & enquête operária**. São Paulo: Polis, 1980. p. 191-211.

MITTELMANN, Rafael. Regularização fundiária: a experiência de Porto Alegre. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.26, p. 139-157, jul. 2000.

MORAES, Aldovan de Oliveira; ANTON, F.J. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/DÊM HAB, 2000.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESQUISA traça o mapa da violência. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 26/03/2003, p. 20.

PINTAUDI, Silvana Maria. Participação cidadã e gestão urbana. **Cidades**, Presidente Prudente/Grupo de Estudos Urbanos, v.1, n.2, p.169-180, jul / dez. 2004.

PINTO, Neide Maria de A. A construção das identidades e as formas de sociabilidade entre famílias residentes em cortiços na cidade de São Paulo. **Faz Ciência: Sociedade, Espaço e Economia**, [] v.5, n.1, p.107-129, 2003.

PONT, Raul. Democracia representativa e democracia participativa. In: BECKER, Ademar José (Org.). **A cidade reinventa a democracia: as contribuições do seminário internacional**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2000. p.15-21.

PORTO ALEGRE. [Lei Orgânica de 21 de setembro de 1990]. **Lei Orgânica do Município de Porto Alegre**. Porto Alegre: CORAG, 1990. 74p

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 1991: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 1992.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 1993: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 1994.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 1994: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 1995.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 1995: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 1996.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 1996: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 1997.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 1997: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 1998.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 1998: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 1999.

_____. Prefeitura Municipal. CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. **Quem é o público do Orçamento Participativo? 1998**. Porto Alegre: PMPA, 1999a.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 1999: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 2000.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Memória dos Bairros: Lomba do Pinheiro**. Porto Alegre: PMPA, 2000a.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 2000: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 2001.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 2001: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 2002.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 2002: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 2003.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro: Construindo a Lomba do Futuro**. Porto Alegre: PMPA, jul. 2003a.

_____. Prefeitura Municipal. CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. **Quem é o público do Orçamento Participativo? 2002**. Porto Alegre: PMPA, 2003b.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano de Investimentos de Porto Alegre 2003: Orçamento Participativo**. Porto Alegre: PMPA, 2004.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE. Federação de Órgãos para assistência Social e Educacional, 2004.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCLIAR, Moacir. Aquela outra pátria, o bairro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 03 ago 2003. Caderno Donna, p. 4.

SEABRA, Odete. Urbanização e fragmentação: pra o estudo do bairro e a memória urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 75-96.

_____. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. **Cidades**, Presidente Prudente/Grupo de Estudos Urbanos, vol. 1, n.2, p.181-206, jul / dez. 2004.

SILVA, Jailson de Souza e. Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. **Território territórios**. Niterói: PPGeo-UFF/AGB, 2002, p. 107-125.

SILVEIRA, Rogério L.L. Espaço, lugar e cotidiano: mediações na análise da produção do urbano. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 11, n.21/22, p. 49-57, 1º e 2º semestres de1996.

_____. **Cidade, corporação e periferia urbana:** acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1997. p. 21-36.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SUPLICY, Marta. Atualidade da democracia representativa. In: BECKER, Ademar José (Org.). **A cidade reinventa a democracia: as contribuições do seminário internacional.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2000. p. 23-29.

TAVARES, Hermes M. Novos espaços industriais: o papel do Estado. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 203-215.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C.da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n.5, p. 31-50, jul./dez. 1998.

_____. Redes de ação: uma possibilidade de interpretação da fragmentação intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: UNESP, 2001. p.127-155.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ANEXOS

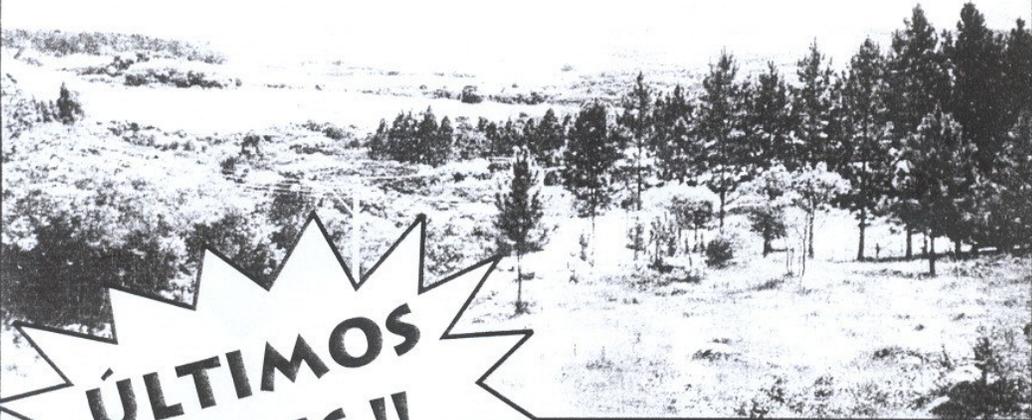
ANEXO 01 – ANÚNCIO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO NO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO	203
ANEXO 02 – LEI COMPLEMENTAR Nº 445	204
ANEXO 03 – NÚMERO DE PARTICIPANTES NAS PLENÁRIAS REGIONAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	206
ANEXO 04 – QUADRO DAS LIDERANÇAS ENTREVISTADAS	207

ANEXO 01

ANÚNCIO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO NO BAIRRO
LOMBA DO PINHEIRO

PARQUE DOS PINHEIROS

VIVER AQUI, É BEM-VIVER COM A NATUREZA!



ÚLTIMOS
LOTES !!

ESPECIAIS
PARA VOCE

- PRÓXIMOS À AGRONOMIA
- LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA
- HÁ 15 MIN. DO CENTRO
- VISTA PARA O GUAÍBA
- MATAS NATIVAS PRESERVADAS
- QUADRA DE ESPORTES
- PRAÇA INFANTIL
- TOTAL SEGURANÇA
- SUGESTÃO DE PROJETOS
- PRONTOS PARA CONSTRUIR

TERRENOS

FINANCIAMENTO DIRETO

DE: ~~317.000~~ POR APENAS: **27300** / MÊSAIS
+ ENTRADA PARCELADA

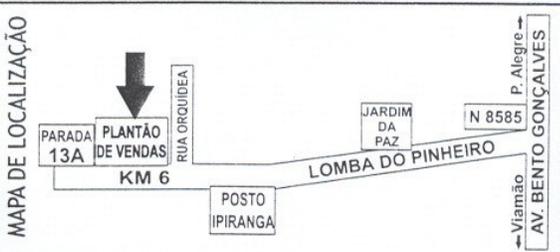
HR

3319.1769
9843.1913

PLANTÃO NO LOCAL

DE SEGUNDAS A SÁBADOS DAS 14 AS 18 HS

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



LOMBA DO PINHEIRO - PD 13A - PORTO ALEGRE

APROVADO P.M.P.A. CFE. UNICO 264.109.007 - AVERB. REG. IMOV 3ª ZONA MATR 8600 FL 1 LV 2

VISITE-NOS: WWW.PARQUEDOSPINHEIROS.COM.BR

ANEXO 02

LEI COMPLEMENTAR Nº 445

Altera as disposições da Lei Complementar nº 242, de 9 de janeiro de 1991, que disciplina a Concessão do Direito Real de Uso aos ocupantes de áreas de propriedade do Poder Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O “caput” do art. 1º da Lei Complementar nº 242, de 9 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Aos ocupantes de área de propriedade do Município, de suas autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista, não-urbanizadas ou edificadas anteriormente à ocupação, que aí tenham estabelecido moradia até 31 de janeiro de 1989, que não sejam proprietários de outro imóvel e que comprovem baixa renda, será concedido o Direito Real de Uso, mediante o preenchimento, pelos mesmos, das seguintes condições: (NR)
...”

Art. 2º - O art. 7º da Lei Complementar nº 242, de 9 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - Nos contratos de Concessão do Direito Real de Uso, no caso de morte do titular, será prevista a ordem de vocação hereditária nos termos do art. 1.603 do Código Civil Brasileiro.” (NR)

Art. 3º - Acrescenta incisos III e IV ao art. 3º, §§ 9º, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 ao art. 5º e parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 242, de 9 de janeiro de 1991, com as seguintes redações:

“Art. 3º - ...

...

III - áreas necessárias para o pleno desenvolvimento da Cidade, considerando os projetos prioritários do governo, mediante apreciação do COMATHAB (Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação) e da UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre);

2

IV - os núcleos com menos de 25 (vinte e cinco) habitações, considerando a análise caso a caso, ouvindo o COMATHAB e a UAMPA.”

“Art. 5º - ...

...

§ 9º - O beneficiário do direito à concessão de uso poderá vender a unidade habitacional construída com mão-de-obra própria a terceiros, mediante assinatura de um distrato da Concessão do Direito Real de Uso.

§ 10 - O comprador da unidade habitacional, para que seja beneficiado com a Concessão do Direito Real de Uso do terreno, deverá enquadrar-se no requisito baixa renda, nos termos desta Lei.

§ 11 - A unidade habitacional não poderá ser vendida a proprietário de imóvel ou a quem tenha Concessão de Direito Real de Uso.

§ 12 - Quando se tratar de unidade habitacional construída pelo Município, o concessionário poderá optar pela sua compra, mediante assinatura de um contrato padrão de financiamento, abatido, para efeitos de cálculo, o valor pago durante o período de uso, devidamente atualizado.

§ 13 - Na situação prevista no parágrafo anterior, será admissível a transferência do contrato de financiamento da unidade habitacional para terceiros, transcorrido,

no mínimo, um terço do prazo contratual, mediante assinatura de distrato da Concessão do Direito Real de Uso, por parte do beneficiário.

§ 14 - No caso de unidade habitacional construída em regime de mutirão, será abatido, para efeitos de cálculo de moradia, o valor da mão-de-obra utilizada empregada para construção, devidamente atualizado.

§ 15 - Observada a igualdade de condições na avaliação das unidades habitacionais construídas, poderá ocorrer a permuta entre beneficiários da Concessão do Direito Real de Uso.”

“Art. 12 - ...

Parágrafo único - Para a fiscalização e gerenciamento das áreas regularizadas através do instrumento da Concessão do Direito Real de Uso serão criadas comissões de moradores locais.”

Art. 4º - Acrescenta art. 6º-A à Lei Complementar nº 242, de 9 de janeiro de 1991, nos seguintes termos:

“Art. 6º-A - O prazo de financiamento, na hipótese de aquisição, será fixado em até 240 (duzentos e quarenta) meses.”

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 19 de abril de 2000.

Raul Pont,
Prefeito.

Cezar Alvarez,
Secretário Municipal de Administração.
Registre-se e publique-se.

Elaine Paz,
Secretária do Governo Municipal.

ANEXO 03

NÚMERO DE PARTICIPANTES PLENÁRIAS REGIONAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

REGIÃO	1990		1991		1992		1993		1994	
	1ª rodada	2ª rodada	1ª rodada	2ª rodada	1ª rodada	2ª rodada	1ª rodada	2ª rodada	1ª rodada	2ª rodada
Ilhas	14	60	31	90	32	132	140	138	50	77
Humaitá	5	10	13	32	37	126	60	337	112	227
Leste	52	100	90	700	125	305	230	467	160	409
Lomba	24	40	44	118	55	514	207	418	124	501
Norte	34	50	47	97	90	511	200	224	209	141
Nordeste	5	20	-	363	55	221	604	660	323	300
Partenon	22	53	74	204	174	922	210	368	270	620
Restinga	-	38	-	151	66	303	144	206	196	700
Glória	10	20	58	142	104	308	127	236	164	350
Cruzeiro	91	90	101	129	82	205	280	345	59	423
Cristal	6	10	-	61	80	388	107	252	157	215
Centro-sul	49	50	44	458	89	507	320	1288	158	1051
Extremo-sul	16	25	64	80	118	569	486	397	235	464
Elco-Baltazar	-	28	23	152	97	455	304	406	127	517
Sul	14	-	-	29	85	375	119	501	219	390
Centro	6	6	10	165	173	319	151	662	60	183
Total Rodada	348	423	608	5088	1442	6182	3760	6975	2834	7000
Total Regional	Total 1990	976	Total 1991	3694	Total 1992	7510	Total 1993	10736	Total 1994	6638

REGIÃO	1996		1998		1997		1998		1999	
	1ª rodada	2ª rodada								
Hum./Nav./Ilhas*	190	103	131	72	240	104	271	113	347	180
Nordeste*	273	130	210	70	470	91	498	120	498	147
Leste	243	225	214	408	204	160	661	119	610	527
Lomba	023	627	670	294	792	362	1290	609	1635	469
Norte	240	380	170	317	339	485	638	386	399	202
Nordeste	430	283	390	296	530	194	696	210	1424	469
Partenon	960	205	639	171	500	216	466	340	768	397
Restinga	404	480	699	174	584	511	622	426	1409	207
Glória	299	70	321	151	251	133	234	120	439	160
Cruzeiro	283	203	426	223	430	132	399	206	403	227
Cristal	165	74	240	90	276	290	251	61	452	321
Centro-sul	1091	293	1159	354	1571	236	1102	299	1190	220
Extremo-sul	300	420	403	251	542	247	749	297	611	93
Elco-Baltazar	370	563	352	391	207	109	520	332	407	690
Sul	634	449	492	155	553	424	282	306	320	502
Centro	329	171	147	168	390	119	669	305	526	266
Total Rodada	6633	4966	6374	3574	6103	3726	8653	4134	11736	5077
Total Regional	Total 1996	11621	Total 1998	10148	Total 1997	11302	Total 1998	13687	Total 1999	15813

REGIÃO	2000		2001		2002		2003	
	1ª rodada	2ª rodada	1ª rodada	2ª rodada	Preparatória	Plenária	Preparatória	Plenária
Hum./Nav./Ilhas	172	106	719	254	630	707	780	659
Nordeste	478	160	845	289	585	799	1162	620
Leste	669	410	858	165	817	721	448	705
Lomba	1571	204	1682	291	990	1230	266	651
Norte	605	290	693	640	1500	389	1047	970
Nordeste	1448	260	1645	218	1638	1361	400	938
Partenon	673	193	613	221	677	917	219	302
Restinga	1001	278	918	331	2193	969	1840	973
Glória	411	59	619	319	400	490	335	624
Cruzeiro	393	101	462	251	800	485	970	239
Cristal	725	260	629	165	690	410	160	423
Centro-sul	1166	169	917	232	630	781	366	666
Extremo-sul	433	99	600	120	663	771	362	706
Elco-Baltazar	800	949	1090	504	1876	1364	2075	1020
Sul	523	151	627	247	1114	679	220	666
Centro	433	138	625	218	270	899	750	607
Total Rodada	11478	3866	13891	4692	16664	13323	11686	11620
Total Regional	Total 2000	15331	Total 2001	12683	Total 2002	28907	Total 2003	23526

* Aparte de 1996 as regiões Ilhas e Humaitá possuem o format grupo com integrantes oriundo de uma única região denominada Humaitá, integrantes e Ilhas. Ainda no mesmo ano foi criada uma nova região a Noroeste.

Fonte: Dados fornecidos pela Coordenação de Relações com a Comunidade/PMPA, em junho de 2003.

ANEXO 04

QUADRO DAS LIDERANÇAS ENTREVISTADAS

Data em que foi realizada a entrevista	Nome	Cargo ocupado
24/01/04	Sadi	Presidente da AM - Quinta do Portal (2002-2004)
07/02/04	Luis Carlos (Caio)	Presidente da AM - Elo Dourado (1997-1999)
10/02/04	Jussara	Presidente da Cooperativa Habitacional - Elo Dourado (2002-2006)
12/02/04	Neli	Presidente da Cooperativa Habitacional - Elo Dourado (1996-2001)
26/03/04	João	Conselheiro do OP – Lomba do Pinheiro. Morador na Quinta do Portal.
27/03/04	Sebastião	Presidente da AM e sócio-fundador da Cooperativa - Elo Dourado (2002-2004).
31/03/04	Carmem	Secretária da AM – Quinta do Portal (2000-2002 e 2002-2004).
04/04/04	Miguel	Presidente do Centro Comunitário – Quinta do Portal(1990 -...)(sem sede).
06/04/04	Cláudio	Presidente da AM – Quinta do Portal (1998-2000 e 2000-2002)
04/05/04	Sérgio	Tesoureiro da AM – Recreio da Divisa (2001-2003)
17/05/04	Alcindo	Presidente da AM – Recreio da Divisa (2003-2004 mandato-tampão).
17/05/04	Tereza	Secretária da AM – Recreio da Divisa (2004-2006)